

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

**MANDATÁRIOS, SOLTEIRAS E ABONADOS
Relações de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras
nas usinas de pau-rosa (1950 – 1980)**

MIRIAN SOUZA BITENCOURT

PARINTINS - AM

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

MIRIAN SOUZA BITENCOURT

**MANDATÁRIOS, SOLTEIRAS E ABONADOS
Relações de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras nas usinas de
pau-rosa (1950 – 1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura da Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Jorge dos Santos

PARINTINS - AM

2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

B624m Bitencourt, Mirian Souza
MANDATÁRIOS, SOLTEIRAS E ABONADOS : Relações de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras nas usinas de pau-rosa (1950 – 1980) / Mirian Souza Bitencourt. 2016
127 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Francisco Jorge dos Santos
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Relações de trabalho. 2. trabalhadores(as). 3. abono. 4. usina de pau-rosa. 5. Amazonas. I. Santos, Francisco Jorge dos II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MIRIAN SOUZA BITENCOURT

MANDATÁRIOS, SOLTEIRAS E ABONADOS
Relações de trabalho, trabalhadores e trabalhadoras nas usinas de
pau-rosa (1950 – 1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Francisco Jorge dos Santos, Presidente
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Profa. Dra. Patricia Maria Melo Sampaio, Membro
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff, Membro
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Data da defesa: 01/07/2016

DEDICATÓRIA

Ao meu PAI, por me permitir ver o mundo além do Juruá.

À minha MÃE, pelo apoio constante.

À minha prima-amiga-mãe, CRISTINA, por acreditar nos meus sonhos.

À DANIELA, por compartilhar a vida.

À memória dos ABONADOS e ABONADAS.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Jorge, por compartilhar comigo ideias para aprimorar esta dissertação, pelas longas conversas e principalmente por ter me dado liberdade para escrever no meu ritmo.

À minha família, em especial aos meus pais, Manoel e Franquilina, por terem ajustado minhas asas e me permitido voar, ver o mundo além do meu Juruá, “provar” que filha de agricultores pode sonhar mesmo a milhas de distância da Universidade, e que o casamento “arranjado” não é a única saída para se ter um futuro melhor.

Às minhas irmãs do coração, Hellen e Hellena, seres iluminados que me fazem acreditar que lutar por um mundo melhor não é uma causa perdida.

À minha parceira de vida, Daniela Nogueira, por compartilhar o amor e me apoiar em todas as instâncias da vida.

À Profa. Dra. Iraíldes Caldas Torres e à Profa. Dra. Patrícia Sampaio, por redirecionarem a rota da minha pesquisa no Exame de Qualificação.

Aos pau-roseiros (as) que se dispuseram a colaborar com este estudo, relatando as suas histórias e todo o processo de trabalho que realizavam nas usinas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pela bolsa de estudos, permitindo-me concluir este trabalho.

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado tem como premissa analisar as relações de trabalho e o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras nas usinas de pau-rosa da região do baixo rio Amazonas, no período de 1950 a 1980, época que marca o auge e o declínio da produção e comercialização da essência de pau-rosa nessa região. A relação de trabalho se efetivava por meio de um estipêndio, conhecido regionalmente como “abono”, daí a existência dos “abonados”, que eram os trabalhadores propriamente ditos: homens e mulheres que despendiam suas forças de trabalho em diferentes tarefas nos referidos meios de produção extrativistas, com iminente risco de suas próprias vidas. Os trabalhadores e trabalhadoras eram aliciados em seus *locus* familiares para exercerem um tipo de trabalho compulsório. Os homens passavam semanas em condição subumana, infiltrados nas matas com seus instrumentos de trabalho, uma rede no colo, uma ração de farinha e um punhado de peixe seco, na lida da extração do pau-rosa. Enquanto que às mulheres, na distribuição das tarefas dentro do processo produtivo da usinagem do pau-rosa, cabia, sobretudo, a prática compulsória do trabalho sexual com os pau-roseiros em trânsito pelas chamadas “currutelas”, além do trabalho doméstico determinado pelas relações sociais nas usinas como atividade “das mulheres”. Nas currutelas havia as *casas das mulheres solteiras*, lugares insalubres e desconfortáveis, onde tais trabalhadoras pousavam e recepcionavam os seus fregueses, para as suas respectivas relações íntimas em troca de alguns “vales” cambiáveis. Portanto, trabalhadores e trabalhadoras formaram um plantel destinado à dinamização da economia pau-roseira no médio rio Amazonas, cuja relação social de produção ganhou a forma de trabalho compulsório, materializado na superexploração dessas pessoas e por um sistema local de estipêndio, conhecido como “abonamento” ou “abono”.

Palavras-chave: Relações de trabalho; trabalhadores(as); abono; usina de pau-rosa; Amazonas.

ABSTRACT

This Master's thesis is premised analyze labor relations and the daily lives of workers in rosewood plants of the lower Amazon region in the period 1950-1980, the time that marks the peak and the decline in production and marketing of essence of rosewood in this region. The working relationship is actualize through a stipend, known regionally as "allowance", hence the existence of the "wealthy" who were the actual workers: men and women, compulsory mode, they spent their forces work in different tasks in these extractive means of production, with an imminent risk of their own lives. Workers were recruited in their families locus to exercise a kind of compulsory labor. The men spent weeks and weeks in subhuman conditions, infiltrates in the woods with their instruments work, a network in his lap, a flour ration and dried fish handful: the handles of rosewood extraction. While women in the distribution of tasks within the rosewood machining production process, they fit especially compulsory sexual intercourse with pau-roseiros workers in transit by so-called "currutelas". In currutelas had the houses of women, unhealthy and uncomfortable places where such workers alighted and recepcionavam their customers, for their respective intimate relations in exchange for some "valleys" switchable. Therefore, workers of both sexes formed a squad for the promotion of the stick-rosebush economy in the medium Amazon River, whose social relations of production, took the form of compulsory labor, materialized in the exploitation of these workers and a local system of stipend, known as "abonamento" or "bonus"

Keywords: Work relationships; Workers; Compulsory labor; "Abono"; Rosewood plant; Amazons.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I – O PAU-ROSA NA AMAZÔNIA | 17 |
| 1.1 O consumo do <i>linalol</i> extraído do pau-rosa | 17 |
| 1.1.1 Destilação a vapor | 21 |
| 1.1.2 Extração da essência a partir das folhas e novos adeptos | 25 |
| 1.2 Histórico de produção e exportação do pau-rosa | 27 |
| 1.2.1 Medidas de proteção | 36 |
| 1.2.2 Distribuição de usinas | 40 |
| CAPÍTULO II – A EXPERÊNCIA DO TRABALHO NO PAU-ROSA | 47 |
| 2.1 Trabalho compulsório e trabalho análogo ao de escravo | 47 |
| 2.2 A velha prática do aviamento na Amazônia | 50 |
| 2.3 Relações de trabalho e o abono | 64 |
| CAPÍTULO III – ABONADOS, ABONADAS E A DIVISÃO SEXUAL | 74 |
| 3.1 O cotidiano dos abonados e abonadas | 74 |
| 3.2 Solteiras e pau-roseiros | 86 |
| 3.3 O papel exercido pelas solteiras | 91 |
| 3.4 Histórias com essência humana..... | 104 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 109 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 113 |
| APÊNDICES | 118 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Imagem 01: Interior de usina – Maués | 22 |
| Imagem 02: Rolos de pau-rosa no porto de Maués | 23 |
| Imagem 03: Usina de Raimundo Pio - localizada em reserva indígena, no Andirá | 23 |
| Imagem 04: Usina – Maués | 23 |
| Imagem 05: Trabalhadores - indígenas e caboclos | 44 |
| Imagem 06: Mapa ilustrativo dos municípios de Nhamundá e Faro | 70 |
| Imagem 07: Caldeira | 76 |
| Imagem 08: Jamaxinzeiro | 81 |
| Imagem 09: Cama das mulheres | 95 |
| Imagem 10: Casa de palha das mulheres | 96 |
| Imagem 11: <i>Croquis</i> do processo produtivo do óleo essencial de pau-rosa | 96 |

LISTA DE ABREVIACÕES

| | |
|---------|---|
| ASPAC | Associao de Silves pela Preservao Ambiental |
| AVIVE | Associao Vida Verde da Amazônia |
| CITES | Conveno sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extino |
| COP | Conferência das Partes |
| FNMA | Fundo Nacional do Meio Ambiente |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| RDS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| SPI | Serviço de Proteo aos Índios - |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa interdisciplinar que transita entre história, economia, sociologia, antropologia e linguagem jornalística, cada campo contribuiu para a compreensão da questão principal da dissertação: as relações de trabalho nas usinas de pau-rosa. O pau-rosa é uma árvore nativa da região amazônica que começou a ser explorada na Guiana Francesa no século XIX e no Brasil a partir do século XX. Desta árvore se extrai o óleo essencial, principal fonte natural de *linalol*, usado na fabricação de perfumes e sabonetes, dos quais os mais conhecidos são o *Phebo* (sabonete brasileiro), *Ungaro Pour L'homme*, *Habit Rouge de Guerlain* e o *Chanel N° 5* (perfume francês). Este último é apontado, principalmente pelas ONGs de proteção ambiental, como um dos responsáveis pela exploração desordenada do pau-rosa.

Se por um lado essa exposição internacional do perfume francês marcaria a devastação das populações desta árvore, a criação da versão sintética do *linalol* apontaria ao declínio, o que não procede. Estes itens tiveram sim influências na produção e comercialização da essência, mas não foram fatores decisivos na oscilação desses processos, como é apontado no primeiro capítulo.

Como recorte para análise, foi selecionada uma amostra de duas usinas, a Santo Antônio, propriedade de Wladimir Rossy, e Fé em Deus, propriedade de Mario Rossy, atualmente desativadas. Estas usinas foram inicialmente instaladas no rio Alto Nhamundá, mas após o esgotamento desta área, desceram ao Rio Paratucu, a aproximadamente 48h do município de Nhamundá - Amazonas. As usinas fizeram rotas diferentes: à medida que as árvores de pau-rosa se esgotavam, os donos de usinas escolhiam outras áreas, mapeadas pelos “chefes mateiros”, conhecedores da mata e das

árvores. A escolha destes *locus* se deu por questões pessoais, por se ter acesso às fontes orais que trabalharam no período entre 1950 e 2000. No entanto, o recorte temporal deste trabalho é de 1950 a 1980, o que marca o auge e declínio da produção e exportação da essência de pau-rosa.

O que nos inquietou desde o início foi a forma como os trabalhadores e trabalhadoras eram recrutados para trabalhar nas usinas. Estes trabalhadores e trabalhadoras eram aliciados pelos gerentes de usinas por meio de um adiantamento em dinheiro chamado de “abono”. A partir do momento em que o trabalhador aceitava esse abono, automaticamente assinava contrato verbal com as usinas. Essa dívida compulsória só aumentava no local de trabalho, tornando a atividade um “trabalho cativo por dívida”. Todas as evidências nos levam para a seguinte resposta: os trabalhadores e trabalhadoras eram submetidos ao trabalho compulsório, ou trabalho análogo ao de escravo, como ficou conhecido a partir da última redação do Código Penal Brasileiro. Tal prática é considerada criminosa segundo o art. 149. Logo, os “abonados” foram vítimas dessa forma de trabalho. Durante as entrevistas, não houve nenhum caso em que um trabalhador tenha exercido esta atividade sem antes adquirir dívida. Portanto, a categoria “abono” é central para entendermos como se davam as relações de trabalho e o modo de produção.

Por que é importante entender o abono nas relações de trabalho no pau-rosa? Porque esse endividamento compulsório é a chave principal para desencadear e compreender os pormenores do trabalho nas usinas. Sem o abono, não haveria produção, pois pelo fato de ser um trabalho precário, com técnicas rústicas, os trabalhadores e trabalhadoras não se submetiam por livre vontade. O trabalho no pau-rosa era sinônimo de trabalho pesado, que exigia desgaste físico e não era uma atividade atrativa. As formas de sujeitar o trabalhador e trabalhadora a essas condições são aliadas ao modo de produção capitalista, por estar

obedecendo a uma demanda maior, como por exemplo, fornecer essência às grandes indústrias de cosméticos.

Sobre os caminhos metodológicos, adotamos o da história oral, haja vista que a voz dos pau-roseiros foi peça-chave para compreender a problemática da pesquisa. Phillipe Joutard, no X Congresso Internacional de História Oral, ocorrido em 1998, discursa que contestar a história oral é combate ultrapassado. Para Joutard (2000, p. 32) é preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquela que a escrita não consegue transmitir; testemunhar situações de extremo abandono”.

É através do oral que se pode aprender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão, que se descobre o valor de malhas tão eficiente às estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo imaginário e do simbólico, que é tanto motor criador da história quanto o universo nacional (JOUTARD, 2000, p. 33).

O autor reconhece os limites da história oral, o esquecimento e que a memória pode transformar um ato em mito ou lenda, mas não vê isso como um ponto fraco para seu “fazer história”, pois são tão úteis para o historiador quanto as informações que se verificaram exatas. “Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidências de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real” (JOUTARD, 2000, p. 34).

A primeira ambiciona fazer história do ponto de vista dos que estão embaixo e dos excluídos; intervir, interpretar, distanciar-se – como o fazem os historiadores – é quase um sacrilégio, uma tomada legítima de poder. Os historiadores acreditam que a melhor homenagem que se pode prestar à memória dos excluídos é transformar sua memória em história (JOUTARD, 2000, p. 37).

Quanto aos desafios da história oral para o século XXI, Alessandro Portelli (2000, p. 69) afirma que o “discurso humano nos lembra que todas as soluções são tecnológicas, mas nem toda comunicação é tecnológica”. Isso nos remete ao trabalho de campo desta pesquisa, a representação das lágrimas ao lembrar o passado, um minuto de silêncio, aquela comunicação que transcende qualquer descrição em palavras ou gravação de áudio.

Quando se deve utilizar a história oral? A resposta é dada por Verena Alberti (1996). A autora chama atenção quanto aos cuidados que o pesquisador tem que ter ao utilizar tal metodologia, pois “só se deve recorrer à metodologia oral quando os resultados puderem efetivamente responder à nossa pergunta e quando não houver outro tipo de fonte” (ALBERTI, p. 1, 1996). Essa colocação responde o motivo pelo qual esta metodologia foi utilizada. As relações de trabalho no pau-rosa não foram estudadas pela academia¹. Os raros trabalhos sobre o pau-rosa são referentes à árvore, ao óleo, ao manejo e preservação da espécie, todos na área da biotecnologia ou engenharia agrônoma. Não tomamos conhecimento de pesquisa sobre o que estava por trás dos tambores de essência, quem eram os atores sociais que destilavam o óleo e em que lugar esse beneficiamento era feito. Apenas citam que era na Amazônia. As memórias do período de análise (1950 a 1980) estão a se perder, pois a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras já morreu e o que restou deles foram as memórias da época de usinagem, compartilhadas pela comunidade local – Faro (PA) e Nhamundá (AM).

Para este trabalho, foram entrevistadas aproximadamente 20 pessoas, entre homens e mulheres. O trabalho de campo foi o processo mais delicado da pesquisa. Desde o sexto período da faculdade de jornalismo², em 2013, tomei conhecimento das fontes e passei a construir uma relação, primeiramente acadêmica, mas que se tornou afetiva após numerosas visitas, o que ocasionou problemas. Foram várias viagens a Faro e Nhamundá e, a cada café,

¹ Ao menos não tomamos conhecimento de nenhuma pesquisa relacionada ao trabalho nas usinas beneficiadoras de pau-rosa.

² Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas, *campus* do município de Parintins-Am, a 8h de barco até Faro.

merenda ou até mesmo almoço, “imersam” no campo mais dados empíricos e aumentavam as dificuldades de “selecionar” e “definir” o que analisar. A “pilha” de informações adquirida em campo me “privilegiou” a escrever e compreender melhor a realidade do trabalho nas usinas de pau-rosa. Temos consciência que um trabalho dissertativo não será suficiente para mostrar o processo de trabalho em sua totalidade, mas contribuirá para entender como se davam as relações de trabalho neste campo de atividade na Amazônia.

Este trabalho tem em essência a mesma teimosia de Thompson (1987) ao descrever os personagens que fizeram história em *A formação da classe operária inglesa*. Isto porque a história não é feita só de ganhadores, dos soldados da borracha que, numa política tardia, conseguiram auxílio e não vivem em situação de extrema pobreza. Pelo contrário, pode ser feita por pessoas que vivem de fabricar simples tapetes, ou de pessoas que ainda, apesar da idade avançada, trabalham na fabricação de farinha. De homens e mulheres que passaram anos de suas vidas infiltrados num sistema de mão única:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 1987, p. 13).

Entender as relações de trabalho nas usinas a partir das experiências dos pau-roseiros teve forte influência de Thompson. Ouvir esse lado “esquecido” por parte dos historiadores, principalmente, nos faz absorver detalhes sobre o objeto que por outro caminho não seria possível.

Portelli (2000, p. 70) encoraja os adeptos da história oral ao dizer que “devemos insistir no fato de que, para uma comunicação oral, é preciso que as pessoas falem umas com as outras. Por isso, a essência do nosso desafio é renovar a questão do diálogo”. Essa questão significa, novamente, para o autor, a luta por igualdade. Por falar em igualdade, este trabalho inclui a história das mulheres das usinas, silenciada na historiografia social do trabalho, especialmente na Amazônia, das valentes conhecidas como “mulheres solteiras” que preferiam a liberdade para dançar e beber à “prisão” do casamento.

Joutard (2000, p. 36) expõe que a divisão epistemológica da história oral está no confronto entre dois caminhos: “de um lado, a história oral militante, radicalmente alternativa; de outra, uma história oral acadêmica”. Isso significa que incluir a história das trabalhadoras neste trabalho se configura, propositalmente, como uma ação militante.

A qualificação foi fundamental para me despir do medo de escrever sobre o trabalho das mulheres no processo produtivo da essência e tratar com objetividade o trabalho sexual desempenhado por elas nas usinas. Por indicação da banca, tomei conhecimento de uma obra que influenciou a rota da dissertação: a pesquisa da professora Cristina Wolff, que trata do trabalho das mulheres no Alto Juruá. As mulheres foram tão vítimas quanto os homens, pois também recebiam abono dos patrões para trabalhar na usina e passavam meses isoladas. O que os diferencia são as atividades exercidas dentro do processo produtivo nas usinas, visto que enquanto os homens trabalhavam como operários e extratores, as mulheres trabalhavam como domésticas e profissionais do sexo, atividades vistas como inferiores por parte dos homens.

Essa divisão sexual foi culturalmente construída. As mulheres foram inseridas no mundo do trabalho muito tardiamente, como aponta a história do trabalho. Isto aconteceu de tal maneira que as mulheres nas usinas eram conhecidas como “mulheres solteiras”,

consideradas “perdidas”, pois as casadas e “moças de família” cuidavam dos serviços de casa. Para as solteiras, porém, pagar pelo próprio sustento era questão de orgulho.

As mulheres, assim como os homens, não se viam como vítimas dessa forma de compulsão ao trabalho. Antes de vitimizar ou desviar o foco do tipo de trabalho exercido pelas mulheres, é preciso esclarecer que, para elas, ser mulher solteira é um ato de rebeldia ao casamento. Elas priorizavam a liberdade, tanto que nas entrevistas é possível perceber o quão eram divertidas e gostavam de sair para beber e dançar, o que o casamento não permitia.

O problema não era o tipo de trabalho que ambos exerciam, mas sim em que condições desempenhavam suas atividades, a precariedade do trabalho a que eram submetidos e como eram atraídos para as usinas – o abono.

Este trabalho está na seguinte ordem: o primeiro capítulo fornece um panorama sobre a história do pau-rosa, as indústrias dos óleos essenciais, legislações, distribuição das usinas e novas técnicas de extração do *linalol*. O segundo capítulo trata das relações de trabalho na Amazônia e suas configurações, além de trazer uma discussão sobre o abono como um fenômeno-chave dentro das formas de trabalho compulsório, posto em prática para recrutar a mão de obra para as usinas de pau-rosa. O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras nas usinas, o trabalho das mulheres seguido das histórias de vida e fecha com a convivência entre abonados, abonadas e “mandatários”. Ao final do trabalho, apresentamos fotografias em preto e branco dos trabalhadores e trabalhadoras.

CAPÍTULO I – O PAU-ROSA NA AMAZÔNIA

1.1 O consumo do *linalol* extraído do pau-rosa

A associação entre o extrativismo e a borracha é quase automática na historiografia amazônica devido à importância da economia do látex para esta região. Porém, outros produtos foram e são extraídos, conservando características econômicas e relações sociais de produção semelhantes àsquelas do período áureo da borracha. Dentre estes produtos, temos o óleo essencial de Pau-rosa³, madeira nativa da região amazônica, principal fonte natural de *linalol*, extraído por destilação a vapor. O pau-rosa começou a ser explorado em 1875, na Guiana Francesa e teve a primeira exportação em 1883. No Brasil, vem sendo explorado para comercialização da sua essência desde 1926. O país tornou-se o único exportador e o produto chegou a ocupar o terceiro lugar na pauta das exportações da Amazônia.

Entrou para a lista de espécies ameaçadas de extinção em 1992, de acordo com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Em 2010, foi incluída na lista da Convenção Internacional sobre Espécies da Flora e Fauna Ameaçadas de Extinção – CITES⁴, Anexo II⁵, aprovada em conferência que ocorreu em Qatar, na África, com a participação de 175 países signatários. A medida repercutiu em vários noticiários brasileiros e o *Estado de S. Paulo* publicou a seguinte manchete, em 18 de março de 2010: “Comércio do pau-rosa será monitorado – proposta brasileira de inclusão da árvore, ameaçada de extinção, em lista de produtos controlados é aceita por unanimidade em Dohar⁶”.

³Árvore nativa da Amazônia da espécie *Aniba Roseadora* Ducke, pertencente à família *laureceae*, conhecida na Guiana Francesa como *Bois de rose femelle*, onde se iniciou a exploração; na Guyana como *Cara-cara*; e nos Estados Unidos como *Rosewood*. A árvore chega a medir 30 metros de altura com dois metros de diâmetro e todas as suas propriedades são aromáticas.

⁴ A Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora é um acordo internacional, com 175 países signatários, que regulamenta e supervisiona a exportação e importação de espécies ou produtos da biodiversidade em risco de extinção.

⁵ A Cites organiza as espécies em três listas. O anexo 3 inclui controles regionais. O anexo 2 impõe restrições globais. A anexo 1 impõe monitoramento total ao comércio da espécie. É o caso do tigre e das tartarugas marinhas.

⁶ A cada três anos há uma Conferência das Partes (COP), que reúne todos os 175 países signatários da Cites.

Essa segunda medida foi tomada após o Ibama fazer um levantamento entre 2003 e 2008 e revelar que o volume de exportação do óleo de pau-rosa foi 500% maior do que havia sido autorizado pelo Instituto. Isso significa que as medidas tomadas pelo órgão não foram cumpridas pelos produtores.

O *linalol* é um dos mais importantes aromáticos utilizados na fabricação de ésteres, sobretudo o acetato de *linalila*. Tanto sob a sua forma original como na de seus ésteres, o *linalol* é utilizado pelas indústrias de cosméticos na fabricação de sabonetes, cremes e perfumes, entre os quais temos o *Phebo* (sabonete paraense), *Ungaro Pour L'homme*, *Habit Rouge de Guertaim*⁷ e o *Chanel N° 5* (perfume francês). Este último é apontado, principalmente pelas ONGs de proteção ambiental, como um dos responsáveis pela exploração desordenada do pau-rosa.

Em julho de 1997, a *Folha de S. Paulo* trouxe uma matéria intitulada “ONGs preparam boicote ao Chanel n° 5”, segundo a qual as ONGs queriam a confirmação se a empresa usava ou não o óleo de pau-rosa no perfume. Caso isto fosse confirmado, elas organizariam um boicote:

O risco de extinção do pau-rosa, árvore nativa da Amazônia, está levando uma ONG francesa a preparar [junto com outras ONGs um boicote contra o perfume Chanel n° 5. Símbolo de sofisticação e conhecido como o perfume mais vendido no mundo, o Chanel n° 5 é apontado como causa do processo de desaparecimento do pau-rosa. Este e outros perfumes de primeira linha levariam em sua composição o óleo que é extraído da árvore e que atua como fixador da fragrância por ser rico em *linalol* (FOLHA DE SÃO PAULO, 1997)⁸.

O perfume ficou conhecido no mundo após a atriz Marilyn Monroe declarar ao redator da revista *Marie Claire*, 1960⁹, que só dormia com duas gotas do perfume francês, para não dizer que dormia sem roupa. Mas não era só este perfume que continha o *linalol* natural em

⁷ Perfume oriental criado em 1965.

⁸ Matéria publicada em 20 de julho de 1997, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft200701.htm>

⁹ Matéria publicada na revista *Veja* em 4 de novembro de 2013, disponível em www.veja.abril.com.br

sua fórmula, outros produtos também. A matéria divulgada pela *Folha* afirma que uma ONG chegou a trocar correspondências com a empresa para tratar sobre o uso da essência. A resposta recebida foi que “as fórmulas eram confidenciais”, o que segundo a matéria deixou em evidência que, além de confirmar o uso do óleo no perfume, também fabricavam outros produtos. Após pressão, a empresa contratou a ONG Pro-Natura para desenvolver programas de sustentabilidade e investir em pesquisas relacionadas ao uso sustentável do pau-rosa.

Há uma controvérsia quanto ao Chanel nº 5 ser o responsável pela quase extinção do pau-rosa. A partir da declaração da atriz, é fato que o produto é um dos causadores do desaparecimento do pau-rosa, mas a entrevista foi feita em 1960, ao passo que a exploração começou em 1926 e o perfume é comercializado desde 1920. A empresa francesa sempre foi símbolo de requinte e seus produtos são consumidos massivamente pela elite.

Outra empresa de cosméticos que usava o óleo essencial de pau-rosa na composição de seus produtos era a A. L. Silva Companhia Limitada, uma perfumaria que possuía uma variedade de produtos para higiene e limpeza. Entre os seus principais produtos estava o tradicional Sabonete *Phebo Odor de Rosas*, oval, transparente e escuro, que se tornou uma referência nas vendas, passando a ser usado posteriormente como nome fantasia e razão social da empresa (CHACCHIO, 2010).

Este produto foi criado com base no sabonete inglês “*Pears Soap*”⁶, mas com um toque regional. Depois de muita pesquisa e testes, surgiu a ideia de produzir o sabonete à base de “pau-rosa”, que era uma matéria-prima oriunda da Amazônia e muito utilizada na época. Chiacchio (2010) afirma que, durante a sua história, a Phebo se manteve entre as principais empresas do setor de perfumaria do país:

Era uma empresa familiar, de origem portuguesa que teve como maior líder o senhor Mário Santiago, português que veio para o Brasil ainda jovem. Em 19 de abril de 1988 o controle acionário da empresa passou para a Procter & Gamble Company, uma grande multinacional de origem americana. O objetivo desse trabalho foi analisar a dinâmica da Perfumarias Phebo S/A no

período de 1936 a 1988 e sua contribuição para o desenvolvimento local da mesorregião metropolitana de Belém. (CHACCHIO 2010, p. 84).

Chiacchio (2010) relembra que, no início, o nome do sabonete levava em si o reflexo do sabonete inglês e se chamava “London Otto Rosa”. A empresa nunca negou a “imitação” e a referência ao sabonete inglês. Esta foi uma estratégia de mercado aproveitada para promover o sabonete preto que a empresa passara a fabricar. Mais tarde, o “London Otto Rosa” passou a se chamar “Londres Odor de Rosas”.

No entanto, quando se tentou registrar o produto, já havia outra marca registrada com esse nome no mercado, daí o senhor Antônio Santiago sugeriu o nome Phebo, em analogia ao deus do Sol na mitologia grega. Com este nome o sabonete “Phebo Odor de Rosas” se popularizou e se tornou o primeiro produto de extremo sucesso produzido pela A. L. Silva Cia Ltda (SANTIAGO apud CHACCHIO, 2010, p. 38).

Segundo as conclusões do trabalho de Chiacchio (2010), que reconstruiu a história da A. L. Silva, responsável pela criação do Phebo Odor de Rosas, “a base da essência do pau-rosa, típico da Amazônia, foi o grande impulsionador do crescimento da empresa”. No início, a Phebo usou matérias orgânicas para a produção do sabonete. Por volta da década de 1960, a empresa substituiu a essência natural por uma matéria-prima sintética.

A empresa não usou a estratégia de investir na pesquisa e na plantação de pau-rosa. Optou por um substituto químico, uma essência sintética para produzir os seus sabonetes. Talvez, se a empresa tivesse optado pela plantação e domesticação da planta, hoje estaria entre os maiores produtores de pau-rosa, sendo uma referência no mercado (CHACCHIO, 2010, p. 116).

O óleo essencial de pau-rosa não foi usado apenas como fonte natural de *linalol*. Em Belém, a essência faz parte dos frascos de banhos e aromatizantes que compõem as bancas expostas no mercado municipal Ver-o-Peso. Em alguns países, é usada para inalação, banhos

e massagens. Enquanto que os índios aproveitam o óleo para curar feridas e combater doenças de pele¹⁰.

No município de Silves, no Amazonas, um grupo formado por mulheres criou a Associação Vida Verde da Amazônia - AVIVE, em 1999, com o objetivo de fabricar sabonetes à base de plantas, com o pau-rosa fazendo parte do rol de sabonetes. São confeccionados mensalmente mais de 10 mil sabonetes, comercializados pelos hotéis de selva e pousadas da região¹¹. Esta associação é um dos poucos exemplos de sustentabilidade. Em 2002, plantaram 4 mil mudas de pau-rosa para extrair a essência a partir das folhas, nova técnica desenvolvida em 1998 pelo pesquisador do Laboratório de Química de Produtos Naturais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor Lauro Barata, em um projeto de extração do essencial da folha da árvore.

1.1.1 Destilação a vapor

A destilação a vapor era a técnica usada na extração do óleo de pau-rosa até o início do século XXI. O processo ocorria de forma que a usina era montada em alguma área que continha árvores de pau-rosa, sempre próxima ao rio, para facilitar o escoamento da produção. A nova técnica de extração das folhas surgiu muito depois da espécie entrar para a lista dos ameaçados de extinção.

Dentro da usina existiam várias equipes de trabalhadores, que formavam dois grandes grupos: operários e extratores. Os operários ficavam no quadro da usina e os extratores atuavam nas matas. Estes derrubavam as árvores com cortes próximos das raízes, para depois

¹⁰ Matéria publicada no site www.oeco.org.br, em 12 de março de 2010, por Aldem Bourscheit.

¹¹ Matéria publicada no jornal Estadão, em 21 de outubro de 2002, disponível em: <http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-produzem-sabonetes-com-plantas-amazonicas,20021021p59650>

dividirem-nas em rolos a serem enviados às usinas. Lá, esses rolos de madeira eram triturados e condensados em caldeiras movidas a carvão com capacidade de 1.500 litros.



Imagem 01: Interior de usina – Maués. **Fonte:** IBGE, 1965.

A essência saía do alambique direto para os tambores de 180 kg, que eram transportados até a cidade em pequenas embarcações. Lá, esses produtos eram recebidos pelo gerente de escritório ou pelo próprio dono da usina. Os produtores negociavam as essências com empresas de cosméticos do país, mas a maioria era exportada. Os tambores normalmente eram depositados em navios, que tinham como destino Belém, a capital do Pará.



Imagem 02: Rolos de pau-rosa no porto de Maués. **Fonte:** IBGE, 1965.

Destes locais, os tambores de essências eram encaminhados ao sudeste do país e de São Paulo e Rio de Janeiro, eram exportados para França, Estados Unidos, Suíça, Espanha, Reino Unido, Holanda e Alemanha Ocidental, tendo em vista o abastecimento de indústrias de cosméticos.

Acredita-se que as usinas Santo Antônio e Fé em Deus foram instaladas no início da década de 1950. As usinas faziam vários trajetos, pois o que determinava o tempo de estadia era a quantidade de árvores de pau-rosa. Ao se esgotarem as fontes naturais, as usinas eram deslocadas. A Santo Antônio começou a produção no rio Paratucu e finalizou nos rios de Maués. Processo semelhante ocorreu com a usina Fé em Deus, que iniciou no rio Nhamundá Grande, passou pelos rios Paratucu, Tapajós e finalizou no rio Mampurú, município de Parintins. Abaixo segue um registro de usina do ano de 1966.



Imagem 03: Usina de Raimundo Pio - localizada em reserva indígena, no Andará. **Fonte:** SPI, 1966



Imagem 04: Usina – Maués. **Fonte:** IBGE, 1965.

1.1.2 Extração da essência a partir das folhas e novos adeptos

Para preservar a espécie do pau-rosa e garantir o fornecimento da matéria-prima para a indústria perfumista, o professor Lauro Barata, do Laboratório de Química de Produtos Naturais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), começou a desenvolver em 1998

um projeto de extração do óleo essencial das folhas, o que resultou em rendimento e qualidade semelhantes aos obtidos da madeira (ERENO, 2005)¹².

Segundo Ereno (2005), o interesse do professor da Unicamp em estudar a árvore amazônica surgiu em 1997, quando ecologistas franceses iniciaram uma campanha para boicotar os produtos da Chanel por conta da extração do pau-rosa e a consequente devastação da floresta. Em resposta, a empresa francesa contratou a ONG Pro-Natura, de origem franco-brasileira, que trabalha em parceria com empresas para desenvolver programas de desenvolvimento sustentável. O objetivo era encontrar uma solução que acalmasse o ânimo dos grupos ambientalistas. Barata foi então chamado pela ONG para fazer um diagnóstico da situação da extração do óleo da árvore amazônica.

No relatório final, ele ensinava como trabalhar com a produção sustentável do pau-rosa, que começava com o cultivo e o manejo e passava pela extração das folhas. "Fizemos um levantamento inventariando a situação e a empresa se comprometeu a adotar o desenvolvimento sustentável proposto no nosso relatório", diz Barata. "A solução apontada conseguiu barrar as manifestações programadas." Mas até hoje eles continuam a comprar o extrato obtido das árvores cortadas inteiras no meio da floresta (ERENO, 2005, p.64).

Pelas afirmações de Ereno (2005), no ano de 2005 a Chanel ainda comprava essência do pau-rosa. Atualmente, ela utiliza *linalol* sintético, mas não se sabe exatamente o ano em que deixou de comprar o óleo da *aniba*. Provavelmente, foi a partir do ano de 2010, quando o pau-rosa passou a ter controle internacional – Cites.

Para a árvore na floresta chegar ao ponto de corte, demora em média de 30 a 35 anos. E para se obter uma tonelada do *linalol* é necessário derrubar de 25 a 50 árvores. Se o manejo e cultivo forem bem feitos, com a escolha de melhores matrizes, esse prazo cai para 25 anos. A partir do estudo encomendado pela Chanel e com o projeto financiado pelo Basa, Barata fez

¹² Matéria publicada na revista Pesquisa Fapesp, edição 111, em maio de 2005. Autora do texto: Dinorah Ereno. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2005/05/01/pau-rosa-n5/>

várias viagens à região amazônica, que resultaram em um trabalho de cultivo do pau-rosa em parceria com o produtor Raul Alencar. Uma área de capoeira - mata que surge depois do desmatamento da floresta original - no município de Nova Aripuanã, no estado do Amazonas, foi escolhida para abrigar as mudas da planta (ERENO, 2005).

A substância *linalol* poder ser encontrada em outras fontes vegetais, como o manjeriço e a sacaca, mas não disponibiliza a qualidade da substância fixadora de fragrâncias, como apresenta o óleo extraído diretamente da madeira pau-rosa. Mais tarde, por meio de pesquisas realizadas, a substância também foi encontrada nas folhas e galhos da árvore.

No manjeriço, por exemplo, o *linalol* apresenta apenas 30% da composição do óleo, diferentemente do pau-rosa, onde esta composição aparece em 87% do óleo. Logo, este é um dos reais motivos da causa enfatizada inicialmente aqui nesse trabalho, a extração predatória do pau-rosa.

Após a descoberta da extração da essência a partir das folhas e a pressão dos órgãos de proteção ambiental como o Ibama e a Cites, alguns produtores aderiram à nova técnica. Raul Alencar, no município de Nova Aripuanã, foi um dos primeiros a aderir. Ele participou do projeto experimental do professor Lauro Barata e juntos plantaram 10 mil mudas, em 1998. Carlos Magaldi, atual proprietário da usina Santa Tereza, município de Maués, é um dos poucos que exporta a essência, pois em 1989, para cumprir à medida do IBAMA, seu pai fez um plantio de 11 mil árvores. É deste plantio que extrai a essência a partir da nova técnica, a destilação das folhas. Em Silves, o grupo de mulheres da Avive também extrai a essência a partir das folhas para a fabricação dos sabonetes à base de pau-rosa.

1.2 Histórico de produção e exportação do pau-rosa

A exploração do pau-rosa teve início em 1875, na Guiana Francesa. A primeira exportação aconteceu em 1883, da Guiana para a França, e a partir desse período as árvores começaram a ser exploradas no Brasil no ano de 1926, em três estados Amapá, seguido do Pará e Amazonas, a fim de atender a demanda do mercado consumidor (BATISTA, 2007).

Bastos (1943) relata como ocorreu o primeiro contato com a árvore do pau-rosa:

Em 1672, em excursão pela Guiana Francesa, Aublet encontrou o pau-rosa, ao qual os índios denominavam “likari”. Devido a essa denominação, Aublet classificou botanicamente a espécie como *Licariaguianensis* Aubl. Em 1875, Samarin extraiu pela primeira vez a essência contida na madeira, e, em 1881, Morin separou o álcool que lhe imprimia o perfume peculiar, ao que denominou *linalol* (BASTOS, 1943, p. 17).

Durante muito tempo, o nome científico da espécie foi tido como incerto e sua ocorrência restrita às Guianas. Até que, em 1926, a espécie era descrita baseada no material botânico da região do Oiapoque, que a classificou como *Aniba rosaeodora*.

Sobre a essência de pau-rosa, Le Cointe (1931) a descreve como “um líquido incolor, muito fluído, de odor agradável (mistura de rosa, limão e bergamota), oxidando-se facilmente ao ar, tornando-se então xaroposo, amarelo, com cheiro de terebintina” (LE COINTE, 1930, p. 15). Quanto à madeira da *aniba*, Corrêa & Penna (1931, p. 17) a caracteriza como “pesada, cerne castanha-amarelado com ligeiros reflexos róseos, cheiro ativo, mais intenso ao cortar; fácil de trabalhar, recebe acabamento esmerado”.

Alguns anos depois, Ducke tomou conhecimento da existência de dois focos de *Aniba* em regiões diferentes, uma na região das Guianas, incluindo a margem brasileira do Oiapoque (conhecida há séculos), e a outra limitada às terras altas ao sul do rio Amazonas, de Juruti Velho a Maués (DUCKE, 1930, p. 19).

Observou-se nos relatórios de Ducke (1930) que a região de Juruti Velho, município do Pará, antes da descoberta do pau-rosa nas matas locais, em 1925, sobrevivia da extração de castanha-do-pará. Mas a partir daí prosperou com a implantação de usinas para extração da essência do pau-rosa.

Outra região de ocorrência considerada pelo autor é ao longo do rio Amazonas, porém numa distância de algumas dezenas de quilômetros ao sul e ao norte, em duas faixas, cuja meridional, mais explorada, se estende de Juruti Velho (limite ocidental do estado do Pará) até o rio Purus (Estado do Amazonas), e cuja a setentrional vai do rio Trombetas até as terras altas ao norte de Manaus (MANAUS, 1999, p. 09).

Em 1930, Ducke fez o primeiro mapeamento das populações de pau-rosa na região amazônica e, posteriormente, em 1938, o que indica a distribuição da espécie para a mata pluvial do interior da Guiana Francesa, das partes vizinhas do Brasil (Oiapoque/Amapá) e do Suriname. Pelo relatório, as árvores de pau-rosa encontram-se restritas à porção ocidental da Amazônia, visto que no Pará e Amapá são encontrados somente grupamentos pequenos ou indivíduos isolados remanescentes das antigas populações exploradas. A exploração da espécie ficou restrita, no final da década de 1970, ao estado do Amazonas, onde a espécie nesse período era explorada nos municípios de Nhamundá, Borba, Parintins, São Sebastião do Uatumã, Itacoatiara, Maués, Parintins e Nova Olinda do Norte, segundo documentação do cadastramento de atividade de extração de essência de pau-rosa no Estado (IBAMA, 1997).

Os primeiros dados sobre as exportações da essência afirmam que tiveram início em 1910, quando exportaram mais de uma tonelada da capital da Guiana Francesa:

Em 1910, as exportações de pau-rosa de Caiena atingiam 1.262.000 kg de madeira e 22.100 kg de essência. As áreas de exploração da espécie foram se ampliando devido à necessidade de prosseguir com as exportações e às dificuldades de ainda se conseguir o produto nas matas locais, chegando ao território brasileiro, onde por fim foi instalada uma usina de extração da essência, à margem do rio Taparapu, afluente do Oiapoque. (MANAUS, 1999, p. 15).

Devido à escassa quantidade de árvores de pau-rosa e à dificuldade de conseguir mão de obra para tal atividade, Bastos (1943) afirma que houve a necessidade de explorar outras regiões onde poderia existir a matéria-prima. Foi quando tiveram conhecimento da existência do pau-rosa nas matas de Juruti Velho. Em 1926, no Brasil, foram exportados 15.518 kg de essência, dos quais 12.757 kg eram provenientes das usinas do baixo e médio Amazonas.

O aumento da procura do mercado acelerou a produção e logo se esgotou a população de pau-rosa do município paraense, que funcionou por aproximadamente um ano, dado que evidencia a rapidez com que acontecia a exploração da madeira. Com o esgotamento da área e a crescente demanda do mercado de cosméticos, surgiram novas usinas em outras áreas da região.

O aumento do número de usinas e conseqüentemente da produção causou uma queda no valor da essência, processo natural do mercado financeiro. Por conta disso, em 1932, o governo do Amazonas obrigou as oito usinas que funcionavam no estado a se reunirem em consórcio, fixando um limite anual de exportação da essência. O mesmo foi feito no estado do Pará em 1935, causando estabilidade no preço do produto (BASTOS, 1943, p. 23).

Os principais compradores do produto, na época, eram os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, os quais utilizavam o *linalol* como substituto da essência de bergamota, para fabricação do aceto de linalila. Mas, a partir da entrada do Japão no mercado comprador, na década de 1940, ocorreu uma brusca e constante valorização do pau-rosa. Em 1941, foram exportados 230.000 kg de essência de pau-rosa.

A maior quantidade de essência registrada foi na década de 1950, com média anual de 408.200 kg, e as quantidades exportadas com média anual de 297 toneladas. Em 1955, o ciclo da extração atingiu o seu máximo, com 599 toneladas e, em 1951, registrou-se o maior volume exportado, de 444 toneladas. Foi o período em que mais se explorou árvores de pau-

rosa. As cotações apresentaram tendência crescente até 1954, para então decrescer até o final da década. Em 1951, a produção foi muito estimulada pela aplicação do rege de compensação de câmbio ao comércio de óleo de pau-rosa. Neste ano, a maior parte do óleo exportado pelo estado do Amazonas foi vendida a preço mínimo de US\$ 1.388/tambor, alto valor se comparado à moeda brasileira, o cruzeiro, na época. Isto permitiu lucros satisfatórios nas vendas feitas com câmbio vinculado. Em 1951, os embarques nos estados do Amazonas e Pará alcançaram quantidade recorde, sendo interessante notar que mais de 100 toneladas foram vendidas para a Inglaterra. Até a década de 1950, a extração de pau-rosa foi crescente, assemelhando-se à atual fase de extração madeireira, na incorporação de novas áreas de extração (HOMMA, 2003).

Homma (2003) observa que, durante a década de 1960, a quantidade anual média extraída foi de 259.600 kg e as exportações anuais médias de 196.926 kg, semelhantes às da década de 1940. Nesse período, o setor começava a evidenciar sinais de esgotamento dos estoques de matérias-primas mais acessíveis, decorrente da extração desgovernada. O produto sintético reinou e as cotações para o período foram relativamente baixas, com a escassez do produto natural. A manifestação do esgotamento, que se evidenciava pelo grande número de abate de árvores (20.000 árvores/ano), ensejou o início do desenvolvimento de pesquisas com vistas à domesticação do pau-rosa e descoberta de outros sucedâneos naturais que contivessem *linalol*.

Em 1960 surgiu a versão sintética do pau-rosa, iniciada no final da década de 1950 por laboratórios americanos. O novo produto não apareceu para competir, mas sim para atender uma demanda do mercado consumidor, pois as áreas de populações de pau-rosa estavam se esgotando e o mercado em alta¹³.

¹³ Dados publicados em reportagem da Folha de S.Paulo, em 20 de julho de 1997, por Marta Avancini, diretamente de Paris. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft200701.htm>

A partir de 1970, em decorrência da exploração desordenada, as usinas do Amapá e Pará fecharam as portas. O pau-rosa então se concentrou no estado do Amazonas e houve uma redução drástica na produção, de 2.000 tambores por ano (com 180 kg de óleo essencial cada um) nas décadas de 40 e 50, para 250 a 300 tambores por ano (IBAMA, 1997). Nota-se que a queda na exportação não ocorreu em decorrência da versão sintética, mas sim pela falta do produto natural. Mesmo com o surgimento do *linalol* sintético, a maioria das empresas de cosméticos não aderiam ao novo produto e continuaram a comprar o *linalol* do pau-rosa.

Neste ano iniciou-se também o processo de domesticação do pau-rosa, através dos esforços da antiga Sudam, que atuava na região de Santarém (PA), onde se faziam experimentos de povoamentos homogêneos em solos anteriormente explorados com pau-rosa. Ainda no Pará, o Museu Paraense Emílio Goeldi desenvolvia pesquisa para encontrar sucedâneos naturais para o pau-rosa e outras essências (HOMMA, 2003). O autor relembra que nesse período já existiam dezenas de plantas vulgares que produziam *linalol*, entre elas bergamota, limão, jasmim e manjeriço. O grande problema da extração a partir dessas plantas para a utilização na perfumaria fina refere-se à “transferência de odores de frutas, teor de gordura, por serem, às vezes, irritantes para as vias respiratórias e a pele, e não terem o *bouquet* indispensável” (HOMMA, 2003, p. 24).

Dois fatores apontados por Homma (2003) influenciaram no esgotamento das populações naturais de pau-rosa. O primeiro foi a introdução da motosserra na Amazônia, a partir de 1971, e em segundo a abertura de estradas que permitiram acesso a novas áreas até então inacessíveis e à elevação da produtividade da mão de obra.

Em termos econômicos, o preço da essência atingido em 1974 foi o maior desde a década de 1950. Isso se deve à queda da produção, quando as áreas estavam se esgotando e as que ainda existiam eram de difícil acesso. Essa euforia especulativa gerou, em função da elasticidade-preço da oferta, uma produção de mais de 500 toneladas de óleo de essencial de

pau-rosa, equivalente a quase 3.000 tambores, que não puderam ser escoados por falta de mercado. Aumentou o produto, caiu o preço.

Em 1975, adianta Samuel Benchimol (1977), o setor experimentava uma súbita queda de 4.623% nas cotações, que recaiu também sobre todos os óleos essenciais no mundo. Com isto, desencadeou-se a pior crise no comércio de óleo essencial de pau-rosa, agravada pela acumulação de um estoque de 2.500 tambores, que foi exaurindo, financeiramente, os exportadores-beneficiadores, tragados pela alta dos juros e pela correção monetária do penhor mercantil. As pressões do setor terminaram por sensibilizar o Banco do Brasil, que resolveu acudir em julho de 1976, com empréstimos a juro zero e opção de compra depois de decorridos 12 meses.

Após a grande queda nos preços em 1975, as exportações reduziram-se ao nível mais baixo desde 1943, o que contribuiu para a elevação dos preços. Houve crescimento nas quantidades exportadas no quinquênio 1976 a 1980, notadamente dos estoques acumulados. A quantidade média anual exportada, no período 1980 a 1985, caiu para 103.331 kg, prevalecendo a tendência decrescente desde a década de 1960. Apesar de as cotações mostrarem-se relativamente elevadas, os preços reais, com exceção ao de 1983, mostraram-se semelhantes aos das décadas anteriores (HOMMA, 2003).

A partir da década de 1980, o óleo natural da *aniba* passou a valer mais pela sua fragrância e odor (nota madeira) do que pelos seus 85% de *linalol* contido (HOMMA, 2003).

Com a escassez do óleo essencial de pau-rosa, não se utiliza o óleo natural para extrair *linalol* nele contido como fixador, mas é utilizado pelas suas qualidades de odor e fragrância. Ocorre também, que as grandes empresas de perfumaria que manipulam as fórmulas dos bouquets (mix de essências) misturam o sintético com o produto natural, geralmente, na base de 70% sintético e 30% natural (BENCHIMOL, 2003, p.19).

A partir de 1990, a essência do pau-rosa e sua presença em perfumes finos passam a ser questionadas quanto aos aspectos éticos da forma como era extraída. Um fato marcante foi a ameaça de boicote ao perfume Chanel nº 5 por ONGs francesas, em 1997.

Segundo Homa (2003), as grandes empresas de perfumarias passaram a se especializar em atender a crescente demanda do consumidor natural a partir desta década. Multinacionais francesas como *Yves Rocher*, *Biotherm*, *Clarins* e *Ushua*, a inglesa *The Body Shop* e as americanas *Rose Brier* e *Mahogany* passaram a dedicar-se à venda de cosméticos com base natural.

Muitas dessas empresas tiveram o seu sucesso associado com a defesa da proteção ambiental e dos animais, dos direitos humanos, das parcerias com comunidades carentes, da não utilização de animais nos seus testes de laboratório e de buscar uma qualidade natural e terapêutica dos cosméticos, recorrendo a insumos naturais renováveis e conservando os recursos naturais. O sentido do mercado global é associado para os produtos até então com mercados exclusivamente locais (HOMMA, 2003, p. 24).

Nesta linha ecológica, cresceu também o mercado de plantas medicinais e aromáticas, de modo que o Mercado Ver-o-Peso, em Belém (PA), ganhou força entre as barracas de cheiro e, à frente delas, as barracas de mandingueiras, constituindo em sucesso de programas de televisão (BEZERRA *apud* HOMMA, 2003).

Segue a tabela de produção e exportação de essência, referente aos anos de 1937 a 2013, com dados detalhados:

| Ano | Extração | | Exportação | | | Preço médio US\$/ Tambor |
|------|------------|--------------------|-------------|------------------------|------------------|--------------------------|
| | Quant. (t) | Valor (Cr\$ 1.000) | Quant. (kg) | Valor (Cr \$ 1.000,00) | Valor (US\$) FOB | |
| 1937 | 160 | 5.059 | 130.706 | - | - | - |
| 1938 | 109 | 3.738 | 92.789 | - | - | - |
| 1939 | 167 | 6.625 | 185.177 | - | - | - |
| 1940 | 220 | 8.642 | 197.000 | 10.267 | - | - |
| 1941 | 324 | 24.411 | 275.000 | 21.289 | - | - |
| 1942 | 268 | 39.252 | 153.000 | 22.746 | - | - |
| 1943 | 170 | 24.502 | - | 67 | - | - |
| 1944 | 335 | 34.850 | 306.000 | 37.977 | - | 214 |
| 1945 | 167 | 20.013 | 66.000 | 11.615 | - | 618 |
| 1946 | 481 | 76.210 | 332.000 | 58.662 | - | 611 |
| 1947 | 193 | 16.593 | 210.000 | 26.517 | - | 425 |
| 1948 | 103 | 8.025 | 60.000 | 6.085 | - | 341 |
| 1949 | 305 | 25.083 | 281.000 | 25.642 | - | 307 |
| 1950 | 590 | 22.579 | 335.000 | 40.115 | - | 403 |
| 1951 | 356 | 32.135 | 444.000 | 68.073 | - | 1.388 |
| 1952 | 265 | 33.930 | 145.000 | 22.511 | - | 1.586 |
| 1953 | 478 | 58.630 | 332.000 | 55.012 | - | 1.280 |
| 1954 | 454 | 61.039 | 268.000 | 65.167 | - | 2.731 |
| 1955 | 599 | 153.866 | 360.000 | 149.360 | 3.015.000 | 1.507 |
| 1956 | 342 | 76.424 | 288.000 | 111.788 | 2.157.000 | 1.348 |
| 1957 | 293 | 66.566 | 181.000 | 75.687 | 1.307.000 | 1.300 |
| 1958 | 272 | 101.648 | 111.000 | 54.850 | 584.000 | 947 |
| 1959 | 433 | 112.264 | 326.000 | 185.117 | 1.239.000 | 684 |
| 1960 | 289 | 103.245 | 157.000 | 116.711 | 638.000 | 733 |
| 1961 | 221 | 93.852 | 174.000 | 161.537 | 649.000 | 688 |
| 1962 | 157 | 86.116 | 95.000 | 184.979 | 506.000 | 1.054 |
| 1963 | 134 | 160.806 | 61.000 | 213.442 | 383.000 | 1.136 |
| 1964 | 205 | 725.449 | 102.000 | 634.578 | 474.000 | 861 |
| 1965 | 283 | 1.030.316 | 241.000 | 1.922.294 | 1.052.000 | 780 |

| | | | | | | |
|------|-----|-----------|---------|---------------|-----------|-------|
| 1966 | 256 | 1.348.350 | 204.000 | 2.135.263 | 980.000 | 867 |
| 1967 | 346 | 2.078.482 | 311.000 | 4.346.997 | 1.657.000 | 935 |
| 1968 | 377 | 2.793.659 | 336.700 | 5.051.605 | 1.554.000 | 841 |
| 1969 | 328 | 3.000.240 | 287.560 | 5.085.000 | 1.290.000 | 790 |
| 1970 | 321 | 2.493.000 | 280.963 | 5.262.000 | 1.151.000 | 711 |
| 1971 | 155 | 2.095.000 | 217.000 | 4.499.000 | 849.000 | 678 |
| 1972 | - | - | 175.000 | 5.713.000 | 963.000 | 1.159 |
| 1973 | - | - | 244.000 | 20.131.000 | 3.312.000 | 2.674 |
| 1974 | - | - | 313.657 | 40.654.328 | 6.201.681 | 3.292 |
| 1975 | 500 | - | 95.000 | 8.323.000 | 1.042.000 | 1.770 |
| 1976 | - | - | 18.000 | 2.257.772 | 211.600 | 2.116 |
| 1977 | - | - | 116.660 | 18.346.646 | 1.325.293 | 2.045 |
| 1978 | - | - | 116.923 | 22.656.283 | 1.262.918 | 1.944 |
| 1979 | - | - | 123.909 | 35.692.420 | 1.439.042 | 2.090 |
| 1980 | - | - | 155.020 | 93.267.961 | 834.570 | 969 |
| 1981 | - | - | 56.155 | 70.377.561 | 834.120 | 2.674 |
| 1982 | - | - | 59.445 | 131.160.838 | 827.472 | 2.506 |
| 1983 | - | - | 110.410 | 1.205.041.085 | 2.033.917 | 3.316 |
| 1984 | - | - | 146.705 | 3.133.414.371 | 2.182.318 | 2.678 |
| 1985 | - | - | 92.255 | 4.593.378.598 | 938.065 | 1.830 |
| 1986 | - | - | 48.332 | - | 500.243 | 1.863 |
| 1987 | - | - | 39.386 | - | 713.984 | 2.263 |
| 1988 | - | - | 94.876 | - | 2.305.986 | 4.375 |
| 1989 | - | - | 78.435 | - | 2.154.335 | 4.944 |
| 1990 | - | - | 59.772 | - | 1.815.366 | 5.467 |
| 1991 | - | - | 73.512 | - | 2.374.952 | 5.815 |
| 1992 | - | - | 77.996 | - | 1.845.844 | 4.260 |
| 1993 | - | - | 51.410 | - | 1.882.128 | 6.590 |
| 1994 | - | - | 59.684 | - | 1.429.206 | 4.310 |
| 1995 | - | - | 59.095 | - | 1.740.476 | 5.301 |
| 1996 | - | - | 47.443 | - | 1.293.239 | 4.907 |
| 1997 | - | - | 45.954 | - | 1.756.940 | 6.882 |

| | | | | | | |
|------|---|---|--------|---|-----------|--------|
| 1998 | - | - | 35.456 | - | 1.573.011 | 7.986 |
| 1999 | - | - | 39.901 | - | 1.567.379 | 7.071 |
| 2000 | - | - | 31.557 | - | 1.041.292 | 5.939 |
| 2001 | - | - | 29.980 | - | 957.082 | 5.746 |
| 2002 | - | - | 22.816 | - | 694.245 | 5.477 |
| 2003 | - | - | 32.398 | - | 1.108.920 | 6.161 |
| 2004 | - | - | 29.453 | - | 1.462.742 | 8.939 |
| 2005 | - | - | 38.528 | - | 2.615.774 | 12.221 |
| 2006 | - | - | 21.137 | - | 2.067.863 | 17.610 |
| 2007 | - | - | 36.119 | - | 2.946.676 | 14.685 |
| 2008 | - | - | 21.137 | - | 2.291.333 | 19.513 |
| 2009 | - | - | 16.955 | - | 1.798.841 | 19.097 |
| 2010 | - | - | 4.164 | - | 486.762 | 21.042 |
| 2011 | - | - | 3.316 | - | 542.680 | 29.458 |
| 2012 | - | - | 1.080 | - | 133.200 | 22.200 |
| 2013 | - | - | 2.075 | - | 399.730 | 34.675 |

Tabela 01: Produção, exportação e valores. **Fonte:** Homma, 2014.

1.2.1 Medidas de proteção

O primeiro decreto para controlar a exploração desordenada do pau-rosa ocorreu em 9 de abril de 1932, quando o Governo do Estado do Amazonas promulgou o Decreto 1.455, que estipulava a quantidade de óleo a ser produzida anualmente e a obrigatoriedade do replantio pelas usinas, por árvore de pau-rosa abatida. Praticamente, todos os extratores subscreveram esta obrigação com prazo de validade de cinco anos e com a intenção de renovar por outros cinco anos. Sobre essa questão, Iannuzzi (2009) afirma que esse decreto o prejudicou na produção da essência:

A legislação dificultou muito meu trabalho, cada ano que passava ela foi ficando mais severa, e eu não conseguia mais me manter. Fui multado pelo IBAMA com uma dívida de reflorestamento de 80 mil pés de pau-rosa. E em 2005 eu cumpri toda a multa. Isso eu posso afirmar, enquanto existem

muitos que trabalham com pau-rosa na clandestinidade, eu tenho nome limpo, paguei todas as minhas contas e tenho hombridade de assumir tudo (Entrevisa, 2009).

Nota-se nesta fala que os produtores não tinham consciência ambiental e visavam apenas o lucro imediato. Estas medidas eram vistas como forma de prejudicar o comércio. O mesmo pensamento é compartilhado por Zanoni Magaldi, produtor de pau-rosa desde 1955, no município de Maués.

Agora só se trabalha de dia, porque não pode mais tirar pau-rosa da floresta. O IBAMA proibiu e nós trabalhamos eventualmente porque fiz um plantio de pau-rosa desde 1989. É dessa área que a gente tira, mas é pouca coisa. A nossa produção de pau-rosa, naquela altura, era de 150 tambores por ano, até 180. O J. P. Alves produzia 300 tambores. A produção total do estado do Amazonas era de 2.500 a 2.800 tambores exportados. Hoje, por exemplo, ninguém mais mexe com pau-rosa porque está proibido. Quando vamos fazer uma exportação, vendemos dez tambores no máximo (MAGALDI, 2016).

Na fala de Zanoni, verifica-se que exportam aproximadamente 10 tambores. Isto, considerando-se a produção nacional, é extremamente inferior aos “anos dourados” do pau-rosa, mas ainda assim comercializam a um alto valor. Cada tambor suporta 180 kg de essência e atualmente cada quilo é comercializado a US\$ 200. O empresário garante que paga os impostos normais, sem *royalty* ao município de Maués.

Neste mesmo ano em que foi decretado o limite de produção, também foi criada uma cooperativa no estado do Amazonas, o que resultou mais tarde no Consórcio dos Extratores de Essências Vegetais. O estado do Pará adotou idêntica medida em 1935. Atuante em estrita cooperação com o Governo, o Consórcio estabelecia, para cada ano, a quantidade máxima a ser exportada, a correspondente quantidade a ser extraída e estabelecia as cotas para cada membro.

Kissin (1952) afirma que essa forma de “controle” de extração identificava a proteção para os membros do Consórcio, que exploravam um recurso de propriedade comum

transformando-se em propriedade privada. O Consórcio atuava também como estabilizador de produção e de qualidade, promovia vendas e incentivava as exportações. Era uma organização de nove membros no estado do Amazonas e seis no Pará. Como resultado da obrigatoriedade do replantio, cerca de 28 mil árvores chegaram a ser plantadas, no período de 1933 a 1943, utilizando-se mudas obtidas por regeneração natural. O Consórcio continuou até 1944, quando a emergente demanda de borracha vegetal pelos Estados Unidos e países aliados atraiu toda a mão de obra disponível à extração do látex, relegando a extração de pau-rosa para segundo plano.

Homma (2003) explica que no período que antecedeu a II Guerra Mundial, o Governo estabeleceu uma série de medidas, como a de limitar a extração em torno de 100 toneladas anuais de óleo de pau-rosa e fixar as exportações em, aproximadamente, 80 toneladas, com o objetivo de manter a demanda e o preço em alta, o que só ficou no papel, pois mesmo com essas recomendações, a extração média anual da década de 1940 foi de CR\$ 256,600 kg e uma exportação média anual de 188 mil quilos.

Guentether (1952) relembra que a comercialização da essência do pau-rosa teve uma queda no período da II Guerra Mundial, decorrente da paralisação dos negócios com a Europa, causando irregularidades nas quantidades extraídas e exportadas. A entrada do Japão na Guerra, em 1941, provocou a paralisação da extração de *linalol* de árvores de Lho-oilo, um sucedâneo extraído das florestas em Taiwan, desde 1920, provocando grandes conflitos na população rural. Esta árvore é encontrada também no Japão e na China. Com isto, o preço alcançou, em pouco tempo, para a moeda da época, CR\$ 100 o quilograma e chegou para CR\$ 200, assegurando lucros extraordinários para os extratores arregimentados nos Consórcios do Pará e Amazonas.

[...] Surgiram protestos e pedidos de todos os lados. Então o Governo Federal retirou daquelas duas organizações o direito de arbítrio exclusivo na

extração e produção de essência de pau-rosa. Aos interventores dos Estados do Amazonas e Pará cabiam autorizar ou negar a instalação de novas usinas e fixar a cota de exportação de cada produtor (GUENTETHER, 1952, p.27).

Nessa linha de análise, Guentether (1952) expõe que em decorrência do cenário resquício da II Guerra Mundial, no estado do Amazonas, os proprietários de usina se reuniram numa organização denominada Conferência dos Produtores de Óleo de Pau-Rosa, que foi amparada por legislação estadual, Lei 152, de 27 de novembro de 1947, e reconhecida como órgão de consulta do Governo Estadual. Essa Conferência tinha como órgão executivo uma comissão permanente e atuava, sobretudo, fixando semestralmente o preço mínimo para o produto, com o intuito de firmar a situação dos exportadores em face dos compradores e representar os interesses comuns da indústria em relação ao poder público federal e estadual. A Lei que amparou os produtores de pau-rosa reconheceu a necessidade de seu plantio, prescrevendo certas medidas para prevenir a gradual extinção das árvores de pau-rosa. Dessa forma, o Governo, em colaboração com a Conferência, estabeleceu que uma árvore deveria ser plantada para cada 20 kg de óleo vendidos (HOMMA, 2003).

Devido à alta taxa de produção e esgotamento das populações de pau-rosa, o Ibama tomou uma segunda medida para preservar a espécie. Dessa forma, o Instituto editou a Portaria 01/98, em 18 de agosto de 1998, regulamentando a exploração, industrialização e comercialização do pau-rosa no Amazonas. Essa portaria estabeleceu o abate de árvores com diâmetro superior a 20 cm e o plantio de 4 árvores por metro cúbico de matéria prima em 1998, de 8 árvores a partir de 1999 e, a partir de maio de 2000, as empresas que industrializam pau-rosa deveriam ter implantados plantios equivalentes ao consumo anual. Atualmente, estima-se que existem cerca de 42 mil mudas de pau-rosa plantadas no estado do Amazonas. A tendência crescente do valor do produto exportado foi acompanhada pelo declínio da quantidade extraída (FERREIRA apud HOMMA, 2003).

Para Homma (2003), a incorporação da proteção ambiental na indústria de cosméticos é perceptível em grandes empresas e também nas pequenas indústrias comunitárias, no Brasil. Em 1993, foi fundada a Associação de Silves pela Preservação Ambiental (Aspac), no município de Silves, estado do Amazonas, antiga região extratora de óleo de essência de pau-rosa. Em 1999, foi criada a Associação Vida Verde da Amazônia (Avive) com o objetivo de elaborar uma proposta de projeto comunitário para o desenvolvimento de uma linha de produtos naturais aromatizados com os óleos essenciais regionais. Com a colaboração de instituições de pesquisa, do Fundo Mundial para a Vida Selvagem e do governo da Áustria, foi implantada uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), por meio do Edital 4 do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em 2001. Utilizando equipamentos de rapel para a coleta de sementes, folhas, galhos e cascas de árvores, além de outros equipamentos para a destilação e o preparo de óleos (capacidade de 20 litros), passaram a plantar espécies nativas aromáticas, ao mesmo tempo em que desenvolviam novas linhas de produtos e de embalagens (HOMMA, 2003, p. 25).

1.2.2 Distribuição de usinas

Com a escassez de transporte marítimo por ocasião da I Guerra Mundial, partiu-se para a destilação no próprio local de extração. Dessa forma, 50 destilarias do interior chegaram a exportar, por ano, mais de 86 toneladas de óleo essencial de pau-rosa. Nos estados do Amazonas e Pará, nas décadas de 1930 e 1940, implantaram-se mais de 40 usinas para o processamento desse óleo essencial. Na década de 1950, havia cerca de 50 destilarias, a maioria no estado do Amazonas (HOMMA, 2003).

Em 1993, a Amazônia Legal contava com 10 usinas em funcionamento, gerando 1,5 emprego por cada tambor de essência beneficiado. Apesar do

rigor da legislação trabalhista, são poucas as reclamações na justiça, denotando um desinteresse dos filhos dos antigos extratores no trabalho com o pau-rosa. Uma tradicional firma de extração, a Francisco Iannuzzi, sediada em Parintins, no início da década de 1990, produzia 150 a 200 tambores/ano (HOMMA, 2003, p. 27).

Em 1969, conforme levantamento realizado pela antiga Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, havia 53 usinas de destilação em funcionamento, sendo 3 no Pará e 50 no Amazonas (TEREZO *apud* HOMMA, 2003). Em decorrência do esgotamento das áreas mais acessíveis e das baixas cotações do produto, com a expansão do produto sintético, em 1971, esse total reduziu-se para 24 usinas, sendo 9 no Pará e 15 no Amazonas. Em 1980, segundo dados do Censo Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse número caiu para quatro estabelecimentos apenas no estado do Amazonas. Em 1988, encontravam-se em funcionamento 6 usinas de destilação.

Em 2003, a procura por óleo essencial de pau-rosa era grande, mas existiam apenas sete destilarias em funcionamento no Amazonas. A extração é efetuada em terras públicas do estado do Amazonas, sobretudo na bacia dos rios Jatapu e Nhamundá, e do alto rio Trombetas, no estado do Pará. Houve melhoria do processo tecnológico, com a utilização de equipamentos de extração madeireira usados para o transporte de toras, mediante arraste com abertura de estradas, permitindo distanciar das margens dos rios (HOMMA, 2003).

A exploração do pau-rosa continuou, mesmo sob medidas de proteção tomadas pelo Ibama. Alguns produtores exerceram a atividade até o final da vida, como Francisco Iannuzzi, Renato Rossy e Wladimir Rossy, considerados como os principais empresários de essência. Em 2011, a morte do empresário Francisco Iannuzzi foi noticiada em vários jornais e blogs locais, entre eles o Blog do Rildo Maia, que publicou a seguinte manchete: “Parintins perde Francisco Iannuzzi aos 76 anos – o empresário chegou a ser o maior exportador de óleo essencial de pau-rosa”.

A família Magaldi, do município de Maués, atualmente é a única produtora do óleo na cidade. Pertence a um seleto grupo de pessoas no estado do Amazonas a produzir o óleo, já que algumas empresas fecharam suas portas por motivos diversos, entre eles a legislação imposta pelo Ibama e Cites, assim como a escassez do pau-rosa enfrentada há alguns anos. A fábrica é uma herança de Zanoni Magaldi, deixada por seu pai, Francisco Magaldi.

Em 2012, os Magaldi haviam ficado quase um ano sem produzir o óleo, no aguardo da liberação do Ibama, para que pudessem abater 200 árvores de um estoque de cultivo realizado ainda em 1989. Em fevereiro de 2013, a família havia se programado para produzir 10 tambores com 180 kg de óleo. A primeira vez que os Magaldi fizeram a extração usando os galhos e folhas ocorreu em 2011 e rendeu 14 tambores. A experiência foi fruto da parceria com o pesquisador Lauro Barata, no início de suas pesquisas sobre o pau-rosa.

Em resumo, a exploração não sustentável das árvores de pau-rosa para atender ao mercado consumidor fez com que a espécie entrasse na lista de ameaçados de extinção do Ibama e da Cites. Percebe-se que as medidas foram tomadas muito tardiamente e o Estado só interviu quando o financeiro foi atingido, na década de 40. Desde 1926, a árvore vinha sendo explorada e as poucas medidas tomadas pelos órgãos de proteção não foram suficientes para evitar sua quase extinção.

As ações dos órgãos de proteção eram tão lentas e insuficientes que, desde 1970, o mercado já apontava para o esgotamento das aéreas de pau-rosa, mas só em 1992 a árvore entrou para a lista dos ameaçados de extinção. Ainda assim, as usinas funcionavam normalmente, tanto que em pesquisa realizada pelo próprio Ibama, entre 2003 e 2008, confirmou-se que houve um aumento de exportação de essência em mais de 500% acima do volume autorizado pelo Instituto. Mesmo após a constatação que os produtores burlavam a legislação, só em 2010 que foi tomada uma medida mais drástica, ao inserir a espécie na lista da Cites.

Uma matéria publicada no jornal *Estado de S. Paulo*, em março de 2010, apresenta um panorama da comercialização e exploração predatória:

O que mais afetou a indústria, porém, não foi a concorrência comercial, mas o extermínio de sua matéria prima. Para extrair o óleo essencial de pau-rosa é preciso derrubar árvores, picotar seu tronco e fervê-lo numa caldeira, para que o óleo evapore com a água e condense – técnica chamada de “arraste a vapor”. Para obter 10 quilos de óleo, consome-se 1 tonelada de madeira (ESTADO DE S.PAULO, 2010).

As informações do jornal confirmam que a comercialização da essência não tinha concorrente. O que a afetou mesmo foi o uso não sustentável dos recursos naturais, ao contrário da borracha, que fora afetada pela criação da versão sintética.

Segundo dados da *Folha de S. Paulo*, publicados em julho de 2002, o mercado internacional gira cerca de US\$ 150 bilhões por ano. A venda do óleo de pau-rosa no exterior gira em torno de US\$ 1,5 bilhão por ano e o Brasil é o único produtor. Isto significa que a essência utilizada pelas empresas de cosmético representa 10%. Portanto, o Governo, tanto Estadual como Federal, não tinha interesse em dificultar o processo de produção e exportação. Os produtores se muniam de todas as armas, invadiam terras públicas, inclusive reserva indígena, como denuncia relatório apresentado por Raimundo Pio de Carvalho Lima ao chefe da Primeira Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, em 1966, em visita às comunidades indígenas do rio Andirá - Parintins.

Observei, na usina, tratar-se de um próprio já bastante usado, rusticamente construído (barracão e casas residenciais). Segundo informes colhidos, aquela usina ali está funcionando há oito anos, tendo passado por mãos de diversos proprietários, que pelo que me foi dado a observar durante a caminhada, “limparam” aquela área, de árvore de pau-rosa, encontrando-se apenas toco, assinalando que ali, algum tempo, existiu uma árvore, transformada, posteriormente em essência e CRUZEIROS, ficando a Reserva Indígena prejudicada (RELATÓRIO, 1966)¹⁴.

¹⁴ Relatório de viagem ao Andirá escrito por Raimundo Lima, em 1966, em obediência a uma ordem interna do SPI. Nesta viagem o relator denuncia a invasão de usina em Reserva indígena.

Pelo relatório (1966), é possível perceber como era desempenhada a extração do pau-rosa na região, com invasão de terras indígenas e devastação de florestas com uma única finalidade: o lucro. Essas comunidades ficavam prejudicadas, haja vista que, como afirma o relatório, os indígenas trabalhavam com a produção da farinha. Com o desmatamento das áreas, as roças ficavam cada vez mais distantes das aldeias. Eram poucos os que trabalhavam no processo produtivo da essência.

Andamos pela estrada aberta na mata virgem, onde transitam caminhões (no momento parados) que conduzem o pau-rosa, de enorme distância, em tambores, para Parintins. Existem, cortadas e empilhadas, umas 40 toneladas de madeira, pronta para o transporte, em caminhões (RELATÓRIO, 1966).

As empresas de pau-rosa mantinham uma estrutura eficiente para facilitar a produção a baixo custo. Caminhões, radiofonia, mão de obra barata e terras em abundância e sem fiscalização simplesmente ocupavam as áreas onde encontravam pau-rosa. O documento apresentado por Lima ao SPI não confirma se os índios trabalhavam na extração de pau-rosa, cita apenas a produção de farinha. Mas, neste mesmo documento, está anexada uma fotografia que mostra um grupo de trabalhadores em frente à usina, entre os quais estão índios saterés.



Imagem 05: Trabalhadores – indígenas e caboclos. **Fonte:** Lima, 1966.

Um fato interessante a observar no relatório é a preocupação do relator em frisar que o chefe tome providências para retirar a usina do local, por estar a prejudicar a comunidade. O autor relembra que em outras vezes já foi solicitada a retirada da usina em situação semelhante e a chefia era misteriosamente substituída.

Proponho a essa chefia, que se redija um “Termo de Compromisso”, onde o sr. Raimundo Nonato Barbosa, comprometa-se a retirar a Usina, em determinado prozo, pagando uma indenização pela madeira rolada e empilhada, como indeniz, digo, além de “suspender” a derrubada (nem que seu pessoal o faça) de qualquer árvore de pau-rosa, após assinatura do Termo. Lembro a vossa senhoria, que a ideia desse “Termo de Compromisso”, visa evitar que aconteça como de outras vezes, quando seus proprietários eram chamados a essa Chefia e convidado a retirar seus próprio daquelas terras, imediatamente concordavam e, como sempre acontecia, antes do término do prazo que lhes era acordado, o chefe era substituído, e seu sucessor, ignorava o assunto, por não ter sido firmado nenhum documento, ficavam os proprietários à vontade, continuando a trabalhar e devastar a reserva (RELATÓRIO, 1966).

Isso mostra que os donos de usinas tinham influências políticas sobre os órgãos de proteção, pondo em evidência os “furos” nas medidas e leis de fiscalização ambiental. Outro dado que aparece na fala é a retirada de outros recursos naturais da reserva e, obviamente, de outras regiões por onde as usinas passavam.

O importante, é que a usina seja retirada, para que não seja dizimado, de todo, o pouco que ainda resta em produtos regionais, pois, segundo os próprios índios, não é apenas pau-rosa que extraem, e sim, o que encontraram em suas andanças (RELATÓRIO, 1966).

Pelos apontamentos, observa-se que a Amazônia passou por um crivo de usinas que, a cada passada, extraía todos os produtos comercializáveis. Não tiveram a consciência de preservar as espécies, pois seus interesses eram com as cifras imediatas. E, sem dúvida, os órgãos de proteção foram frágeis quanto ao monitoramento, em comum com o Governo, que não criou políticas de sustentabilidade. O extrativismo, longe dos ideais defendidos por Chico

Mendes, continua a existir de forma insustentável. É preciso fortalecer as políticas ambientalistas e fazer valer cada artigo das legislações.

CAPÍTULO II – A EXPERÊNCIA DO TRABALHO NO PAU-ROSA

2.1 Trabalho compulsório e trabalho análogo ao de escravo

Passemos às discussões sobre as noções de trabalho no contexto amazônico, uma tarefa não tão fácil, haja vista que o trabalho tem suas peculiaridades nesta região, como expõe Torres (2004, p. 58):

Para as populações tradicionais da Amazônia, o trabalho compõe um quadro significativo, é um ato cultural através do qual os nativos dialogam com a terra. Isto, porém, não nos autoriza dizer que o trabalho seja central na vida desses povos, que eram coletores, agricultores e tinham conhecimento das técnicas de beneficiamento dos produtos naturais.

Nos últimos anos, muitos estudos vêm sendo realizados com o objetivo de entender melhor a constituição do trabalho na Amazônia e da vida dos povos tradicionais dessa região. Aqui, a noção de povos tradicionais é entendida segundo a interpretação de Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006), o qual define **povos tradicionais** como os que têm existência coletiva, podendo ser os seringueiros, os castanheiros, os ribeirinhos, as quebradeiras e também os pau-roseiros.

Reis (2007, p. 30), ao escrever sobre os piaçabeiros do município de Barcelos, relembra que quando a Amazônia foi colonizada pelos europeus, as relações de trabalho eram do tipo “familiar coletivizada, de forma que tudo era produzido em prol da comunidade, como forma de suprir as suas necessidades e se ajudarem mutuamente nas dificuldades”. Essa era a forma como se organizavam em seus locais de vivência, tendo **o trabalho** como principal modo de organização, porque era a partir dele que se reproduziam biológica e socialmente sobre o território onde se fixaram ao longo do processo histórico.

Convém notar que o mundo do trabalho amazônico comporta várias atividades e com isso inúmeras categorias nativas (que vem do campo) de trabalhadores, como identificado na historiografia da Amazônia e na coleta dos dados da pesquisa sobre o extrativismo do pau-rosa. Entre as categorias nativas deste trabalho estão o pau-roseiro, abonado, mandatário/patrão, chefe-mateiro, jamaxinzeiro, mulher-solteira, cavaqueiro, marujo, cantineiro, capataz, serrador, carregador de peso, explorador, chofer (motorista), partidor (lenhador), foguista e gerente. Tais categorias precisam ser compreendidas em seu próprio tempo e lugar. Nesse sentido, se analisarmos a historiografia das atividades extrativas, há uma oscilação entre as classificações conforme cada atividade, pois algumas desaparecem por determinado tempo, como as categorias do seringal, e depois reaparecem, como no beneficiamento do pau-rosa, ora com o mesmo significado, ora com outros.

Sobre essas categorias nativas de trabalhadores, é pertinente notar que na obra de Torres (2000, p. 57), a autora afirma que “a heterogeneidade sociocultural e ambiental constitui uma das maiores características da região amazônica”. Essa afirmação é reforçada em estudo desenvolvido por Conceição & Maneschy (2002) sobre tradição e mudanças em meios às populações tradicionais da Amazônia:

Algumas formas de viver e pensar preservadas e conduzidas para dentro da era atual desafiam a noção de "trabalho". Elas têm apontado para o fato de que vários tipos de atividades agroextrativas, antes tidas como atrasadas e primitivas, são capazes de se desenvolver e contribuir para uma nova compreensão das relações sociais e de sua função econômico-social (CONCEIÇÃO & MANESCHY, 2002, p. 154).

No caso particular do nosso objeto de análise, como dito acima, o trabalho era ora concebido como um “ganha-pão”, ora como um dever de “homem esteio” da família, que se diferenciava dos “vagabundos” e “preguiçosos” e, na maioria dos casos, como uma necessidade humana de sobrevivência. Há de se observar como as teorias, mesmo que desenvolvidas em épocas diferentes, atravessaram o tempo e refletem na contemporaneidade.

Teixeira (2009) nos chama atenção para observar o “trabalho” – enquanto categoria ideológica – como um núcleo que organiza toda a vida que se desenrola no interior do seringal. Desde os atos mais simples de extrair látex na mata até as reflexões espirituais e as crenças, tudo passa pela mediação do trabalho:

O trabalho extrativo, em particular, exerce um peso extraordinário sobre a conduta dos que dependem do extrativismo para viver. Trata-se de acentuar desde logo que o trabalho extrativo não parece ser uma simples atividade por meio da qual o homem procura suprir necessidades elementares, ou um simples recurso que utiliza para ir dominando o meio em que vive. Tudo parece indicar que o trabalho que se desenvolve no interior da mata significa, antes de tudo, uma extraordinária manifestação da inteligência do homem (TEXEIRA, 2009, p. 57).

Sobre as dificuldades teóricas para compreender o trabalho e o trabalhador na Amazônia, Torres (2000) explica que este impasse deve-se a:

Vinculação deste à concepção do trabalho assalariado formulada por uma determinada tendência da Sociologia do Trabalho, posto que encerra a perspectiva do trabalho ao âmbito empresarial, no campo monetário e mercantil. Aqui, porém, o importante é notar que a perspectiva linear da concepção de trabalho desconsidera a compreensão de mundos do trabalho, acepção que se aplica a certas realidades do Brasil e da América Latina (TORRES, 2008, p. 58).

Para a autora, não se pode entender as relações de trabalho na Amazônia “preponderantemente pelo trabalho industrial, que é uma modalidade relativamente nova na Amazônia Ocidental e que ganha visibilidade, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX” (TORRES, 2000, p. 58). A economia da Amazônia, desde a colonização portuguesa até meados do século XX, tem sido marcada pelo extrativismo.

Mais do que contribuir para a historiografia do pau-rosa e das relações de trabalho no beneficiamento da essência na Amazônia, o que nos inquietou desde o início foi a forma como os trabalhadores e trabalhadoras, conhecidos como **pau-roseiros** ou **abonados e**

abonadas, eram recrutados para desempenhar inúmeras funções nesta atividade extrativa. O óleo do pau-rosa era muito valorizado comercialmente no século XX, ao contrário dos trabalhadores, que eram submetidos a um trabalho “penoso”. E quanto mais isolada era a usina, mais degradante era o trabalho.

Como recorte para este trabalho, citamos as usinas Santo Antônio, de propriedade de Wladimir Rossy, e Fé em Deus, de Mário Rossy¹⁵, que junto com Américo Esteves¹⁶, Francisco Iannuzzi¹⁷, Leonel Alves¹⁸ e Zanoni Magaldi¹⁹, formavam o pequeno grupo de patrões do pau-rosa, os **mandatários**, como também eram conhecidos na região do Baixo Amazonas. Essa referência “mandatário” é naturalizada pelos trabalhadores, que os concebem como poderosos e autoritários. Isto fica evidente na fala de José Guerreiro, ex-gerente de usina, ao justificar o porquê da sujeição ao trabalho no pau-rosa:

Os **mandatários**, que tinha o nome que chamava “coronel do barranco”. Naquela época não tinha outro trabalho sem ser o pau-rosa e só quem sabia do negócio lá fora [comercialização da essência] era o dono da firma, então o dono da firma que vendia esse produto por alto valor. Os trabalhadores iam abonados, só levavam a roupa do corpo e o calçado deles, lá a gente vendia tudo pra eles, terçado, machado, rancho, que é a manutenção, ele não escravizava a pessoa porque tinha tudo na usina [sic] (GUERREIRO, 2015)²⁰.

¹⁵ Wladimir Rossy foi prefeito do município de Faro – Pará e começou a explorar o pau-rosa em 1950, nos rios Alto Nhamundá e Paratucu – município de Nhamundá, após o esgotamento das áreas desmontou a usina e instalou no rio Parauarú, no município de Maués. Também explorou ouro no Garimpo do Amana, no mesmo rio. Enquanto que Mario Rossy (irmão) começou a explorar a essência do pau-rosa no mesmo ano, mas no rio Paratucu, após comprar uma usina sob influência de seu pai, Fran Rossy, que trabalhou anos com a exploração da madeira. Anos depois desceu e reinstalou a usina no rio Mamurú, região conhecida como Ponta Alta, no município de Parintins – Amazonas. A última instalação foi na sede do município, no bairro de Santa Clara, no início do século XXI. Após seu falecimento, o filho Renato Rossy tentou seguir, mas as legislações o fizeram desistir do negócio.

¹⁶ Um dos donos de usinas que atuou no *boom* da comercialização do pau-rosa (falecido).

¹⁷ Francisco Iannuzzi foi um dos maiores exploradores de pau-rosa do município de Parintins e era conhecido na região como o Rei do Pau-rosa. Foi um dos que mais produziu patrimônio com a comercialização da essência. Chico, como chamavam seus empregados, faleceu em 2006.

¹⁸ Leonel Alves foi um dos primeiros a produzir essência de pau-rosa no município de Maués. Sua usina foi fechada no final do século XX, com seu falecimento.

¹⁹ Importante produtor de *pau-rosa* no Amazonas, proprietário da única usina em funcionamento desde 1960, quando herdou de seu pai Francisco Magaldi, que trabalhou no beneficiamento desde 1945, um dos primeiros a instalar usina junto com Leonel Alves. Atualmente passou a gerência a seu filho Carlos Magaldi, que aderiu à nova técnica de extração do óleo, através das folhas.

²⁰ As entrevistas inseridas neste trabalho foram mantidas a linguagem dos trabalhadores e trabalhadoras, sem intervenção.

Nesta fala é possível notar duas questões: primeiro, trata-se de conceber esta atividade como única opção de trabalho na região; segundo, a forma como os trabalhadores e trabalhadoras eram atraídos para trabalhar nas usinas, por meio de um adiantamento em dinheiro, o que é conhecido como **abono**, vindo daí a expressão **abonado**, pois todo trabalhador de usina ia endividado. Não houve nenhum caso em que o trabalhador tenha exercido esta atividade sem antes adquirir dívida. Esta categoria “abono” é central para entendermos como se dava o trabalho e o modo de produção, discussão que retomaremos adiante.

O que importa aqui é outra questão: a forma como eram recrutados e as condições para exercer o trabalho se configuram como trabalho livre ou compulsório? Considerando que a escravidão é a forma extrema da exploração humana, pois envolve a perda da propriedade em termos jurídicos. Partindo desses fatos, legalmente os pau-roseiros não eram escravos, mas também não eram livres. Entre as características do objeto de pesquisa que nos levam para tal conclusão estão a perda total ou parcial da liberdade, acúmulo de dívida, excesso de carga horária, precariedade das condições do trabalho, não assalariamento e insalubridade do ambiente.

Sobre essas questões, temos vasta discussão a percorrer, sendo que de um lado há a historiografia do trabalho e de outro as leis. Iniciamos com o conceito atribuído por Kloosterboer (1960) à compulsão ao trabalho:

Chamamos compulsório aquele trabalho do qual o trabalhador não pode retirar-se se quiser sem correr o risco de punição, e/ou para o qual tenha sido recrutado sem seu consentimento voluntário a isto. Por outro lado, o motivo para a imposição deste trabalho deve ser o de obter lucro (KLOOSTERBOER, 1960, p. 2).

Esta citação respalda nossa análise pelo fato de os pau-roseiros não poderem sair das usinas sem antes quitar a dívida. Se porventura o trabalhador não estivesse em estado de saúde normal para efetuar suas atividades, ou simplesmente quisesse rever a família que ficava na cidade, não era autorizado. Há relatos de que nas usinas Santo Antônio e Fé em Deus, vários abonados ficaram sem receber assistência por não possuir saldo e perderam suas vidas, mesmo quando os trabalhadores se juntavam para pagar a conta daquele que, no momento, estava enfermo, como relata Manual Soares (2015):

Tinha uns que adoeciam e o desgraçado não trazia para Faro, tem gente morta lá, morreram vários lá pra cima. Só baixavam se pagassem a conta. Uma vez um rolo caiu em cima de um colega lá no mato, numa arriada, ia arriando um atrás do outro e ele escorregou, o rolo saiu atrás dele rolando. Quando ele sentou foi provocando sangue. Lá ele ficou, lá morria e prá lá ficava. Nós se juntamos, pagamos a conta dele, mas o homem não liberou ele [sic](SOARES, 2015).

O relato deixa claro que os trabalhadores tinham a liberdade restrita e não podiam retornar à cidade para receber qualquer tratamento. Fica evidente que os abonados e abonadas eram “coisificados”, como se fossem objetos que, quando apresentavam defeitos, eram descartados. Não havia respeito à vida, apenas ao lucro. Isso nos encaminha a vários questionamentos.

Primeiro, juridicamente, os abonados não são escravos por não pertencerem aos mandatários (como propriedade), mas a partir do momento que eram abonados, automaticamente assinavam a sentença de ter que ir trabalhar no pau-rosa, o que configura trabalho forçado.

Segundo, quando se fala em escravos, temos que ter em mente que os conceitos são atribuídos à escravidão negra. Afinal, não ter sua liberdade por um determinado período é ser escravo temporário? Ou submeter-se às condições de trabalho degradantes é trabalho escravo,

mas livre? Sobre isso, Eduardo França Paiva, em *Trabalho compulsório e escravidão: usos e definições nas diferentes épocas* (2005), faz várias críticas:

O que define um escravo e o que o diferencia essencialmente de um outro ser livre, seja ele um camponês, um servo ou um aristocrata? Creio ser essa a indagação central, que poderá nos conduzir em um esforço de comparação entre as formas de trabalho compulsório e a historicidade delas. Desde já, saliento, pensar ou empregar categorias sem conhecer sua trajetória histórica e sem considerar sua historicidade é beirar um procedimento bastante condenável, pelo menos no campo do conhecimento histórico: o anacronismo, principalmente em sua versão notadamente pragmático-ideológica (PAIVA, 2005, p. 1).

Para o autor, na visão romana, “o homem livre é um ser humano. O escravo não é ser humano. É coisa.” (PAIVA, 2005, p. 1). Nessa linha de raciocínio, juridicamente, o escravo era coisa, não gente. Isso significava a possibilidade de ser vendido, trocado e empenhado pelo proprietário, salvo ocasiões e condições especiais. Tornar-se escravo por captura ou por dívidas e nascer escravo, assim como deixar de ser escravo (manumissão) foram acontecimentos regulados por leis, por normas e por direitos costumeiros na Antiguidade e no período moderno, e isso inclui o continente africano, mesmo antes da chegada dos primeiros europeus. Feitas tais ponderações, Paiva (2005) abre um questionamento mais profundo sobre nossas indagações no tocante ao “trabalho escravo”:

Outro foco de indagações deve ser o chamado “trabalho escravo”. Assim, em que medida, pergunta-se, é o tipo de trabalho que define a condição de escravo? Há, portanto, “trabalho escravo”? Ou haveria certos tipos de trabalho que, dependendo de época e de região, teriam sido executados, preferivelmente, por escravos? O que diferencia um trabalho realizado por um escravo do mesmo trabalho realizado por um camponês livre ou por um branco pobre, não-proprietário? Qual a diferença essencial entre o mesmo trabalho realizado, conjuntamente, por um escravo e seu senhor liberto ou descendente de liberto, como, por exemplo, extrair partículas de ouro nas margens dos rios ou cortar e costurar panos? [...] “Trabalho livre” ou trabalho de livres? “Trabalho escravo” ou trabalho de escravos? Como comparar esses trabalhos com os executados pelos índios, escravos nos aldeamentos da América portuguesa e explorados na América espanhola, mas em ambas desenvolvendo habilidades intelectuais e artísticas? (PAIVA, 2005, p. 2).

Tais questionamentos feitos pelo autor têm como propósito formular uma única pergunta-chave: a expressão “trabalho escravo” consegue, realmente, expressar o que ela tem de essencial? Ou seja, abarca o fato de se tratar de uma forma de trabalho compulsório, de trabalho forçado ou de exploração acentuada e usurpadora da força de trabalho de alguém? Na visão de Paiva (2005), trabalho compulsório é:

Um conceito geral, que abarca mais de uma forma de exploração de mão-de-obra. Entre essas formas, encontram-se a servidão, a mita, a encomienda, a corvéia e, também, a escravidão. Então, formas de obrigar alguns a prestarem serviço a outros são conhecidas das sociedades humanas há milênios e vêm sendo praticadas nas mais diferentes regiões, sob as mais diversas justificativas, lógicas e estratégias. Afirma-se hoje, que essas práticas foram sistemas (com sua carga implícita de invariabilidade) ilegítimos e ilegais, como facilmente se escuta e se lê, é procedimento apressado, anacrônico e equivocado (PAIVA, 2005, p. 3).

Nessa lógica, Paiva (2005, p. 3) acentua que são retiradas desses objetos de investigação e de reflexão toda a sua historicidade e, junto, a possibilidade de conhecer realidades passadas que os adotaram no seu cotidiano, com a concordância, em larga medida, dos próprios submetidos.

Essa problemática nos remete à outra dimensão, ligada às formas de trabalho compulsório, ou trabalho análogo ao de escravo, como se convencionou chamar, fortemente criticado na academia por entender que as medidas legais foram tomadas para regulamentar o trabalho escravo contemporâneo.

Para tal problema, recorreremos primeiramente ao Código Penal Brasileiro, que considera crime essas formas de trabalho, desde 7 de dezembro 1940, pelo decreto-lei nº 2.848, capítulo VI, que trata dos crimes contra a liberdade pessoal, art. 146: “*constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a*

fazer o que ela não manda”. A essa prática cabe a pena de três meses a um ano de detenção. O inciso 1º abre possibilidade para aumentar a pena quando envolve mais de três pessoas e armas: *“as penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, quando, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas”*. Essas penas aplicam-se simultaneamente aos atos de violência.

No item III do art. 146, é considerado crime também quando se priva a liberdade de alguém por mais de 15 dias: *“III - Se a privação da liberdade dura mais de 15 (quinze) dias”*. O que o inciso 2º entende que essa prática *“se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral”*, neste caso se aplica a pena de dois a oito anos de reclusão.

Sobre essas questões penais, ressalta-se que as condições de trabalho dos pau-roseiros se enquadram nelas. Logo, as práticas de recrutamento eram criminosas. Segue um caso de violência física testemunhado por Gerson Bulcão:

Bom isso eu vi com os meus próprios olhos, o caboclo era vadio, né. Um dia tinha dois caboclos que tavam dormindo na semana pra trabalhar e ele (capataz) chegou lá pegou facão puxou e *tah repeii* (cortou a corda) caiu o cara da rede né e ainda deu-lhe uma palmada com terçado na costa dele e disse *“vai trabalhar malandrão vadio! Eu trouxe caboclo pra trabalhar e não é pra ta dormindo”*. Esse negócio aí isso era meio comum [sic] (BULCÃO, 2015).

Nesta fala, apresentam-se duas evidências de crime²¹: a violência física contra o trabalhador, haja vista que o pau-roseiro não poderia dormir e faltar à atividade, caso contrário receberia punição; a presença do capataz armado com facão e espingarda (vigilância). O capataz fazia parte do conjunto que organizava e garantia a execução dos

²¹ Considerando o recorte temporal entre 1950 e 1980.

trabalhos. Existiam duas equipes, uma ficava no quadro da usina, outra acompanhava os trabalhadores na floresta²².

Essa lei de 1940 vigorou por um período aproximado de 60 anos, até passar por uma reformulação mais severa. Desse modo, a partir de 11 de dezembro de 2003, o art. 149 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem." (NR)

Observa-se que a partir de 2003 a legislação nacional apresenta a expressão “**trabalho análogo à de escravo**” para designar a submissão de pessoas a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho, ou restrição, por qualquer meio, de sua locomoção em razão de dívida contraída com o próprio empregador ou seu representante. Diante disso, evidentemente, fica proibido o trabalho compulsório e torna-se ilegal manter um trabalhador em cativo. Para Paiva (2005), os casos do chamado “trabalho escravo” no Brasil contemporâneo são:

Casos de exploração ilegal da força-de-trabalho e, até mesmo, cárcere de pessoas que enganadas, iludidas, obrigadas e falsamente endividadas tornam-se trabalhadores submetidos ao mando ilegal de outras pessoas sem

²² A presença do capataz fez parte do quadro de trabalhadores das usinas de Nhamundá, as mais isoladas. Nas usinas mais próximas à cidade, não houve nenhuma referência pelos entrevistados.

escrúpulos, mas que devem responder à lei, por crime previsto no Código Penal brasileiro (PAIVA, 2005, p. 3).

Essa forma de **trabalho escravidão contemporânea**, como é conhecido, tem sido alvo de combate pela Organização Internacional de Trabalho – OIT, com a criação de políticas públicas para extingui-lo. No Brasil, algumas entidades têm se dedicado a realizar denúncias contra essas práticas, entre elas estão Grupos de Fiscalização Móvel, do Ministério de Trabalho e Emprego, e a Comissão Pastoral da Terra.

Mas pensar o trabalho análogo ao de escravo na história contemporânea do Brasil nos remete ao que Angela Gomes (2012, p. 1) chama de “enfrentar o lado mais dramático de processos sociais como o da precarização das normas legais de proteção ao trabalho e das migrações internas para as cidades ou regiões de fronteira agrícola, entre outros”. Para a autora, a ‘constituição’ dessa forma de trabalho compulsório na sociedade brasileira e o estabelecimento de uma designação para nomeá-la podem então ser entendidos como uma estratégia para se discutir problemas-chaves do mundo do trabalho contemporâneo.

Se essa é uma questão que, do ponto de vista quantitativo, afeta setores específicos e nem tão numerosos da mão de obra trabalhadora, ela tem um caráter exemplar e liminar para a percepção do futuro de tudo o que diz respeito à regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, e não só no Brasil. (GOMES, 2012, p. 3).

Porém, na visão de Paiva (2005, p. 8), “há os que dizem que a lei é pouco rigorosa e que precisa ser alterada para impedir a ação dos ‘proprietários de escravos’ modernos, preconizando, inclusive, a perda da terra onde o ‘trabalho escravo’ for empregado”. Esse autor critica a reformulação do art. 149. Para ele não há escravos, pois a categoria foi legalmente erradicada do Brasil, em 1888. Mas, recriar a categoria “trabalho escravo” hoje, significa reviver os dramas do passado, “fazer renascer o próprio escravo e é, também,

transformar, pelas vias política, ideológica, militante e mesmo religiosa – mas não histórica –, o trabalhador explorado em escravo” (PAIVA, 2005, p. 11).

Sobre essa questão, Gomes (2008, p. 4) compreende o trabalho análogo a de escravo como fenômeno social, “um fato novo da história recente do Brasil que, se de um lado tem relações com práticas seculares de exploração do trabalhador, de outro possui singularidades próprias ao contexto das últimas quatro décadas de sua disseminação”.

Para a autora, o ponto de partida para entender esse fenômeno social é a constatação de que, embora se saiba que formas de trabalho compulsório sempre existiram através do tempo e do espaço, elas nem sempre existiram com as mesmas características específicas, nem foram reconhecidas e interpretadas por seus contemporâneos da mesma maneira. Significa dizer que existem várias formas de compulsão ao trabalho, que variam de acordo o tempo, atividade, limitações geográficas, grau de instrução, entre outras especificidades, como podemos nos reportar ao extrativismo do óleo do pau-rosa.

Apesar de carregar influências do modo de exploração do extrativismo da borracha, o modo de produção é diferente, e o sistema de abono, mesmo tendo característica do aviamento, apresenta novas configurações, dando forma a outro modelo não presente na historiografia social e econômica da Amazônia. Esse modelo nos abre caminhos para interpretar outras atividades extrativas no tempo presente, como a exploração da copaíba, andiroba, madeira, entre outros produtos. A historicidade dessas formas, afirma Gomes (2008), combina linhas de continuidade e descontinuidade através do tempo, adverte-nos tanto para uma tradição de práticas de trabalho compulsório, no Brasil e no mundo, como para as especificidades que tais práticas possam ganhar em determinados períodos históricos.

Sobre a permanência das “referências e valores escravistas” apontados por Paiva (2005), reconhecemos que é bastante forte no tempo presente, principalmente a visão de ter o patrão/mandatário como detentor de um poder absoluto. São incapazes de questionar suas

ordens, mesmo em estado de calamidade. Nas entrevistas, observamos que os trabalhadores têm um respeito imensurável pela memória deles, alguns chegam até a fazer o sinal da cruz a cada vez que relembram a morte do patrão bondoso. Fazem questão de frisar que eram amigos respeitados de seus chefes.

Para finalizar este diálogo, paralelo às ponderações de Paiva (2005), ressalta-se a análise mais otimista de Gomes (2008, p. 29) sobre a nova redação do art. 149. Segundo a autora, esse marco é, ao mesmo tempo, “um ponto de chegada e um ponto de partida para um amplo debate”.

2.2 A velha prática do aviamento na Amazônia

O sistema de endividamento no pau-rosa diverge em alguns aspectos do sistema de aviamento que imperou no período dos seringais. Mas antes de tratarmos do **abonamento** como endividamento compulsório no extrativismo da essência, é válido relembrar essa discussão sobre a prática do aviamento na Amazônia, para entender as influências sob outras formas de compulsão ao trabalho na região.

O economista Roberto Santos, ao fazer um estudo sobre a história econômica da Amazônia, afirma que três ou quatro condições históricas se tornavam imprescindíveis para deslocar a economia amazônica do impasse a que chegou em meados do século XIX:

(a) deflagração de um estímulo externo vigoroso, representado pela demanda mundial de borracha; (b) a superação dos dois estrangulamentos regionais mais graves: o sistema primitivo de transportes e a escassez de mão de obra; e (c) a penetração do capital e a implantação paralela de um sistema peculiar de crédito que incitasse à descoberta e aproveitamento dos recursos naturais (SANTOS, 1980, p. 122).

Esses indicativos listados pelo economista reforçam o cenário econômico da região que se estendeu até o século XX, influenciando fortemente na atividade do pau-rosa. Ao

definir as atividades extrativas como “exploração direta de recursos naturais, geralmente têm levado à formação de “enclaves” na América Latina” (WEINSTEIN, 1993, p. 28), a autora cita o pau-rosa como uma das atividades coletoras em larga escala na Amazônia, mas explica que embora certamente se classifiquem como “extrativistas”, não tenderam a reproduzir o modelo clássico do enclave:

Os recursos naturais comercialmente explorados na região – borracha, **pau-rosa** e castanha; ovos de tartaruga; e especiarias – crescem espalhados por enormes áreas, acessíveis apenas por vias aquáticas, constituída pelo rio Amazonas e seus inúmeros tributários (WIENSTEIN, 1993, p. 29).

Weinstein (1993, p. 298) faz um panorama de como o aviamento era posto em prática no período da borracha. Segundo ela, com o sistema de aviamento, raramente os seringueiros dispunham de muito dinheiro e “comumente dependiam de um só comerciante local para obter a pequena quantidade de mercadorias que recebiam a preços exorbitantes, em troca de sua borracha”. É interessante notar que no contexto da borracha, quando a mercadoria fornecida pelo patrão era insuficiente para suprir suas necessidades, “podiam recorrer a atividades de subsistência, como a caça, a pesca, ou o plantio de mandioca, para cobrir a diferença” (WEINSTEIN, 1993, p. 299), diferente do pau-rosa, os pau-roseiros não dispunham de outra atividade extra nos locais onde eram implantadas as usinas, porque eram locais provisórios, conforme o esgotamento das áreas elas iam se deslocando.

É muito provável, segundo Teixeira (2009), que tenha sido Santos (1986) quem primeiro sintetizou a dinâmica interna do aviamento. Aviar, afirma ele, significa fornecer mercadoria a crédito, que deve ser paga mediante a entrega de gêneros. Aqui é válido interferir, pois nas usinas *locus*, não havia troca por matéria-prima. O que existia, por exemplo, era pagamento em serviços prestados, onde cada trabalhador, seja operário ou extrator, tinha uma relação servil com o patrão e os submissos recebiam pelo serviço o valor

estabelecido por ele. Logo, os trabalhadores não vendiam ou trocavam a produção porque o que produziam estava dentro do campo de atuação do patrão.

Os trabalhadores e trabalhadoras entravam endividados nas usinas, o que chamamos aqui de abonados e abonadas, e no local de trabalho, distante de suas casas, exerciam várias atividades e recebiam por produção e diárias, sendo que quem definia os valores eram os patrões. Um grupo trabalhava no quadro da usina e fazia plantão, entrava às 6 horas, saía às 12 horas, retornava às 18 horas e encerrava o plantão à zero hora. A outra equipe atuava de 12 horas às 18 horas, e de 0 hora às 6 horas. Esse grupo recebia por diárias, o outro que atuava na extração recebia por produção. As mulheres não se inseriam nesse tipo de trabalho, pois exerciam atividades domésticas durante o dia e recebiam valores diferenciados. Não existia um valor fixo, pois para eles era “só uma contribuição”. O trabalho sexual sim era o único que tinha valor fixo, com cada atendimento equivalendo à metade de uma diária. Quanto ao grupo que trabalhava na extração da madeira, recebiam por produção e diárias.

Quem cumpria uma jornada de trabalho de 8 horas por dia, recebia o valor de uma diária inferior aos que trabalhavam como operários, mesmo que o trabalho fosse mais pesado, como os carregadores de peso, roçadores e derrubadores. Exceto as do chofer e do marujo, ajudante de caminhão, as diárias deles eram de valor igual. Os exploradores, chefes mateiros, ganhavam por produção. Em equipe, eles passavam de segunda a sexta dentro da mata à procura de pau-rosa, cada trabalhador carregando cipós na cintura para medir as árvores encontradas. Ao retornarem, entregavam ao gerente local os cipós, ele anotava na agenda a quantidade de árvores e espessura, para com base nas anotações calcular o peso de cada árvore. O resultado era posto no livro de contabilidade, para abater a dívida de cada trabalhador. Por essa estrutura, se diferenciava da atividade da borracha, e seu sistema de dívida também.

O aviamento, segundo a definição de Santos (1980), foi a instituição que se consolidou a partir do contato da sociedade amazônica com um sistema altamente monetizado, qual o capitalismo industrial europeu. A partir desta colocação, ele constrói um complexo sistema de relações entre os diversos personagens situados do interior da cadeia do aviamento:

A nosso ver, a instituição tenderá a repetir-se em toda área econômica na qual as seguintes características estejam presentes: (a) base de recursos naturais espacialmente ampla e de difícil acesso; (b) atraso das técnicas de produção; (c) índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo; (d) presença de lideranças mercantis locais – autóctones ou estrangeiras – ou de agentes capazes de virem a exercê-las; (e) ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora, subministra créditos; (f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área (SANTOS, 1980, p. 155).

Para o economista, quando ocorrem essas condições, parece impor-se uma imperatividade técnica do aviamento, “levando as lideranças mercantis locais a se aliarem aos interesses do mercado externo, gratificando-se duplamente – com os preços que cobram fora e com o peculiar sistema de exploração da mão de obra” (SANTOS, 1980, p. 156). Segundo ele, aumenta o índice de monetização das trocas na área, mas o escambo continua a dominar, porque é a melhor modalidade de disfarçar a usura e outros meios de exploração exercidos pela liderança sobre os nacionais e internacionais:

O escambo disfarçava a imposição de altos juros ao extrator e, além disso, desfrutava de uma tradição tão velha com a sociedade “branca” instalada na região; na realidade, fatores culturais concorreram muito para a consolidação do aviamento e seu peculiar sistema de geração e apropriação do excedente (SANTOS, 1980, p. 156).

Nas currutelas, o endividamento seria o “crime” dos homens e mulheres prisioneiros das usinas. A prova do crime eram as anotações contábeis mais ou menos grosseiras escrituradas pelo gerente, sem serem fiscalizadas ou questionadas por quem quer que seja, o que dava ao patrão a “possibilidade de fazer os números dançarem ao compasso de seus

interesses” (SANTOS, 1980, p. 168). Portanto, não havia contratos formais, apenas as contas escritas que mantinham os pau-roseiros ligados aos patrões como servidores.

Resumindo, nascido do escambo, o aviamento sustentou a economia amazônica no período da borracha e “persiste ainda hoje em nossos dias, se bem que modificado e com importância atenuada” (SANTOS, 1980, p. 162), caracterizando-se como elemento estrutural da economia da região amazônica. Os dados obtidos com os trabalhadores e trabalhadoras comprovam estrutura parecida, isto é, mantêm o endividamento presente nas relações de trabalho no processo de produção do pau-rosa, embora haja novos elementos agregados a ele. Entretanto, as condições de trabalho são tão difíceis quanto as condições do seringueiro.

O “regime do toco” foi a forma mais comum de trabalho utilizada nos seringais e também nas usinas de beneficiamento de pau-rosa na Amazônia. Teixeira (2009), em seu livro *Servidão Humana na Selva*, foi um dos pioneiros a discutir o regime do toco e o aviamento interno dos seringais, muito similar ao do pau-rosa.

O regime do toco, na visão de Teixeira (2009), foi a forma mais vigorosa das relações que prevaleceram nos seringais, existindo ao lado de outros que foram surgindo com o desenvolvimento do extrativismo gumífero, com sistema de “aviamento interno” e, mais recentemente, a chamada relação de “arrendado”, por meio da qual o seringueiro que trabalha “por conta própria” deve entregar 20% de sua produção.

Assim, o regime do toco manifesta-se pelo elevado grau de sujeição do trabalhador ao barracão, e por uma indiscriminada forma de exploração do trabalho. Tomado na perspectiva do aviamento, o regime do toco corresponde mais precisamente ao período áureo da borracha e está relacionado ao fenômeno conhecido como “compulsão policial” (SANTOS, 1980), cujas características foram o uso de castigos corporais, perseguição aos seringueiros que tentavam fugir do barracão e uma inusitada onda de violência.

O regime do toco, portanto, faz lembrar uma das formas extremas de sujeição humana, representando assim a mais completa imobilidade social. Trabalhar no toco significa subordinar-se exclusivamente ao patrão, sem nenhuma intermediação – como no caso dos que trabalham como aviados – e sem a mínima possibilidade de interferência nos atos praticados (TEIXEIRA, 2009, p. 116).

2.3 Relações de trabalho e o abono

O modo de produção da essência do pau-rosa tinha o mesmo objetivo que o da borracha: o lucro advindo da exploração do trabalho e dos recursos naturais da Amazônia. Nas usinas, as relações de trabalho tinham como contrato inicial o “abono”, um adiantamento em dinheiro. Os trabalhadores e trabalhadoras eram aliciados pelos gerentes ou patrões por meio desse abono que os “amarraria” à atividade. Por que é importante entender o abono nas relações de trabalho no pau-rosa? Porque esse endividamento compulsório é a chave principal para desencadear e entender os pormenores do trabalho nas usinas. Sem o abono, não haveria produção, pois pelo fato de ser um trabalho precário, com técnicas rústicas, os trabalhadores não se submetiam por livre vontade. O trabalho no pau-rosa era sinônimo de trabalho pesado, que exigia desgaste físico e não era uma atividade atrativa. Essa categoria ainda não fora tomada como objeto específico de estudo na historiografia do trabalho, por esse motivo a literatura sobre ela é vaga, salvo alguns autores como Neide Esterici (2008), que faz referência ao abono como um atrativo para recrutar a mão de obra nas fazendas do Nordeste e do Pará.

O "abono" era a quantia cedida ao peão no ato de recrutamento e dispendida por ele fora do local de trabalho. Podia destinar-se a suprir, na sua ausência, necessidades da família, na medida em que esta fosse dependente dele enquanto membro do grupo doméstico que se afastava. Outras vezes, o "abono" destinava-se a despesas do próprio trabalhador quando este já se encontrava afastado da família, à espera de um novo recrutamento, entre um

período e outro de trabalho. Nestas ocasiões, os próprios peões podiam dizer que o adiantamento recebido era "para zuar", expressão jocosa que se referia a gastos com diversões nos bares e zonas de prostituição existentes nos pontos de recrutamento (ESTERCI, 2008, p. 102).

A autora evidencia que o abono cumpria a função privilegiada de estabelecer uma relação de subordinação ao patrão, pois garantia a legitimidade da vigilância e da coerção exercida sobre ele num momento em que outras formas de coerção não teriam condições de se exercer. Para melhor entender esse fenômeno, Esterci (2008) cita o seguinte exemplo:

Suponhamos, por exemplo, que antes de se deslocar para o local de trabalho, mas já depois de ter-se comprometido com um intermediário, outro lhe oferecesse melhores condições de trabalho. Nesta situação, nada poderia restringir suas possibilidades de desistir do primeiro acerto, a menos que algo como o "abono" selasse o trato meramente verbal anteriormente feito, pois, na medida em que já houvesse assumido uma dívida, toda desistência poderia ser caracterizada como "fuga", justificando o emprego de um aparato de buscas ao fugitivo como devedor. Os intermediários costumavam, inclusive, citar situações desse tipo para caracterizar sua posição como sujeita a riscos de "prejuízo" por conta da irresponsabilidade dos trabalhadores com relação aos compromissos assumidos (ESTERCI, 2008, p. 103).

Nota-se que o abono é uma forma de contrato sem a possibilidade de rompimento. Uma vez aceito o adiantamento, assina-se a sentença do trabalhador em meses ou anos, dependendo do valor recebido e do acúmulo inevitável de dívida no local de trabalho, como afirma Figueira & Prado (2011):

Uma vez nos imóveis, os recrutados em princípio para sair devem pagar o "abono" eventualmente recebido no ato do recrutamento, os gastos com a viagem e a alimentação e os instrumentos de trabalho adquiridos em uma cantina na própria fazenda, onde os preços superam a remuneração prometida [...]. Um dos elementos primordiais que aprisiona o trabalhador é a dívida. Em geral, começa no aliciamento – o chamado adiantamento ou abono. A partir desse ponto ele é submetido a um sistema de crescente endividamento (FIGUEIRA & PRADO, 2011, p. 84).

Sobre as questões do endividamento, Esterci (2008, p. 103) acrescenta que ao mesmo tempo em que usavam o "abono" como uma forma de iniciar a relação de coerção sobre a força de trabalho, os intermediários, conhecidos como "gatos", costumavam calcular o montante do "abono" tendo em vista a avaliação da "responsabilidade" e da capacidade produtiva de cada trabalhador, controlando, desta forma, a margem de riscos que estavam dispostos a correr e o interesse maior ou menor em dispor da força de trabalho deste ou daquele trabalhador.

Se por um lado vangloriavam-se de sua capacidade de avaliação dos trabalhadores, por outro lado os empreiteiros sempre contavam exemplos de avaliações benevolentes que resultavam em "prejuízos" (ESTERCI, 2008). Sobre essa questão da responsabilidade sobre o futuro abonado, no pau-rosa, os gerentes "analisavam" o perfil do trabalhador antes de adiantar qualquer valor. Mas nem sempre os trabalhadores honravam sua "palavra". Há casos de fugas tanto da cidade, quanto da embarcação. Em Faro (PA), na tradicional festa de São João, muitos abonados "torravam" o pagamento em bebidas. Como a viagem era sempre na ressaca da festa, iam embriagados e, ao se recordarem, pulavam do barco. Quando os capatazes testemunhavam esses atos, imediatamente o barco parava para fazer o resgate, mas quando fugiam em momento de distração dos vigilantes, conseguiam escapar sem risco de morte, haja vista que os igarapés são estreitos, o que possibilitava voltar por via terrestre.

Em Parintins, o ex-gerente Francisco Solonidas (2016) conta que no início da sua carreira na usina, não tinha experiência com a prática do abono. Ele relembra que chegou a abonar 20 homens, mas no dia da viagem só 15 compareceram ao barco. Teve um prejuízo de aproximadamente Cr\$ mil cruzeiros, sendo que o limite autorizado pelo patrão era de Cr\$ 200 mil cruzeiros por pessoa. O mandatário é o único que não têm prejuízo, pois os mediadores arcam com todas as consequências de má negociação.

A mão de obra era local de cada município, com trabalhadores de baixa renda, sem trabalho fixo e que precisavam de qualquer atividade remunerada para sustentar a família. Nas usinas instaladas em Nhamundá, os trabalhadores iam do município paraense de Faro e das comunidades rurais de ambos. Nas usinas de Maués, a mão de obra era adquirida no município, comunidades ao redor e uma parte era de trabalhadores paraenses que seguiam viagem junto com os patrões nos barcos. Em Parintins, a maioria dos trabalhadores era do município, mas havia uma parte que vinha de Faro, que foi o único município que distribuía mão de obra, visto que o trabalho nesta região era escasso e a atividade principal era a produção de farinha, mas a baixo custo. Existia um grupo de trabalhadores paraenses que moravam nos barcos com os donos de usina, aqueles que acompanham os equipamentos e ajudavam a montar nas regiões por onde passavam.

Sobre abono no pau-rosa, há de se observar que difere do abono proferido no recrutamento de peões das grandes fazendas. A diferença está nos elos das relações que são efetivadas entre trabalhador e patrão. Nas fazendas, o primeiro elo é com os “gatos”. É com eles que os trabalhadores adquirem a dívida, tanto que os gateiros ganham uma porcentagem sobre o valor de seu trabalho. É como um financiamento de pessoas, onde o patrão-banco libera uma quantia em dinheiro para “comprar” os peões dos “gateiros”. O segundo elo é quando o trabalhador já está na fazenda, onde a negociação passa a ser direta entre patrão e trabalhador, dependendo da atividade. Se for um simples peão, existirá um terceiro elo, quando o empreiteiro da fazenda compra sua dívida adquirida com o gateiro, e nesse caso quem fica com a relação direta é o empreiteiro, não o peão.

Nas usinas do pau-rosa, esses elos eram ligados da seguinte forma: o primeiro elo era entre gerente e pau-roseiro, mas o valor do débito era do patrão, não do gerente, como ocorre nas fazendas. Os gerentes de usinas eram funcionários, recebiam salários mensais e só contraíam dívidas quando algum abonado não quitava seu débito, que automaticamente era

descontado do vencimento do gerente. Eles não cobravam montante sobre o valor por ser um mediador direto da usina, essa mediação era uma das funções do seu trabalho, como ir ao mercado abastecer a cantina, efetuar pagamentos, atualizar planilhas de gastos, entre outros serviços. O segundo elo era com o mandatário, já na usina. Lá, a dívida só aumentava, num ato vicioso, uma vez que todo consumo alimentício e ferramentas de trabalho era vendido sob alto valor, além dos gastos com a família que ficava na cidade, o que tornaria impossível saldar o débito em curto prazo. O terceiro elo não existia nas usinas de Nhamundá, por serem usinas isoladas. O patrão tinha controle sobre seus trabalhadores e não existia necessidade de contratar empreiteiro-explorador.

Mas, nas usinas de Parintins, o empreiteiro-explorador era fundamental no processo de produção, pois era ele quem fornecia a matéria-prima para as usinas. Nesse caso, os empreiteiros abonavam seus ajudantes, de forma que a ligação destes trabalhadores era com o empreiteiro-explorador, não com o patrão. O explorador tinha uma relação direta com o patrão, e obviamente recebia mais que os seus subordinados, uma vez que pagava em diárias os “ajudantes” e recebia por produção. O empreiteiro era uma espécie de sub-patrão, pois tinha a liberdade de abonar e manter elo com várias usinas. Sua função era recrutar uma equipe e extrair as toneladas de pau-rosa conforme as encomendas dos gerentes, a mando do patrão. Nada, absolutamente nada passava despercebido pelo mandatário: quando um de seus trabalhadores esquecia ou se esquivava de informar sobre alguma situação fora do comum, sempre tinha um observador para contar, os olhos dos pau-roseiros eram suas câmeras.

Sobre esses detalhes do endividamento compulsório, Esterici (2008) expõe:

Na medida em que o recrutamento era feito longe dos locais de serviço, as despesas de viagem eram o outro item que se incluía nas despesas do trabalhador: referia-se a gastos de transporte, alimentação e outros tais como gastos com problemas de saúde, feitos durante o percurso. Esta dívida contraída diretamente com o arregimentador da mão-de-obra, o gato, podia ser transferida ao empreiteiro nos locais de serviço. Esta transferência de dívida, que podia se dar igualmente com relação ao "abono", é que tem sido

muitas vezes denunciada como "compra" ou "venda de peões" (ESTERCI, 2008, p. 103).

Nesta citação aparece outra relação chamada por alguns autores de “relação de trabalho cativo”, ou seja, é uma relação viciosa, que se inicia com o abono. Daí a importância do abono, responsável por fortalecer ou firmar a ligação entre trabalhador e patrão. Então, observa-se que o abono é parte de uma “relação cativa de trabalho” maior, mas não menos importante, pois sem o aliciamento abonal, não se tem mão de obra. O trabalhador torna-se cativo das usinas a partir do momento em que, além de aceitar o abono, tem que usufruir do crédito do patrão no ambiente de trabalho para quitar a dívida. Percebe-se que essa relação é uma forma de endividamento compulsório, um braço do trabalho análogo ao de escravo. Sobre esse tipo de relação, Guimarães (2007) faz a seguinte análise, ao se reportar às fazendas:

*O tornar-se cativo, na relação de trabalho, tem início com a arregimentação de trabalhadores, tarefa realizada pelos chamados "gatos". A partir desse momento, o trabalhador – que a essa altura dos acontecimentos é designado por *peão* para indicar mão-de-obra não qualificada e sem identidade profissional – entra em contato com o elemento fundante quando se discute a questão do trabalho cativo, a saber: a *dívida*, sempre ascendente. Ela se manifesta inicialmente na figura do *abono*, adiantamento em dinheiro feito ao trabalhador. O intuito é forjar, de antemão, uma relação de dependência e confiança (GUIMARÃES, 2007, p. 2).*

Em resumo, o abono é um elemento do trabalho cativo por dívida, uma forma de endividamento compulsório que é um dos braços fortes do trabalho análogo ao de escravo, como passou a ser conhecido. Essas formas de sujeitar o trabalhador a essas condições são aliadas ao modo de produção capitalista, por estar a obedecer a uma demanda maior, como por exemplo, fornecer essência às grandes indústrias de cosméticos como a produtora do Chanel N°5.

Aqui faremos um contorno etnográfico de como o abono penetrava nas vidas dos trabalhadores e trabalhadoras paraenses. Já foi citado anteriormente que a data mais oportuna para abonar os trabalhadores e trabalhadoras era o mês de junho, na tradicional festa de São João. Esta festa reúne todas as comunidades rurais do município de Faro, mais a população do município vizinho, Nhamundá, como mostra o mapa abaixo:



Imagem 06: Mapa ilustrativo dos municípios de Nhamundá e Faro. **Fonte:** *Maps*, adaptação Mirian Bitencourt.

Essa prática corriqueira se configurava como uma ação salvadora para aqueles que viam o abono como uma forma de adquirir dinheiro “fácil” para passar a festa e/ou comprar roupas, pagar o rancho da família, etc. Era como se um banco estivesse à sua disposição nesta data para efetuar empréstimo. Acerca da estratégia, o ex-gerente da Usina Santo Antônio, Guerreiro (2015), explica como era posta em prática:

O trabalhador era conduzido através de um abono, o abono que a gente chamava naquela época era o dinheiro. Porque ele não tinha dinheiro para passar a festa de junho, aí ele pegava o dinheiro e estourava. Então antes de chegar próximo a junho a gente se preparava com dinheiro para abonar essas pessoas para poder levar para usina. Esse pessoal era abonado na festa do São João Batista, essas pessoas chegavam lá e perguntavam, tem dinheiro Guerreiro? Eu respondia, tem. Então me dá aí cem cruzeiros que eu vou pra usina trabalhar [sic] (GUERREIRO, 2015).

O arrependimento sempre vinha após conhecer o local de trabalho. Uns prometiam não voltar mais, mas era só ver a enorme fila e pensar naquela quantia que mudaria a sua noite ou supriria alguma necessidade, que a animação afluía. Uma característica dessa forma de contrato era que os patrões não aceitavam pagamento em dinheiro, apenas em trabalho. Logo, ao serem recrutados ao ambiente de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras não poderiam retirar-se sem quitar tal dívida. Sobre o arrependimento, Pedro Góes (2015) conta que:

Não te digo nada! Quando o mato foi encostando um com o outro, veio a tristeza, me deu vontade de chorar. Os parceiros perguntavam “o que há contigo, baladeira?” Eu dizia, nada! “Não fica estressado, tu vai lá pro mato, mas é quase uma cidade lá, tem tudo o que precisar tem, desde padaria tem”. E fomos embora, chegando lá o capataz por nome Bicuda me jogou na casca de cavaco, aquilo é forte que só diacho, só pra quem tá acostumado mesmo né. Rapaz eu cortei refinado, o pó entupiu o motor, quando foram ver nós tava ardendo em febre [sic] (GÓES, 2015).

Esse estranhamento no trabalho era comum. Com o tempo, acostumavam-se, mas quem saía da usina, chegava a fazer promessa com santo para não voltar. Esse juramento se quebrava, na maioria das vezes, quando o gerente subia ao palco do arraial e avisava que estava liberando abono. Imediatamente se formava fila de homens e mulheres para receber o adiantamento em cruzeiros (moeda da época). Uns já aguardavam o pronunciamento para adquirir o abono, outros eram influenciados por colegas. Tinha também os curiosos (novatos) que ficavam ansiosos para conhecer a usina, enquanto que outros aguardavam esse período para receber este pagamento e deixar com a família, como compartilha Guilherme Martins:

O motivo é por que eu estava numa festa no Maracanã e acabou o dinheiro e os pessoal daqui tava lá aí eu disse vou já me abonar pegar um dinheiro aqui, foi lá peguei parece que foi sessenta cruzeiro naquele tempo mais dinheiro pra aí dei pra mamãe que o meu já tinha, não ainda era vivo, aí dei pra ela vim aqui trouxe ela aí ela tirou rancho aí na casa do seu Mário, aí foram embora lá pro Bim e eu subi pra cima eu levei paresque uns oito mês vim aqui voltei de novo trabalhei mais quatro mês lá daí eu já baixei já peguei já fui com o Chico Iannuzzi pro Tapajós [sic] (MARTINS, 2015).

No dia seguinte, ressaca da festa, o barco estava a alguns metros longe do porto para acomodar os abonados e abonadas. A maioria não estava consciente, devido ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas durante a festa, mas se recordaria horas depois dentro da embarcação. Essa distância entre o barco e o porto era uma estratégia de garantir que os trabalhadores não tivessem possibilidade de sair. Há relatos que alguns tentavam fugir, mas os capatazes capturavam com auxílio de uma pequena embarcação usada para transportar os homens e mulheres do porto ao barco. A viagem durava em média de 8h a 14h, dependendo da enchente dos rios e da correnteza dos igarapés. Sobre as fugas, Clarindo Chaves (2015) relembra como ocorriam:

A gente se abonava sempre no período de festa, chegava lá “rapaz está saindo o dinheiro”, nessa época era em cruzeiro, abonava 500 cruzeiros, era muito dinheiro, você passava a festa, mas tinha uns que acabavam e iam pegar mais. Tinha uns que pulavam do marco quando iam pra usina no outro dia da festa, lá na serra do Matió [sic] (CHAVES, 2015).

O abono era visto como um favor, algo valioso e que não poderia de forma alguma deixar de ser pago, porque “naquela época a palavra de um homem tinha valor, a gente honrava os nossos compromissos” (CHAVES, 2015). Poucos foram os entrevistados que se queixaram dos patrões. Para eles, essa atividade trouxe muitos benefícios para a cidade paraense, pois “nesse tempo tinha emprego, todo mundo trabalhava para sustentar a família, diferente de hoje” (FLEXA, 2015). Essa fala faz referência ao atual cenário de Faro, um município abandonado, com obras construídas no período do pau-rosa e congeladas no tempo. O que restou foram algumas ruas em concretos circulares, uma prefeitura estilo colonial e um mercado que faz homenagem ao dono ex-prefeito e dono de usina, Wladimir Rossy. Quanto ao sentimento de honradez, Guimarães (2007) analisa como uma coerção psicológica:

Aliado a esse sentimento de honra pessoal, de compromissos assumidos perante o contratante, pode-se constatar ainda coações de ordem física e

psicológica que impossibilitam o rompimento da relação de trabalho. São exemplos desses outros tipos de coação a restrição da capacidade de ir e vir dos trabalhadores, na maioria das vezes caracterizada por meio de vigilância armada nos locais de prestação de serviço, ameaças de todo tipo, retenção de documentos e objetos pessoais [sic] (GUIMARÃES, 2007, p. 213).

No pau-rosa, os próprios donos de usinas financiavam as mercadorias. Em Faro, por exemplo, havia a “Casa Grande”, mercado de onde saía mercadorias para abastecer as cantinas nas usinas. E um detalhe: nas usinas que transitavam na região do Alto Nhamundá e Paratucu, não existia a presença do regatão, pois eram os proprietários que mantinham esse domínio. Nesse caso, atribui-se a esse fator as limitações geográficas, por serem locais de difícil acesso. Diferente das usinas instaladas na região de Maués, Rio Andirá, Parintins e Rio Tapajós, nessas localidades o regatão teve sua participação nesse comércio de trocas.

CAPÍTULO III – ABONADOS, ABONADAS E A DIVISÃO SEXUAL

3.1 O cotidiano dos abonados e abonadas

Nos últimos anos, pesquisas sobre o mundo do trabalho na Amazônia têm adquirido uma dimensão maior no meio acadêmico. Cada pesquisa contribui para um novo olhar sobre os processos do trabalho na região. Nesta pesquisa, apresentamos mais uma mostra de trabalho, relações de trabalho e, principalmente, de trabalhadores e trabalhadoras que atuaram em algum momento em usinas de beneficiamento do óleo de pau-rosa, tão cobiçado pelas indústrias de cosméticos.

A família Rossy, em Faro (PA), era proprietária de vários estabelecimentos no município, dentre os quais estavam o supermercado de nome fantasia “Casa Grande”, drogaria, olaria, serralherias, bordel e fazendas de gado. Além de terem fortes influências na política local, o filho do patriarca da família, Wladimir Rossy, exerceu o cargo de prefeito por dois mandatos. O cenário da época representa a forte presença do paternalismo, sistema que é importante para entendermos como se efetuava as relações de trabalho e divisão sexual no contexto de usinagem. Os abonados e abonadas concebiam o patrão como um “pai”, logo poucos questionavam suas ordens. Michelle Perrot (1988) escreve sobre esse sistema:

O paternalismo por muito tempo foi, e por vez ainda continua a ser, uma dos sistemas mais importantes de relações sociais do trabalho. Ele supõe pelo menos três elementos: 1) presença física dos patrões nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal; 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrão e empregado; 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. O Patrão é visto como um pai que proporciona trabalho aos seus filhos. (PERROT, 1988, p. 82)

Essa fala nos remete ao cotidiano do pau-roseiros com os patrões. Toda vez que seus chefes subiam à usina, faziam festas para recepcioná-los. Qualquer mínimo favor proferido

pelo patrão era visto como algo grandioso. Sinésio Martins fala com orgulho que tomava café com o pratão e que o considerava um homem simples e de “bom coração”. Essa relação “afetiva” entre eles se configurava como uma estratégia trabalhada por parte dos patrões. Além da cordialidade entre patrão e abonados e abonadas, a “palavra” e o sentimento de honra por parte dos trabalhadores e trabalhadoras eram amarras ao sistema de produção. Para Perrot (1988, p. 84), “a constituição dos operários numa classe supõe a ruptura desses laços tingidos de feudalismo, a identificação dos patrões como inimigos” (PERROT, 1988, p. 84). Daí se justifica a importância de ser visto como um “patrão bondoso”.

Há uma contradição entre o sentimento de injustiça percebido por parte dos abonados e a honra pela palavra e dignidade ao trabalho. O fato de estar em débito com o patrão o abrigava a continuar no local de trabalho e quitar a dívida. Havia sim resistência, mas eram poucas, por exemplo, houve casos de fuga nas usinas e outros pulavam do barco ainda no trajeto cidade-usina. Como o local era muito distante, cerca de 48h de Faro em barcos de alta potência, dificilmente fugiam, por medo de se perder nas matas e pelo pequeno exército de capatazes.

Diferente da borracha que, nos locais de onde se tirava o látex das seringueiras não havia a presença das máquinas industriais, somente braços humanos, no pau-rosa o alambique era peça-chave no processo produtivo. Aqui é interessante rever os escritos de Thompson (2012) sobre o surgimento da fábrica:

A fábrica surge como um símbolo das energias sociais que estão destruindo verdadeiro “curso da natureza”. Ela incorpora uma dupla ameaça à ordem estabelecida. A primeira, proveniente dos proprietários da riqueza industrial, esses novos-ricos que desfrutavam uma vantagem injusta sobre os proprietários de terras, cuja renda estava limitada aos arrendamentos (THOMPSON, 2012, p. 9).

Sem dúvida, as fábricas de essência provocaram a devastação em larga escala das florestas, com falhas políticas de sustentabilidade, o que ocasionou a quase extinção do pau-

rosa. Quando elas foram implantadas nas matas da Amazônia, causaram estranhamento aos trabalhadores locais que nunca antes tinham presenciado a estrutura de uma máquina a vapor. Mas, ao contrário do que houve na Revolução Industrial, os pau-roseiros não as viam como “concorrentes”, ou como “substituta de mão de obra”, mas sim como uma aliada para extrair os recursos naturais e garantir o sustento. No século XX, as campanhas contra o desmatamento e preservação da floresta eram incipientes.

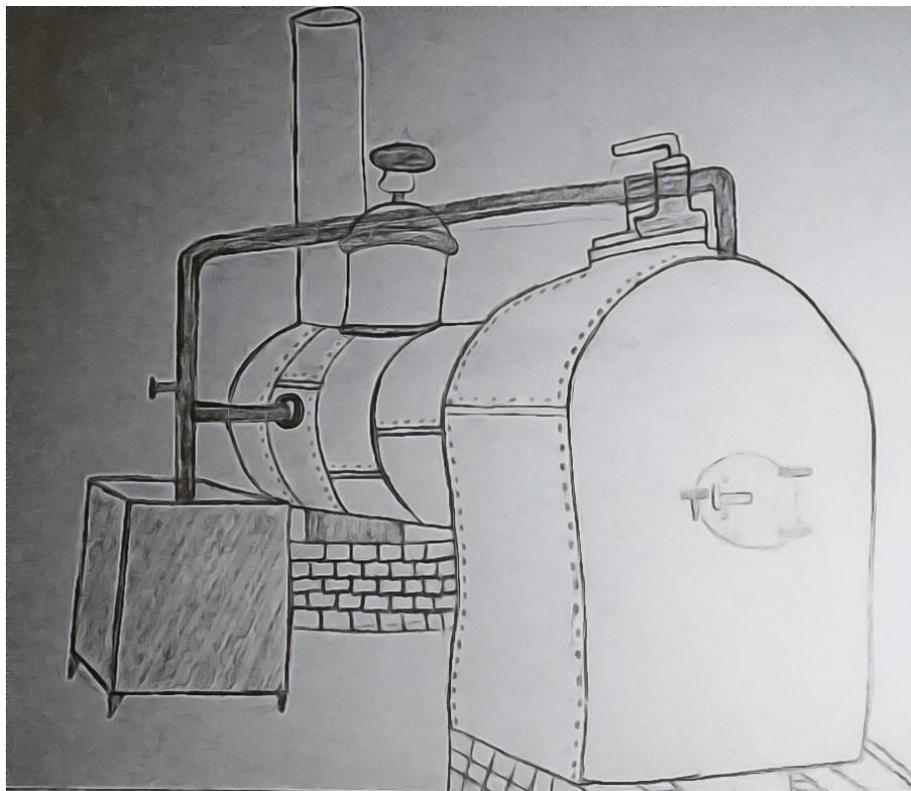


Imagem 07: Caldeira. **Fonte:** Produzido por Mirian Bitencourt, 2016.

Os maquinários, com auxílio dos operários, destilavam a madeira que vinha da mata, como referenciado no início deste trabalho. Essas usinas eram instaladas sempre perto do rio, estratégia para facilitar o escoamento da produção. No quadro das fábricas, infiltradas nos centros da Floresta Amazônica, existiam as seguintes categorias de trabalhadores:

- *Serrador*, responsável por cortar os rolos de pau-rosa em pequenos pedaços chamados de cavacos, com auxílio da ferramenta roladeira;

- *Triturador*, responsável por operar a máquina de triturar os cavacos;
- *Foguista*, responsável pela caldeira, tanque de médio porte movido a vapor, que destilava os cavacos de pau-rosa;
- *Cantineiro*, responsável pela venda dos alimentos aos trabalhadores e a frente do controle dos vales;
- *Capataz*, responsável por manter a ordem e assegurar o desempenho das atividades dos trabalhadores e trabalhadoras da usina;
- *Gerente*, responsável pela contratação de trabalhadores, organização e contabilidade da usina;
- *Carregador*, responsável por carregar os tambores de essência e levar até os batelões para seguirem os destinos;
- *Destilador*, responsável por encher os tambores de óleo de pau-rosa;
- *Lenhador*, responsável por partir lenhar e pela manutenção do fogo que movia a caldeira;

Na extração da madeira pau-rosa, denominada pelos trabalhadores de “toras” ou “rolos”, diretamente na floresta, os extratores se dividiam em:

- *Chefe-mateiro*, responsável por marcar árvores de pau-rosa e abrir caminho na mata, estes exploradores, como também eram conhecidos, eram os únicos que não dormiam no quadro da usina. Saíam para trabalhar na segunda-feira e retornavam no sábado à tarde. Estes trabalhadores partiam com um facão, uma rede nas costas e alimentos de fácil preparo como enlatados, piracuí ou peixe seco. A cada anoitecer, eles armavam pequenos barracos de palha para descansar nas matas. Para Reis (1997, p. 226), os mateiros eram “batedores da floresta, vencem distâncias sem dificuldades e identificam as espécies que é preciso conhecer para a exploração”.

- *Comboieiro*, ao contrário da afirmação de Arthur Reis, de que os “comboieiros” eram “encarregados de levar aos centros, por terra, semanal ou mensalmente, os ‘comboios’, isto é, os lotes de burros que conduzem a carga de víveres e utensílios para seringueiros” (REIS, 1997, p. 226), na atividade de extração do pau-rosa, os burros eram substituídos por um conjunto de canoas, pequenas embarcações típicas da região. Essas canoas escoavam a produção pelos igarapés estreitos até os barcos que ficavam nos rios de acesso, chamado de “boca de rio”. Os comboieiros desciam com tambores de essência e retornavam com mercadorias para abastecer as cantinas. O trajeto ocorria mensalmente.
- *Serrador*, responsável por cortar árvores;
- *Limpador*, responsável por cortar os galhos das árvores e dividir em rolos;
- *Roçador*, responsável por abrir pequenas estradas na mata;
- *Jamanximzeiro ou carregador de peso*, responsável por carregar a madeira até a beira da estrada com auxílio do jamanxim²³. Esses trabalhadores ganhavam por peso, sendo que quanto mais rolos carregavam, mais alto era o valor da diária;
- *Caçador*, responsável pela alimentação complementar;
- *Marujo*, como era conhecido o carregador que atuava nos caminhões, responsável por abastecer a carroça dos veículos com os rolos de pau-rosa que estavam à beira das estradas, conduzidos ao quadro da usina;
- *Chofer*, como era chamado o motorista, responsável por dirigir os caminhões que circulavam nas estradas apanhando as madeiras aromáticas;
- *Empreiteiro*, exploradores que vendiam matéria-prima aos donos de usinas, sem vínculo. Eles formavam sua equipe separadamente e negociavam em toneladas com os patrões.

²³ Uma espécie de mochila confeccionada de palha ou cipó usada para acoplar os rolos de madeira às costas dos trabalhadores.

Observa-se a grandeza da organização do trabalho nas usinas. Para cada atividade, havia equipes que trabalhavam dia e noite. A partir da narrativa do ex-funcionário da usina, Ruduval Campos, é possível entender como eram divididas as tarefas:

A gente tinha uma equipe que trabalhava dentro do quadro da usina e tinha outras equipes que trabalhavam na extração de pau, cortavam o pau, exploravam, os puxadores tiravam da mata para ser estraçalhado ali e ser transformado em cavacos, que iam para a caldeira destilar e de lá saía a essência [sic] (CAMPOS, 2015).

A mão de obra era formada por trabalhadores e trabalhadoras do Amazonas e Pará. Para a execução do trabalho nas usinas, eram levados em média 100 a 400 homens, distribuídos em diferentes funções. Como explica o ex-serrador, Clarindo Chaves:

[...] cada viagem daqui pra lá eram no mínimo 100 pessoas e até 400 pessoas. Eram 200 no quadro da usina e 200 no mato, chegavam na mata o responsável dividia tantos para derrubar, tantos para limpar, tantos para serrar, com aquela roladeira que naquele tempo não é como hoje que já tem motosserra, e outros já iam fazer estrada e outros iam carregar no jamanxim [sic] (CHAVES, 2015).

Sobre o processo de destilação, o ex-operário Gerson Bulcão, 62, explica o manuseio da principal ferramenta utilizada no quadro da usina, a caldeira, parte integrante do alambique:

A caldeira era um depósito grande de grelha, então as usinas tinha uns tanques grandes assim, eram quatro tanques que levavam uns 80 quilos de pau-rosa dentro, o cavaco, que era cortado e triturado tudo antes de ser colocado nas caldeiras. A caldeira tinha que estar com cem libras de pressão porque quando enchesse esses tanques com o cavaco de pau-rosa para destilar o incenso, eles abriam um injetor grande ai o ponteiro do relógio lá em cima da caldeira ia bater quase no zero. E tinha que estar preparado com aquela pressão para justamente graduar os tanques, depois de graduados os tanques a pressão subia de novo [sic] (BULCÃO, 2015).

Essa caldeira era uma ferramenta de risco, pois qualquer descuido causava acidente, por funcionar a vapor, como conta Guilherme:

O coletor pai da Socorro morreu com a caldeira, ela acabou explodindo que caiu em cima dele na usina do Vladimir. A pessoa não sabe trabalhar e muitas vezes se esquece por que a caldeira tem um ejetor que mete a água né, todo tempo tu tem que tá alimentando a água dentro dela pra ela não secar, por que se deixar secar e bater o ejetor pra meter água ela explode, foi o que aconteceu ele se esqueceu quando deu a caldeira tava seca comprometeu aí ela disparou e ele tava na frente e foi embora com tudo [sic] (MARTINS, 2015).

Esse óbito não foi exceção. No mesmo ano, faleceu um serrador com diarreia, além de outros acidentes que ocorriam na floresta. Na usina, não existia pronto-socorro, somente remédios básicos para febre. Essas fatalidades ocorriam com frequência, pois o extrativismo do pau-rosa é uma atividade de risco. Ao derrubar a árvore, é possível que ela caia sobre algum trabalhador, caso não esteja atento. Na mata fechada, os barulhos são abafados e os serradores têm que pôr em práticas seus conhecimentos sobre o tipo de corte e a direção em que o tronco cairá. Ao carregarem grande quantidade de madeira sobre as costas com o uso do jamanxim, os carregadores ficam expostos aos escorregões nas “ladeiras”, além das picadas de cobras e outros bichos venenosos, febres, acidentes na serralheria da madeira ou no processo de destilação.

A árvore de pau-rosa, depois de derrubada, era carregada nas costas dos trabalhadores com uso de um utensílio jamanxim. O ex-carregador de peso, Heitor Guimarães, 90 anos, descreve as características do instrumento:

O jamanxim é quadrado forrado com palha de murumuru, com os peitorais de envira e uma armação de pau. O jamanxim era carregado nas costas as cangadas de pau-rosa que a gente fazia como burro de carga. A gente descia um atrás do outro carregando peso nas costas, até 186 kg eu carregava [sic] (GUIMARÃES, 2015).



Imagem 08: Jamanxinzeiro. **Fonte:** Produzido por Mirian Bitencourt

Heitor Guimarães²⁴ trabalhou por mais de sete anos na usina como carregador de peso e afirma que é um trabalho desgastante, tanto que diz que eram “burros de carga”. Atualmente é aposentado e está paraplégico em decorrência de um escorregão no assoalho de casa.

Com o jamanxim, os trabalhadores se esforçavam para carregar o máximo de peso possível. Cada quilo a mais representava abatimento na dívida, como relata Manoel Soares:

²⁴ Heitor foi um dos trabalhadores que aprendeu a língua dos índios Hyxkanianos ao explorar pau-rosa próximo à aldeia. Ele conta que se apaixonou por uma índia, durante a entrevista cantou uma música em homenagem a ela no idioma nativo. Na exploração do pau-rosa teve mão de obra indígena. Além dos relatos dos trabalhadores, num relatório apresentado ao SPI – Serviço de Proteção ao Índio consta que as usinas instaladas no Rio Andirá, município de Parintins, a mão de obra era formada por índios da etnia Sateré Mawé. Após esse dado, em 2015, tivemos a oportunidade de ir à comunidade de Mologotuba, no Andirá, e lá os moradores mais velhos confirmaram participação na extração da madeira. Mas não como abonados, pois eles vendiam a matéria-prima em toneladas aos regatões.

Cheguei a carregar até 220 quilos. Era um esforço que a gente fazia para ganhar mais, porque o pagamento do pessoal que carregava menos peso era cento e cinquenta cruzeiro, os melhores trabalhadores de peso ganhavam duzentos cruzeiro. A gente subia aquelas enormes ladeiras de cento e cinquenta, cento e oitenta degraus pra chegar em cima[sic] (SOARES, 2015).

A fala de Manuel mostra o quão era degradante o trabalho na usina. Dentre as funções, a mais penosa era a do carregador de peso. Em pouco tempo apresentavam dores na coluna em decorrência da atividade. Foi possível constatar que dois ex-carregadores estão inválidos, um está paraplégico e outro é cadeirante, mas negam que o trabalho tenha influenciado para tal estado de saúde.

Para os patrões manterem o controle da produção e dos trabalhadores, era instalado nas usinas o aparelho de comunicação chamado de radiofonia. Nas palavras do ex-gerente da usina Santo Antônio, Guerreiro, a radiofonia tinha um papel fundamental “para a gente se comunicar, para não ficar desorientado” (GUERREIRO, 2015). As radiofonias eram distribuídas entre gerentes, comandantes de barco, escritório contábil e residência do patrão. Dessa forma, o dono de usina sempre estava informado de tudo que ocorria no local, inclusive sabia exatamente a data em que iam pesar-se as essências para estar presente. Na usina do Mamurú, o ex-gerente Sebastião Martins conta que nunca chegou próximo à balança, só o patrão. Tanto para pesar a essência, quanto para pesar as toneladas de madeiras que vinham da mata.

Sobre a compra da madeira, é interessante a técnica usada para medir os troncos de árvores. O chefe-mateiro, junto com sua equipe, media a espessura das árvores com o cipó, onde cada pedaço de cipó equivalia a uma determinada quantidade de madeira (cálculo em peso). Era com esses cipós que justavam suas contas aos sábados. Por exemplo, esses trabalhadores saíam da usina para explorar o pau-rosa na segunda-feria pela manhã e só retornavam no sábado com uma determinada quantidade de cipós. Na cantina, o gerente

media os cipós e calculava o peso das madeiras que mais tarde seriam derrubadas por outra equipe.

Todo o consumo básico (alimentação, calçado, vestimenta e ferramentas de trabalho) era adquirido da cantina (dispensa da usina) por um alto preço e pelo próprio trabalhador. Era uma das formas de manter os pau-roseiros atrelados aos patrões e fazendo com que a dívida inicial, o abono, ora pago aos trabalhadores, nunca pudesse ser quitado plenamente, pois sempre havia incrementos aos valores emprestados. Como conta Soares (2015):

Domingo a gente tinha que fazer o rancho para semana, era comprado, pirarucu farinha, açúcar, café. Eu tirava um quilo de pirarucu para durar uma semana, talhava tudinho para dar certo para semana, tinha que cortar 14 pedacinhos [sic] (SOARES, 2015).

As usinas funcionavam 24 horas por dia, alternadas em dois turnos (diurno e noturno). Cada empregado trabalhava 12h, com divisão de seis horas por turno. Havia duas turmas de trabalhadores, uma entrava às 6h da manhã, saindo 12h, e voltava às 18h, saindo 0h. A outra turma entrava às 12h, saindo 18h, e voltava a 0h, saindo às 6h da manhã.

A jornada de trabalho dos funcionários que trabalhavam no quadro da usina, os operários, era diferente dos trabalhadores que atuavam diretamente na mata, extratores. Os que trabalhavam com a extração da madeira tinham horários e valores referentes às diárias diferenciadas, de acordo com as tarefas. Os horários de partidas eram marcados pelo som da sirene, o alarme que indicava o início e término das atividades. Gerson Bulcão (2015), ex-funcionário da Usina Santo Antônio, relata como adquiriu a dívida e quais foram as condições para quitá-la.

Fiquei devendo para ele [Wladimir Rossy] quatrocento e quinhenta e dois cruzeiros, aí ele disse assim: olha Gerson tu vai comigo para usina. Tá, eu fui embora trabalhar. Para se pagar naquela época uma diária custava dois e cinquenta cruzeiro, passei seis meses lá trabalhando. Trabalhava dia e noite para pagar esse dinheiro que devia. Eu entrava seis da manhã e saía cinco da

tarde, ai eu vinha, comia, tomava um café dormia e me acordava com o apito da usina, já era para entrar e largar as cinco da manhã de novo [sic] (BULCÃO, 2015).

Mesmo após quitar a dívida, o patrão não queria liberá-lo para retornar à cidade de Faro (PA). Depois de muita conversa, decidiram deixá-lo partir, “porque a lei aqui é de quem não tem saldo não baixa, mas quem tem baixa”, disse. Verifica-se que descer sem produto é prejuízo, por esse motivo sempre davam um jeito de fazer o trabalhador permanecer na usina até produzir a quantidade necessária para encaminhar aos destinos de compra.

Os patrões negam as condições a que os trabalhadores eram submetidos. De acordo com Magaldi, proprietário da usina Santa Teresa, seus empregados eram regularizados. Mas confirma que não recebiam salários fixo, e sim ganham por diária ou produção.

Com os trabalhadores era uma gestão normal, como é hoje. Sempre foram regularizados. Não mudou nada, só que tinha mais gente trabalhando. Hoje nós estamos trabalhando com umas 10 pessoas e, naquela altura, trabalhava com 50, porque trabalhava de dia e de noite. Agora só se trabalha de dia, porque não pode mais tirar pau-rosa da floresta (MAGALDI, 2016).

Observa-se que negam qualquer negligência trabalhista, contrapondo as falas dos trabalhadores e trabalhadoras. Quando questionado sobre o adiantamento de pagamento antes de contratar o trabalhador, Magaldi afirma não praticá-la. Atualmente seus empregados são regularizados, haja vista a fiscalização no município, ao contrário das antigas usinas isoladas na floresta. Quanto à forma de contratação, Magaldi explica:

O cara chegava lá, pedindo emprego e a gente procurava saber se ele bebia, se faltava ou não. Então ele ficava no período de experiência. Se o cara era bom, ficava, né? Mas não havia seleção, banco de dados, nada disso. A pessoa interessada que ia pedir emprego. Não tinha trabalho escravo. Não tem nada disso. As folhas são mensais, mas eles trabalham e recebem um adiantamento semanal (MAGALDI, 2016).

Esse adiantamento a que se refere Magaldi não se configura como abono, mas sim como uma espécie de “vale”. Sobre as bebidas, em algumas usinas não era permitido que as levassem para o local, enquanto que outras permitiam seu consumo aos sábados, como afirmaram os trabalhadores da usina Santo Antônio. O consumo da bebida era uma forma de diversão, juntamente com as danças e rodas de música. Aos sábados à noite, os trabalhadores e trabalhadoras se juntavam para beber, contar piadas, cantar as músicas da época e dançar. Eles improvisavam vários instrumentos de música, entre eles o clarinete, flauta feita de bambu, o tamborim, confeccionado com pele de animal, “cheque-chegue” e o violão. Com estes instrumentos faziam as festas. Ao centro da roda, organizavam uma fogueira com os cavacos que saíam da caldeira e que “brilhavam como as estrelas”. Essa era a forma que encontravam de aliviar e desviar a tensão do trabalho.

Lá na usina a gente fazia festa, tinha tudo, tinha de cavaquinho a banjo, a bebida lá sabe o que era? Era “saracura mirar” um cipó tipo cerveja, que chamam pra ela cervejinha. Você tira um pedaço assim, raspa a casca dela tudinho né e começava a bater, aquilo espuma, fica igual a cerveja mesmo, nós botava açúcar. Era muito boa oh, um pouco mais caboclo estava porre, só fazia já porre lá. A gente trazia do mato aquele pedaço de cipó. De noite era a brincadeira de sempre [risos], lá contava piada, cantavam, quem mais cantava já morreu, era o Armando Garrafa, ele era animador. Tinha vez que a gente amanhecia de sábado pra domingo, era bonito, era divertido aquela época [sic] (FLEXA, 2015).

Esse cipó “saracura mirar”²⁵ foi muito citado pelos abonados e abonadas. Quando eles os encontravam, cortavam em grande quantidade para as mulheres prepararem as bebidas chamadas de “cerveja”. Os pau-roseiros se reinventavam nesses ambientes. Lá, descobriam novas formas de transformar a natureza, seja na criação de instrumentos musicais como na confecção de paneiros, jamanxins, tapetes, remédios naturais, entre outros.

²⁵ *Ayahuasca*, que significa cipó do morto.

3.2 Solteiras e pau-roseiros

Nas usinas de pau-rosa, a divisão sexual do trabalho era fator determinante na subdivisão das atividades de homens e mulheres no processo produtivo. Os homens eram vistos “de cima”, desempenhavam trabalhos culturalmente instituídos como superiores para o sexo masculino. Enquanto as mulheres trabalhavam em atividades vistas como inferiores, “de baixo” – trabalho doméstico e sexual. Duas questões precisam ser explicadas: primeiro, as mulheres eram tão capacitadas a trabalhar no processo direto da destilação da essência quanto os homens, pois a atividade não exigia qualificação técnica externa. Segundo, os trabalhos desempenhados pelas mulheres não eram reconhecidos como tal por parte dos pau-roseiros, muito menos por parte dos patrões, por isso sua remuneração era inferior à dos homens. Essas questões podem ser explicadas no campo teórico da Sociologia do Trabalho, especificamente sobre as relações de gênero e trabalho.

Várias autoras colaboraram para a elaboração do conceito e o uso da categoria analítica gênero, entre elas Joan Scoll (1990), Teresa de Lauretis (1994) e Judith Butler (2003). Chama-se atenção aqui para o conceito desenvolvido por Jane Flax (1991). Sabe-se que as relações de gênero implicam relações variadas e simultaneamente relacionadas entre homens e mulheres ante os diferentes aspectos da vida social, entre os quais o trabalho (FERREIRA & LEMOS, p.36 – 37, 2011).

Ferreira & Lemos (2011) apontam três autoras que contribuíram significativamente para a compreensão do gênero na Sociologia do Trabalho no Brasil: Elisabeth Souza Lobo, pioneira nos estudos de gênero e trabalho, na academia brasileira ao desenvolver, na década de 1970, estudos empíricos com trabalhadores e trabalhadoras em fábricas automotivas. Antes do acidente que causou sua morte, publicou o livro *A classe operária tem dois sexos*, em 1991; Magda Neves, que realiza pesquisa no campo da Sociologia do Trabalho, nas temáticas

do trabalho, reestruturação produtiva, trabalhadores, relações de gênero, cidadania e sindicalismo. Em *Divisão sexual do trabalho e relações de gênero*, publicado em 1998, a pesquisadora apresenta reflexões acerca de três problemáticas: uso da categoria analítica gênero em estudos referente ao trabalho, a problematização sobre produção-reprodução, e a divisão sexual do trabalho como fator determinante que subdivide os setores de atuação profissional de homens e mulheres; e Helena Hirata, socióloga referência em estudos sobre gênero e trabalho, pesquisas comparativas entre Brasil, França e Japão. Lançou em 2002, o livro *Nova divisão sexual do trabalho?*

Nas interpretações de Ferreira & Lemos (2011), as relações de trabalho se destacam como categoria interpretativa importante acerca de diferentes perspectivas que se centram no processo de trabalho, nos trabalhadores, em forma de tecnologia que dinamizam a produção e nas condições históricas e estruturais que configuram a exploração do trabalhador. Já os estudos que utilizam a categoria gênero iniciaram-se na academia brasileira de forma recente, a partir da década de 1970, com a influência decisiva do movimento feminista. Assim, a imbricação dessas categorias revela um terreno fértil para análises nas diversas áreas das ciências sociais.

Segundo Neves (1988), os estudos da sociologia do trabalho encontrados até meados da década de 1980, de modo geral, apresentavam a classe trabalhadora de maneira assexuada, formada por indivíduos homogêneos. Isso contribuía para que as mulheres fossem vistas somente como mão de obra ou força de trabalho e não como atores sociais representativos. Essa análise reflete no cotidiano das mulheres de usinas, que atuaram no período de 1960 a 1980. Nesse recorte, as atividades desempenhadas pelas mulheres não eram consideradas como um trabalho no processo produtivo. Vejamos que numa fábrica existem várias ocupações, desde faxineiros e faxineiras a executivos e executivas, e que o não funcionamento de uma atividade influencia na produção final. Na usina não era diferente: sem as “mulheres

solteiras”, como eram conhecidas as que trabalhavam como domésticas e profissionais do sexo, a usina não funcionaria. Os homens não teriam refeições, roupas lavadas e companhias noturnas. Elas eram parte integrante do sistema produtivo, mesmo que não reconhecidas. Algumas delas, inclusive, aventuravam-se a explorar pau-rosa nas horas vagas e auxiliavam os operários, mas não eram valorizadas socialmente e financeiramente. Ferreira & Lemos (2011, p. 47) explicam que “os salários inferiores são pagos às mulheres, pois se entende que a renda obtida por elas é apenas complementar em relação à dos homens”. Desse modo, o trabalho da mulher no pau-rosa era visto como uma atividade complementar, um auxílio para garantir o “trabalho” dos homens.

A divisão sexual do trabalho é entendida por Hirata (2002) como procedimento construído socialmente e intimamente relacionado com quatro elementos fundamentais: primeiro, a articulação entre produção e reprodução, que tende a determinar o trabalho profissional (produção) aos homens e o trabalho doméstico (reprodução) às mulheres; segundo, com teorias inter-relacionadas que articulam a noção de sujeito sexuado às reflexões sobre mercado de trabalho e processos de trabalho; terceiro, com teorias do emprego que se voltam para a dimensão sexuada das áreas de atuação profissional, do assalariamento, do desemprego, do trabalho informal e do trabalho doméstico; e quarto, com pesquisas acerca da subjetividade e trabalho, as quais indicam que “os estereótipos sexuais, as identidades sexuais e as representações sociais de virilidade e da feminilidade são amplamente utilizados na gestão da mão de obra no mundo industrial” (HIRATA, 2002, p. 19).

Ferreira & Lemos (2011) afirmam que o debate em torno da divisão social do trabalho, implementado por Hirata (2002), traz conclusões significativas no que diz respeito à posição das mulheres no setor produtivo. Por meio das máximas ideológicas patronais, tem-se a ‘proibição’ do emprego feminino em certos ramos, mas a autorização ante trabalhos leves e limpos.

As concepções analíticas clássicas (anterior a 1970) articulavam o trabalho aos sexos da seguinte forma: a esfera masculina estaria relacionada ao trabalho produtivo assalariado, bem como à vida pública; e a esfera feminina se voltaria ao trabalho doméstico (tido como improdutivo) e, conseqüentemente, à vida privada e à reprodução, como mostram Ferreira & Lemos (2011, p. 44):

Quando as mulheres participam da esfera “destinada aos homens”, percebe-se que elas estão em contextos de desigualdade, denominação e opressão. Aqui, evidencia-se claramente a inserção da problemática produção-reprodução articulando os homens à produção (que compreende os processos do capital e do trabalho na constituição da mercadoria) e as mulheres, à reprodução (pensada como reprodução da vida e da força de trabalho do trabalhador enquanto tal).

Dessa forma, para Ferreira & Lemos (2011, p. 44), no interior da classe operária e do setor produtivo, ser homem ou ser mulher não é algo indiferente, pois “existe um ‘modo homem’ e um ‘modo mulher’ de ser operário”.

Nunes & Freitas (2011) salientam que gênero traz ao mundo do trabalho inquietações que têm provocado um repensar ante verdades ancoradas em teorias aparentemente sólidas. Para estes autores, não há como negar que a inserção feminina cada vez maior nas atividades produtivas tem provocado o enfrentamento de questões outrora dadas como resolvidas, da mesma forma que tem levado, ainda que de forma aparentemente tênue, a uma nova abordagem das relações vigentes entre os sexos.

O mundo do trabalho tem provocado a intensificação de novos arranjos familiares, de novas reivindicações sociais e culturais, da constituição de novas relações entre homens e mulheres, ainda que estas questões se manifestem, de imediato, apenas no subterrâneo (NUNES & FREITAS, p.7-8, 2011).

Ferreira & Lemos (2011) explicam que as lutas pela emancipação feminina, a queda da taxa de fecundidade e a melhora do nível escolar propiciada pela transformação cultural no

Brasil a partir dos anos de 1970, o que elevou o número de mulheres nas universidades, também permitiram maior participação feminina no mercado de trabalho. As mulheres puderam sair da esfera privada do lar e adentrar nas relações produtivas do trabalho. Cabe ressaltar que, de modo geral, a inserção feminina veio associada a uma lógica de precariedade. Assim, em muitos casos, as mulheres se inserem no mercado de trabalho na perspectiva das subcontratações, de empregos temporários e terceirizações, como bem chamam atenção os estudos sobre gênero voltados para a subordinação histórica das mulheres no trabalho (FERREIRA & LEMOS, 2011, p. 36).

Segundo Hirata & Kergoat (1999, p. 94), em uma análise histórica, percebe-se que a elaboração do conceito de gênero emergiu nos anos 1970, influenciada por antropólogos e sociólogos embasados no momento histórico do movimento das mulheres. Para as autoras, foi necessário inicialmente dar visibilidade à construção histórica e cultural do chamado “sexo social” em detrimento do fatalismo e do naturalismo, os quais remetiam as representações da mulher às perspectivas inferiores orientadas por ordem biológica.

No entender de Moraes apud Ferreira & Lemos (2011), o termo ‘relações de gênero’, do modo como é trabalhado no campo teórico das ciências sociais, denota uma percepção culturalista perante o não conhecimento de uma essência abstrata universalizante feminina ou masculina:

Seriam os fatores culturais os responsáveis por moldar homens e mulheres. Ou seja, as relações sociais orientadas por estruturas de poder diferenciadas entre si culturalmente teriam maior peso na diferenciação do que hoje chamamos ‘homem’ e ‘mulher’ em comparação ao fato biológico (MORAES *apud* FERREIRA & LEMOS, 2011, p. 37).

Dentro das problemáticas da Sociologia do Trabalho que utilizam o gênero como categoria interpretativa, as debatidas neste estudo são: a divisão sexual do trabalho, a imbricação entre produção e reprodução, o uso do gênero em pesquisas sobre trabalho e a

divisão sexual do trabalho relacionada com elementos contemporâneos que dinamizam a produção (FERREIRA & LEMOS, 2011, p. 40).

3.3 O papel exercido pelas solteiras

Nas usinas, as mulheres solteiras exerciam dois trabalhos principais, o doméstico e o sexual. Como atividade paralela, algumas mulheres se aventuravam na floresta em busca de árvores de pau-rosa e auxiliavam os operários para aumentar a renda, mas era exceção. A maioria delas concordava que o “trabalho pesado” não era para “mulheres”. O motivo central pelo qual eram levadas às usinas era o trabalho sexual, pois para o patrão as mulheres não rendiam tanto quanto os homens, sendo limitadas pela força física, mas a presença delas era usada para aumentar as dívidas dos abonados, haja vista que o pagamento pelo trabalho era autorizado pelos gerentes. Situação semelhante ocorria nos seringais, como aponta Reis (1997), “não interessava aos ‘aviadores’ e seringalistas senão o seringueiro, como braço, como energia, para a tarefa pesada” (REIS, 1997, p. 239). No entanto, não era só a questão de não terem força física. Há como pano de fundo uma questão ideológica de que mulher não trabalha, mulher-exemplo é a que casa, pare e limpa a casa, as “mulheres de família”. As que não seguem esses padrões sofrem discriminação. É o caso das mulheres solteiras.

Nesse sentido, faz-se necessário inserir uma análise feita por Torres (2008) acerca da formação social da Amazônia sob a perspectiva de gênero. Na visão da autora, essa demarcação tem relação com a formação histórico-social e cultural da região, que estão embasadas nos relatos dos viajantes naturalistas do período quinhentista até o século XVIII.

Os naturalistas foram educados para ter uma determinada disciplina e método em suas observações, cujo rigor estava circunscrito ao ofício de coleta de informações sobre a região para atender aos propósitos econômicos do projeto de colonização (TORRES, 2008, p.170).

Por esse prisma os nativos, homens e mulheres da Amazônia, foram interpretados “pela via bióloga como parte da natureza” (TORRES, 2008, p.170). Os naturalistas não viam o homem como central no universo amazônico, mas como uma peça acoplada à natureza. Essas observações refletiram na visão exótica que se tem da região. Para a autora, a dificuldade em compreender o pensamento social da Amazônia se dá pelo fato de sempre ter sido vista “de fora”, com interpretações particularizadas sob a lente ocidental.

Torres (2008, p.173) nota que a expedição de Orellana não teve como objetivo inicial uma viagem “descobridora”. Ao percorrer pelo rio Amazonas, a correnteza o impediu de retornar ao Oceano Atlântico. Este incidente ocasionou em pedido de socorro alimentício às tribos indígenas mais próximas, o que transformou a viagem numa “expedição conquistadora do Amazonas”. Esse contato provocou rebeldia nos nativos, que “muniram-se de um espírito de defesa do seu território para receber os espanhóis”. Nessa explanação feita por Torres (2008), ele pontua um fato considerado importante para a literatura de gênero nos primeiros escritos sobre as amazonas, as mulheres guerreiras descritas por Orellana.

As amazonas encarnaram o único tipo de mulher que goza de liberdade e condições de igualdade com o homem na literatura imaginária da Alta Antiguidade Clássica. Sem perder a estrutura do mito clássico, outros elementos foram introduzidos para incrementar e dar pujança à superioridade masculina (TORRES, 2008, p. 176).

É assim que as amazonas passaram por um processo de masculinização na literatura renascentista, tanto na aparência quanto na sua sexualidade supostamente confusa. Para Torres (2008, p. 176), até mesmo Boccaccio (1979) que “surpreendeu a sociedade italiana com a exaltação dos sentimentos femininos no seu *Decameron*, também resvala no verniz machista ao retratar e forjar uma certa masculinidade para a mulher que se destaca por seus feitos grandiosos”.

Esses mitos reconstruídos em torno da mulher amazônica carregam heranças dessa visão europeia dos cronistas. Torres (2008, p. 181) conclui que “a imagem da mulher índia como ser exótico e lasciva sexual disseminada pela política pombalina na sociedade colonial da Amazônia, é agora reatualizada pelo capital nos liames da industrialização”. Para a autora, pesa sobre a amazonense a fama de mulher oferecida porque a colonização forjou uma imagem de índia que “solta a franga”.

Essas considerações nos fornecem um panorama de como a mulher foi “idealizada” na região e como essa construção imaginária refletiu na formação social da Amazônia. Nas usinas, o termo “mulher solteira” tem uma conotação de mulher fácil, disponível e vulgar. Mas para elas, ser solteira era um grito de liberdade e resistência aos padrões da “obrigatoriedade social” do casamento.

Além desse trabalho de Torre (2008) que fala da construção do imaginário feminino, destaca-se a pesquisa de Cristina Wolff (1998) sobre a invisibilidade do trabalho da mulher nos seringais. A autora desconstrói a ideia de que a mão de obra nos seringais era formada só por homens e inverte a literatura que silencia a história da mulher, trazendo à tona esses recortes tidos como “perdidos”. Como a mesma acentua, muitas das vezes é uma questão de “olhar”.

Um olhar atento para as fontes que comumente são utilizadas por historiadores pode revelar muitas vidas de mulheres, ou ao menos, imagens femininas. Este olhar atento tem que estar a todo momento preparado para interpretar o que pode ser o exótico, o singular, o acontecimento excepcional, e aquilo que pode ser comum e corriqueiro na sociedade e no tempo em questão (WOLFF, 1998, p. 27).

Esse olhar muda completamente os rumos da história social da mulher, dos estudos sobre gênero e da luta por igualdade. Joan Scott (1990, p. 6), explica que “gênero” na sua forma mais simples significa “mulheres”. Enquanto o termo “história das mulheres” revela a

sua posição política ao afirmar que “as mulheres são sujeitos históricos legítimos”, nesse sentido o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que poderiam chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980 (SCOTT, 1990). Wolff (1998) afirma que o gênero e a temporalidade na interpretação histórica são perspectivas para interpretar vozes do passado e do presente. No geral, o gênero é utilizado para designar as relações entre os sexos e indica as construções sociais sobre o papel de homens e mulheres (SCOTT, 1990).

Um ponto comum na pesquisa de Wolff (1998) é a negação do trabalho da mulher no seringal, assim como na literatura do pau-rosa. Esse “silenciar” é muito forte na historiografia local, até mesmo nas entrevistas os trabalhadores negam a participação da mulher no processo direto de destilação. Eles reconhecem a ida delas à usina como “mulher solteira”, no sentido contrário de profissão.

Estas mulheres trabalhavam numa espécie de “bar noturno” conhecido como “pausada”, em Faro. Neste local, elas recebiam seus clientes. Como os pau-roseiros não levavam suas esposas, e outros eram solteiros, a falta de sexo era um dos motivos pelo qual pediam para descer das usinas. Para mantê-los lá, o patrão ou o gerente reuniam essas mulheres e ofereciam abono para que fossem trabalhar na usina, dizendo que lá teriam mais clientes que na cidade. Por esta razão, eram usadas como uma das estratégias para manter os trabalhadores por mais tempo dentro das usinas, haja vista que cada programa equivalia a 50% de uma diária de trabalho. Sobre essa questão, os próprios trabalhadores explicam:

Teve época que ele [patrão] levava mulheres de programa, por exemplo, chegava a época de festa o patrão usavam da sua influência e faziam elas se endividarem, pegava um dinheirinho e levavam elas pra lá [usina] pra fazerem programas. Lá o caboco pagava com o trabalho, era uma forma de prender também as pessoas lá, na época era metade de uma diária cada programa. Eles faziam assim, passava um vale, assim o caboco vai com uma mulher e pedia um vale, ela recebia esse vale, quando ela prestava a conta

dela era com esses vales que ela pagava a conta dela lá, por que ela se alimentava por conta dela também, e o que ela tirasse de lucro ele pagaria aqui [sic] (MARTINS, 2015).

Ao chegarem às usinas, os homens eram escalados para fazer as casas das mulheres, os “tapiris”, como eram chamados os pequenos barracos com armação de madeira, cobertura de palha inajá ou buçu e forro de palha preta. Esses tapiris formavam as corrutelas das usinas, um conjunto de casas. As camas eram feitas de madeiras, uma espécie de jirau coberto com capim seco e pano de rede. A estrutura era amarrada com uso do cipó, como mostram os “croquis” abaixo:

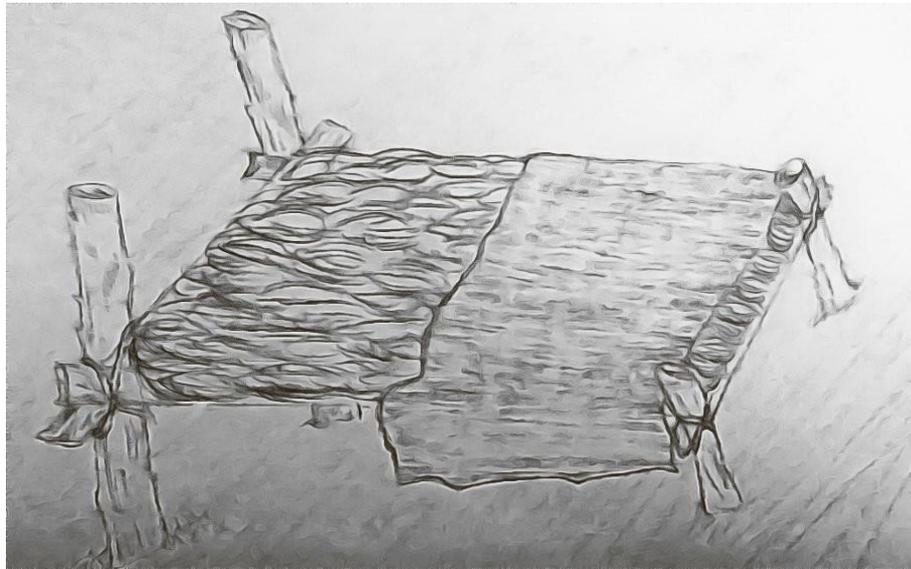


Imagem 09: Cama das mulheres. **Fonte:** Produzido por Mirian Bitencourt

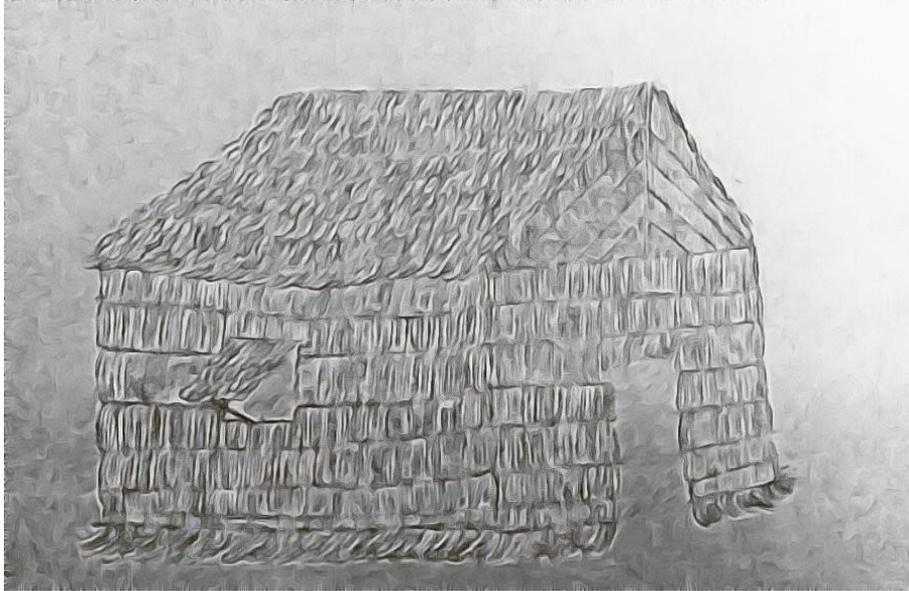


Imagem 10: Casa de palha das mulheres. **Fonte:** Produzido por Mirian Bitencourt

Mas um fato interessante a se notar era o formato das currutelas, como mostra o “croqui” abaixo, baseado nos desenhos feitos pelos trabalhadores:

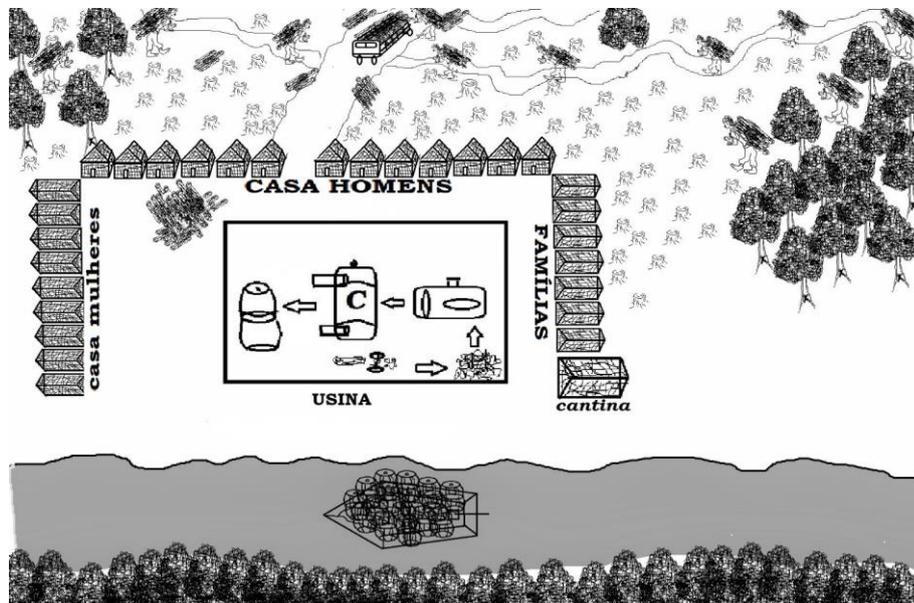


Imagem 11: Croquis do processo produtivo da essencial de pau-rosa. **Fonte:** Produzido por Mirian Bitencourt.

Esse croqui mostra a estrutura física das usinas de pau-rosa. É pertinente ressaltar que existiram outros formatos, mas com os mesmos elementos (currutelas, maquinários, frente ao rio, barco, etc.). Na ilustração, é visível a divisão de sexo: as mulheres tinham suas casas separadas das dos homens e do lado oposto dos barracos das “famílias”. No início da

extração, na década de 1950, os homens não levavam as esposas. As famílias povoaram as usinas muito depois, no final da década de 1980. Sobre a recepção das mulheres, Soares (2015) explica:

Essas mulheres iam daqui [Faro/Pará] abonadas, elas pegavam o dinheiro aqui e levavam elas pra lá, e lá tinha uns barraquinhos [casas], tinha uma no quadro lá onde eu trabalhava [usina], era limpo, era barraquinhos igual as barracas da festa de Junho [São João], tinha as casas dos homens de famílias e tinha a casa das mulher solteira, aí eles [homens] iam lá na cantina pegar o bilhete [vale autorização] e ir embora pra lá pra casa delas. Nessa época era dois e cinquenta cruzeiros o programa com elas, aí tirava um bilhete na cantina e levava no bolso, chegava lá chamava a mulher e ela vinha com a gente e dizia: “olha está aqui teu pagamento”, aí elas traziam esse vale quando chegava aqui em Faro elas iam justar a conta com o Wladimir [sic] (SOARES, 2015).

Na visão dos trabalhadores, a convivência entre casadas e solteiras poderia manchar a reputação das esposas, essa aproximação era vista como má influência.

Olha na usina chegava muita mulher solteira muita, muita mulher, elas vinham atrás de homem solteiro, homem casado também né, mais iam pra pegar o dinheiro, tinha a casa delas, ajudei a fazer a casa delas, dia de domingo era o que nós fazia, são as barraquinhas de tapiri, não cheguei a ficar com nenhuma delas não porque eu tinha mãe, aquela época minha mãe me aconselhava a não me meter com esse tipo de mulher, Deus o livre [sic] (MARTINS, 2015).

Nos anos iniciais de exploração, os trabalhadores chegavam desacompanhados das esposas. As usinas não tinham paradeiro fixo, pois à medida que as árvores se esgotavam, elas eram desinstaladas. As esposas foram levadas quando as usinas estavam mais próximas da cidade, na região conhecida como “boca do Paratucu”. Era uma situação similar ao período da borracha, como expõe Reis (1977):

A paisagem social dos seringais, em certos aspectos, lembra os mesmos aspectos do começo da vida brasileira no século XVI, quando se lançavam os mandamentos da sociedade que deveria realizar a conquista da terra nova, vencendo a natureza e nela criando os seres sociais que fossem também as

resultantes e suas peculiaridades. É que, naqueles idos distantes, os colonos, os soldados, os funcionários que vieram para as jornadas pioneiras, estavam desacompanhados da esposa, da família. O lar, em consequência, foi sendo organizado com a mulher indígena, fora dos textos estabelecidos pela lei. A mulher portuguesa só mais tarde, quando a ventura do domínio político estava sendo assegurado, começaria a estar presente (REIS, 1977, p. 237)

No início desta atividade só existiam casas de homens e mulheres, em lados opostos. Nas palavras de Maria da Glória (2015), o cenário se constituía da seguinte forma:

Naquela época nós ia abonados, todos iam abonados, naquele tempo não existia motor como hoje, eles vinham no motor do dono da usina, era só eles que eram ricão né, os pobres só iam com ele, ele abonava os pobres por aqui tudo, como até o pai dessa minha filha que era meu marido ele foi abonado pra lá, levou um ano pra pagar a dívida. Na usina era muito animado, era aqueles homens carregando aqueles rolos de pau-rosa no jamanxim, cortavam tudo em rolo, a gente trabalhava e os homens na serra, serrando o pau-rosa pra tirar a essência [sic] (GLÓRIA, 2015).

O cotidiano das mulheres nas usinas iniciava com a construção das casas. Após o levantamento elas se instalavam, normalmente em pequenos grupos. Durante o dia realizavam trabalhos domésticos, lavavam roupas, varriam o terreiro, abasteciam os potes com água do riacho, tratavam as caças e faziam almoço. Durante a noite, produziam-se e recebiam os clientes nos seus aposentos. Nos finais de semana, além dos atendimentos, dançavam, ouviam piadas e bebiam junto aos pau-roseiros ao redor das fogueiras.

Além da divisão de sexo, o *croqui* mostra como eram organizadas as currutelas, casas uma ao lado da outra, sempre com o mesmo formato, o barracão da usina no centro, às margens do igarapé, a cantina à direita, estradas interligadas com a estrada principal e os extratores espalhados na floresta.

Essa divisão é resultado da forte carga ideológica dos “valores da família tradicional”, pois para os abonados as mulheres solteiras não eram “de família”. Mas para essas mulheres isso não influenciava em todas as esferas da vida. Sebastiana, conhecida como Sabá, *immemorian*, gostava de farrear, tanto que comemorava seu aniversário todo sábado. Para ela,

casamento era sinônimo de prisão e não temia em dizer “eu sou puta velha”. Sabá, junto com Glória e outras mulheres, se reuniam e faziam festa toda vez antes de subir para a usina, por ser uma viagem longa e sem data certa para o retorno, haja vista que tudo dependia da quantidade de programas para a quitação do abono, a dívida. A festa fazia parte da cultura das mulheres solteiras, conhecidas por serem alegres consumidoras de bebidas alcoólicas e terem apreço por farra. Acompanhem a narrativa:

Quando foi sábado fui numa festa que nós fizemos em Faro, uma festona, era foguete pra todo lado, mas tiramos licença, naquele tempo era o Pico de Jaca que era delegado, aí tiramos a licença até seis horas da manhã porque nós íamos subir ao Alto [Rio Paratucu]. Quando nós chegamos lá fomos trabalhar, eu fui pra trabalhar, as outras mulheres foram solteiras mesmo [prostituição], cada qual tinha sua casa, quem fazia as barracas eram os homens, seu Vladimir que mandava fazer quando a gente chegava lá já estavam fazendo a casa, os homens faziam cama pra nós, sabe como a vida de mulher solteira, eles afincava pau, tiravam aquelas tábuas e forravam com pano. O pagamento era lá mesmo, elas pegavam vale na hora, quando a gente queria baixar a gente ia levar o vale lá na cantina e seu Hugo descontava a dívida e dava o saldo [sic] (GLÓRIA, 2015).

Nas usinas, as mulheres eram tidas como mercadoria, cobiçadas pelos homens que passavam anos sem contato com as esposas. Neste caso, há grande semelhança com as mulheres que eram levadas pelos aviadores aos seringais. Arthur Reis (1997), em *O seringal e o seringueiro* destaca que:

Essa situação, como era natural, fez que a mulher fosse objeto cobiçado, sonho permanente do seringueiro isolado na floresta. E a presença de mulher nos seringais, no sistema de exploração sem freios que envolvia todo negócio da produção da borracha, passou a constituir mais uma página do sistema. Os seringueiros, no sentido infortúnio, encomendavam aos “patrões” e estes às “casas aviadoras”, mulheres, como encomendavam gêneros alimentícios, utensílios, roupas, etc. Verdadeiras mercadorias, entravam nas contas, escrituradas pelo guarda-livros como quaisquer outros objetos de uso diário (REIS, 1997, p. 241).

O argumento acima, na interpretação de Ligia Simonian (1987), se insere na base da ideologia que justifica os abusos praticados contra as mulheres nas áreas de seringais da

Amazônia ocidental. A escassez de mulheres constitui-se num destes discursos, tendo, recorrentemente, servido de base principalmente para a exploração sexual.

Algumas mulheres se aventuravam nas matas e outras auxiliavam os operários nas usinas. No entanto, os pau-roseiros não reconhecem essas atividades como trabalho.

Eu explorei o pau-rosa em uma das viagens, eu e a Maria, a gente queria ganhar dinheiro para voltar logo, aí ele [gerente] comprava da gente aquela madeironas de 12 palmos, quando a gente achava a gente marcava e media e botava o X e a letra do nome da gente, aí eles iam pra lá e achavam, não precisava a gente mostrar pra eles [sic] (GLÓRIA, 2015).

Pelas narrativas fica evidente que as mulheres participaram do processo de destilação do pau-rosa como exploradoras, atividade que exigia o reconhecimento das árvores na floresta. No geral, o homem concebe o trabalho da mulher como uma simples ajuda, como é constatado pela pesquisadora Iraildes Caldas Torres (2012), no livro *O ethos da floresta*. Nesta obra, a autora faz uma reflexão sobre o trabalho leve e pesado da mulher e sua introdução é pertinente para a interpretação do trabalho feminino na Amazônia. O trabalho pesado, para os operários das usinas, é compreendido somente como dispêndio de força física (TORRES, 2012). Ao serem questionados sobre as atividades desenvolvidas pelas mulheres dentro do quadro das usinas, os entrevistados negam sua participação, mas admitem que elas “apenas ajudavam”. Na leitura de Torres (2012):

Essa *práxis* criadora e de singularidade do *ethos* humano torna as mulheres construtoras da história, momento-síntese de sua objetivação e hominização. Elas transformam a natureza num processo imaginativo de criação e recriação de si mesmas, exteriorizando-se para o mundo. As mulheres falam ao mundo, comunicam suas existências por meio do seu trabalho. Não é o aspecto da reprodução humana que funda a condição de ser histórico e social das mulheres, são as suas práticas sociais decorrentes do seu trabalho. Cabe às ciências reconhecerem o aspecto produtivo do trabalho das mulheres (TORRES, 2008, p. 208).

Essas mulheres trabalhadoras se diferem das demais pela posição social que lhes é atribuída. O que induz a projetar que, se os operários, no entender de Thompson (1987), são marginalizados pela história, no caso particular das mulheres amazônidas, elas aparecem num degrau abaixo. São vistas pela sociedade como “as de baixo”, no sentido moral e social.

Torres (2012, p. 199), afirma que “as mulheres são parte integrantes do sistema produtivo, são sujeitos vivos do sistema simbólico do trabalho, o qual é tido como um fator de maturação, *status* e desenvolvimento social para elas”. São raras exceções de pesquisas que reconhecem o trabalho da mulher como parte integrante do sistema de produção, já que a história dos ciclos é vista a partir dos homens, como trabalho exclusivamente masculino. Na extração do óleo de pau-rosa, ocorreu igualmente como no processo produtivo da borracha, como destaca Simonian (1986):

Homens e mulheres dos seringais da Amazônia ocidental têm, de todo modo, persistido com o silêncio e a tentativa de esconder, tornar invisível o envolvimento das mulheres na produção da borracha, isto para não falar da discriminação e opressão que sustentam tais processos (SIMONIAN, 1986, p. 99).

As experiências das mulheres na produção extrativa têm sido mascaradas pelo ocultamento, tentativa de silenciar os fatos, nestes casos, tanto pelas populações locais e das próprias mulheres, quanto por parte de estudiosos desse campo do conhecimento. Para Simonian (1997), em algumas poucas atividades extrativas, a “invisibilidade” e as tentativas de silêncio e negação não se colocam como problemas para as mulheres.

Sobre a quitação das dívidas, os patrões colocavam em prática todas as estratégias possíveis para mantê-las por um longo período na usina. Nesse sistema, o saldo devedor só aumentava, tanto para as mulheres, que precisavam de alimentos diários e os adquiriam na cantina por um alto valor, quanto para os homens, que além dos alimentos, gastavam com bebidas alcoólicas e os serviços domésticos e sexuais das mulheres, crescendo mais ainda

seus débitos. Essas mulheres só desciam das usinas, a milhares de quilômetros de distância de suas casas, depois de saldar as dívidas.

Nesse processo, existia mais um elemento que, em determinadas situações, prolongava sua estadia: os filhos que ficavam na cidade e que recebiam crédito junto aos comércios e drogaria da família Rossy, ou seja, a alimentação e remédios de suas crias eram financiados pelos donos de usinas. Quando sinalizavam interesse em regressar, o gerente contactava o escritório de contabilidade da cidade para listar as despesas entregues às famílias e somar com a dívida da cantina local.

Era comum, em época festiva no município de Faro, as mulheres desejarem participar, mas nem sempre conseguiam pagar as dívidas. Às vezes restava uma mulher, mas não permitiam sua descida junto com as outras e ocorria o seguinte, como conta Hermógenes Flexa (2015):

O nome dela é Trindade, não sei se ela ainda existe, no mesmo dia que chegou aprontaram a barraquinha dela, e nesta noite lá os caboclo não tiveram regulamento e fizeram uma besteira com ela, rasgaram a rede dela e foram lá na cantina pegar outra, ela não estava aguentando mais, aí ela chorou e veio pedir socorro e foi direito lá com nós, porque ela tinha um conhecido, aí caboclo ainda queria ir lá, aí eu disse: “olha se meter a cara aqui vocês vão levar porrada daqui”, eles se acalmaram pra lá. Quando foi no outro dia foram chamados pra conversar porque ela ia ficar lá por mais tempo e ela teve que dizer quantos ela ia atender por noite e repassar a quantidade ao chefe da cantina, aí ele ia controlar os vales porque caboco não ia entrar sem vale, só se ela quisesse mesmo aceitar eles de graça [sic] (FLEXA, 2015).

A fala evidencia a violência sexual contra a mulher. Nesta usina houve casos em que os homens embriagavam as mulheres e as levavam para o centro da mata para estuprá-las. Qualquer descuido dos capatazes, os homens as atacavam. Os cuidados redobravam nos finais de semana.

Como dito acima, no contexto laboral existiam duas categorias de trabalhadores, o extrator e o operário. O trabalhador extrator era responsável pela extração da matéria-prima

diretamente da floresta; o operário era o trabalhador que atuava na usina com o manuseio dos maquinários para a produção da essência. Os que trabalhavam fora do quadro da usina só retornavam nos finais de semana. Após o episódio da mulher que quase fora estuprada pelos homens, os atendimentos foram divididos, de segunda a sexta para os operários de chão de fábrica e sábado e domingo reservados aos extratores da mata, como explica Flexa (2015):

Porque lá trabalhavam assim: o pessoal que trabalhavam no quadro da usina ficava lá todo tempo, mas tinha aqueles que se deslocavam pra trabalho lá no centrão da mata, que só baixavam dia de sábado, aí ele fez um controle pra dia de sábado e domingo ser dessa turma vinha da mata, pra aqueles que vinham de lá por que eles iam passar a semana fora, e o resto da semana esses que estavam no quadro da usina era a vez deles, e aí ela era valente por que ainda dizia que dez por noite ela garantia, e assim foi feito a base pra ela [sic] (FLEXA, 2015).

Nesses discursos percebeu-se como as relações de trabalho nas usinas se “materializavam”. Homens e mulheres eram explorados por um sistema de mão única, onde o único cheiro que ficou foi o do suor humano. O Chanel nº 5, o Phebo e outros produtos continuam a existir, enquanto que da maioria de seus “servidores” somente há memórias. Mas, para os patrões, fica o sentimento de “reinado cumprido”:

Naquele tempo todo mundo tinha emprego em Parintins. Eu contratava cerca de duas mil pessoas por ano. Todo esse ribeirão já trabalhou pra mim. Eu fui homenageado pelo Jornal da Ilha como personalidade do ano. Todos reconhecem né? O meu esforço o meu trabalho. Daqui do Baixo Amazonas eu sou chamado de o rei do pau-rosa. Foi daí que eu adquiri tudo que eu tenho. A minha casa, por exemplo, não existe em Parintins uma construção igual a minha, bem localizada em frente à cidade, prédio bonito, avaliada em 80 mil. Isso tudo vai ficar pros filhos... É só o que eu posso oferecer a eles além da educação, da postura é claro. (IANNUZZI, 2009).

Os patrões construíram patrimônios à custa do trabalho dos abonados e abonadas. Mansões, fazendas, embarcações, automóveis, faculdade dos filhos, viagens... Foram esses bens que a exploração do pau-rosa sustentou.

3.4 Histórias com essência humana

Homens e mulheres, operários, extratores, domésticas, solteiras. Acima das ocupações, todos eram iguais perante o sistema que regia a atividade, pois todos eram abonados. Por trás de cada tambor de essência, suor, dores, risadas, revoltas, experiências, vidas. Seleccionamos duas histórias para ilustrar como se dava a convivência nos locais de usina. A primeira é referente à trajetória de Maria da Glória, desde o momento em que aceita o contrato verbal ao rompimento com os patrões; a segunda retrata o acidente de Clarindo Chaves, um ex-serrador.

Maria da Glória, 74 anos, reside no município de Nhamundá e trabalha como costureira. De suas mãos saem lindos tapetes. No passado, Glória fez parte do grupo de mulheres solteiras. Sua história começa assim:

Foi o seu Wladimir [Ex-prefeito de Faro – PA] que me convidou, eu morava em Faro e nesse tempo que não tinha trabalho para nós mulheres solteiras, nós éramos muitas mulheres que iam pra lá [usina], era Sabá Pão, Ercira, a Domingas [*in memoriam*], nem me lembro mais o nome das outras, a mamãe também foi trabalhar lá, a Izaura Ribeiro Martins. Quando foi um dia ele encontrou comigo: “oi Glória” e eu disse “oi”, vamos pra usina? Respondi: “o que que eu vou fazer na usina? vou precisar de uma mulher para ajudar os homens e fazerem comida para o pessoal, aí eu disse “não sei”. – “olha, a gente abona!” [sic] (GLÓRIA, 2015).

A história de Maria é parecida com as de suas amigas já falecidas, que viviam em Faro e trabalhavam para se sustentar. Algumas engravidavam na usina e outras tinham filhos, isso quando não abortavam. Depois que os bebês nasciam, eles ficavam com as avós ou eram adotados.

Quando foi num dia eu precisei e fui com eles. “Olha tu não vai faltar”, ele falou mesmo assim, aí eu disse “tá bom. Aí eu estava sem dinheiro e disse “olha estou sem dinheiro”, trabalhava pra todo lado, mas acabava o dinheiro. Aí eu disse, o senhor abona? “abono”, disse ele, “quanto tu vai querer?” me dê logo duzentos cruzeiro aí. Me arrumei toda e quando foi domingo cheguei lá, era animada mesmo estava nova ainda, não estava nem aí pra desgraça,

foi também dessa vez a Sabá, a Ercira, e mais uma lá, nós éramos muitas mulheres dessa turma, só que já esqueço do nome delas [sic] (GLÓRIA, 2015).

Maria trabalhou por 20 anos nas usinas, sendo 11 anos com o empresário Mario Rossy, irmão de Wladimir Rossy, com quem trabalhou por nove anos. Ambos os irmãos tinham embarcações de grande porte e exploravam o pau-rosa em várias regiões do Amazonas.

Depois de Nhamundá, seguiram para Parintins, Maués e Rio Tapajós, conforme as áreas exploradas iam se esgotando. Glória trabalhava como cozinheira dentro das embarcações, junto com um grupo de trabalhadores. Nesse período, engravidou dez vezes, sendo que sete filhos estão vivos, dois abortaram e o filho mais velho faleceu há dois anos. O aborto era uma prática corriqueira nesse período, quando não existia preservativos e as mulheres não tomavam anticoncepcional.

Devido à rotina do trabalho, não chegou a criar nenhum dos filhos. Quando eles alcançavam certa idade, eram doados pelos patrões a outras famílias. Ao ser questionada sobre os motivos que a levaram a deixar seus filhos, baixou a cabeça e lágrimas caíram:

Meus filhos eram bonitinhos, loirinhos de olhos claros, quando alcançavam certa idade eles se agradavam deles e levavam, dois a mamãe criou, outros estão espalhados. Naquele tempo a gente tinha que dar porque o juiz tomava porque a gente bebia. Tenho duas filhas em Belém que seu Wladimir levou, não sei onde elas vive lá, nunca mais vi. Eu sentia, mas não tinha condições de criar, não tinha paradeiro certo, pra onde eles me levavam eu ia (GLÓRIA, 2015).

Glória nunca mais teve notícias dos filhos, mas sonha em conhecer as meninas que moram em Belém. Ela nunca quis casar formalmente, diz que não “nasceu” para isso (se refere a ser solteira), se juntou ao pai da primeira filha por pouco tempo e vive sozinha até hoje. Além de fazer tapetes, também tece crochê e faz conserto de roupas.

Nas usinas, Glória e suas amigas faziam festa nos finais de semana, se juntavam com os pau-roseiros e formavam rodas para conversar, contar piadas, beber e dançar. Pelos relatos, percebe-se que as mulheres eram extrovertidas e animavam as usinas. Ser solteira, para elas, era uma forma de resistir à prisão do casamento, era um ato de liberdade. As condições de trabalho eram precárias, recebiam os clientes em cama preenchida com capim, os valores pagos eram inferiores às diárias dos homens, mas para elas o fato de se sustentarem era compensador.

Em Faro existia um bordel, o “Pausada”, que era frequentado pelas mulheres solteiras. Elas revezavam, passavam um tempo na usina e ao retornarem, retomavam a rotina da cidade.

Nessa época o Wladimir tinha um bordel chamado “pausada” naquele tempo não tinha esse negócio de aparelho era essas bocas grande que botam assim em cima aí toca e as mulheres solteiras iam lá e dançavam pulavam [sic] (GLÓRIA, 2015).

Entre 1940 e 1980, a principal atividade dos faraenses era a produção da farinha. Na cidade, existiam roças e as mulheres solteiras trabalhavam “de meia”, ou seja, se produzissem quatro sacos de farinha, dividiam em dois. Outra forma de trabalho era o de empregada doméstica nas casas de empresários. Depois de 20 anos trabalhando nas usinas, fazendo vários trajetos, Glória “enjoou” do trabalho e voltou a morar em Faro, sua terra natal. Com o passar dos anos, comprou sua casa em Nhamundá, onde reside atualmente. Das usinas, ficaram as histórias que ela faz questão de contar às visitas, ora permeadas com gargalhadas, ora de cabeça baixa, para esconder as lágrimas de tristeza que rolam quando ela se lembra dos filhos, e de saudade quando recorda as amigas que já morreram.

Clarindo Chaves, 63 anos, precisou de abono e foi trabalhar na usina como serrador, assim como seus colegas. Passou sete anos trabalhando no local e só descia para a tradicional festa de junho, retornando logo após. Segundo ele, a vida na usina era divertida, comparável a de uma cidade.

Quando eu comecei a trabalhar eu tava com 12 anos (1962), parei de trabalhar depois de 7 anos (1969), nessa época ganhava equivalente a 250 cruzeiros, saí com 19 anos, saí por conta do acidente e ele não quis pagar minha indenização o desgraçado, não pagou, mas ele pagou lá no inferno. Quem dera como se fosse como hoje (CHAVES, 2015).

Clarindo operava uma roladeira, maquinário que serrava as madeiras que chegavam da floresta em pedaços. Além de esforço físico, sua atividade também exigia atenção. Ele serrava os rolos de pau-rosa e os deixava em pedaços pequenos, no ponto para pôr na caldeira. Seu plantão iniciava às 6h, portanto acordava uma hora antes para se banhar no riacho, tomar café e assumia o posto ao ouvir o som da sirene. Às 12 horas, a sirene disparava novamente, anunciando a hora do almoço. Clarindo usava o tarde para descansar ou fazer hora extra em outra atividade. Às 18 horas, continuava seu plantão, que encerrava à meia-noite. Essa era a sua rotina. Ele sempre fora um trabalhador assíduo, mas em um momento de descuido, sofreu um acidente:

Esse meu acidente foi o seguinte, dia de Nossa Senhora de Nazaré, dia 8 de outubro, faltava dois quilos de incenso (essência) para lacrar o tambor, eu estava deitado na rede aí veio primeiro o Zé Guerreiro: poxa mano, tu não quer ir desgallar aí, aí eu disse: não cara, hoje é dia santo! Por quê? Porque está faltando dois quilos de incenso pra lacrar o tambor. Mas eu não vou não. Aí veio seu Antenor, e repetiu a mesma história, aí depois veio o Minguito, falou a mesma coisa, no último veio seu Estevo. Poxa mano, não dá pra você tirar o galho daquelas árvores para triturar e completar dois quilos de insenso? Disse: não cara! Olha o seguinte, se tu fores eu marco três meses pra ti. Naquela vantagem eu fui. Mas ainda disse: se acontecer alguma coisa vocês são os responsáveis. Funcionamos a serra, passei uma vez, passei de novo e tinha um buraco, o rapaz não teve força de segurar, ficou um pedacinho em cima e pá!, fui parar lá na parede. Saiu muito sangue que fazia barulho. Às 3 horas da madrugada fiz uma promessa com são Roberto, tive força para falar, para pedir água. Depois Chegou velho Mário (Rossy) e me embarcou. Mas escapei de morrer [sic] (CHAVES, 2015).

Este acidente, considerando a existência de outros, foi exceção no sentido de assistência. A questão da devoção religiosa era muito forte entre os patrões da época. Talvez por este motivo Clarindo tenha recebido tratamento médico. Após a recuperação, não retornou

nem recebeu indenização pelos anos de serviço, assim como dona Glória. O contrato era verbal, logo não lhes era assegurado nenhum direito. Atualmente, Clarindo está aposentado por idade e cuida de uma mercearia. Do pau-rosa, o que restou foi uma cicatriz no rosto e as lembranças do tempo de usinagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as relações de trabalho num contexto carregado de influências políticas e econômicas de atividades extrativas, culturalmente insustentáveis como mostra a história, tendo como exemplo o extrativismo da borracha, foi desafiador. Neste trabalho, percorremos caminhos silenciados pela grande historiografia, o cotidiano dos pau-roseiros, abonados e abonadas que passavam meses a trabalhar para atender um mercado desconhecido por eles. A essência que fabricavam era depositada em *Chanel n° 5*, *Ungaro Pour L'homme*, *Habit Rouge de Guerlain*, perfumes finos consumidos pela elite. Dar voz a esses atores sociais, que beneficiavam o óleo desde 1926, é contribuir para o resgate histórico da memória do trabalho em usinas.

Para este trabalho foram estudadas duas usinas, a Santo Antônio, de Wladimir Rossy, e a Fé em Deus, de Mario Rossy, ambas atualmente desativadas. Estas usinas funcionaram entre 1950 e 2000, sendo que a primeira encerrou suas atividades na década de 1980, logo após a morte do proprietário. Pelos dados da pesquisa, as usinas fizeram vários trajetos, subindo e descendo os rios atrás de pau-rosa. Aliás, durante o trabalho de campo, tomei conhecimento da existência de várias usinas que não fizeram parte dos registros do Ibama. Logo, há de se questionar as falhas das fontes oficiais.

A título de exemplo, as duas usinas ora estudadas não aparecem nos documentos, nem as que foram instaladas em reservas indígenas no Andirá, região do município de Parintins (AM). Acredita-se que, ao menos as que devastaram as terras indígenas, foram ocultadas propositalmente, haja vista que um relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios afirma que foram formalizadas várias denúncias e pedidos de remoção de usinas das

reservas. Porém, antes dos termos de compromisso serem cumpridos, as chefias eram substituídas, o que nos permite concluir que os empresários da época tinham amarras políticas junto às instituições. Esta atividade extrativista, diferente dos ideais de Chico Mendes, se desenvolveu insustentavelmente na Amazônia, culminando na quase extinção do pau-rosa.

Além do desastre ambiental causado pela exploração desordenada das árvores da espécie, a mão de obra para tal atividade era tão explorada quanto a matéria prima para destilação da essência, comercializada a maior parte fora do país. Estes trabalhadores e trabalhadoras eram aliciados pelos gerentes de usinas por meio de um adiantamento em dinheiro, chamado de “abono”. A partir do momento em que o trabalhador aceitava esse abono, automaticamente assinava contrato verbal com as usinas. Essa dívida compulsória só aumentava no local de trabalho, tornando a atividade um “trabalho cativo por dívida”. As investigações no campo nos encaminharam a concluir que os trabalhadores e trabalhadoras eram submetidos ao trabalho compulsório. Tal prática é criminosa segundo o art. 149. Logo, os “abonados e abonadas” foram vítimas dessa forma de compulsão ao trabalho.

Na pesquisa, o abono aparece como um elemento do trabalho cativo por dívida. Essa relação cativa é uma forma de endividamento compulsório, que por sua vez é um dos braços fortes do trabalho análogo ao de escravo. Tais maneiras de sujeitar o trabalhador a essas condições são aliadas ao modo de produção capitalista, por estar a obedecer a uma demanda maior, o comércio de essência que gira em torno de US\$ 1,5 bilhão por ano, representando 10% do valor total do mercado internacional de cosméticos e perfumaria.

A realização desta pesquisa não seria possível sem a utilização da história oral como caminho metodológico, não só pela carência de documentos oficiais, como também por esta metodologia oferecer a oportunidade de ouvir a voz dos excluídos, dos abonados e abonadas como atores sociais de um sistema de produção das fábricas infiltradas na floresta amazônica. Foram meses a conviver com esses trabalhadores e trabalhadoras que vivem em cidades

vizinhas, Faro e Nhamundá, mas em estados distintos, Pará e Amazonas, respectivamente. As dificuldades foram muitas, haja vista as limitações geográficas, características da região. De Parintins, onde foi desenvolvido o curso de mestrado, são 8 horas de barco até esses municípios. Entretanto, os sacrifícios tornavam-se pequenos diante da riqueza das informações confidenciais a mim.

Quando me interessei pelo tema, a minha maior busca era compreender as relações de trabalho no processo produtivo de pau-rosa entre os homens, mas o envolvimento com o campo me revelou surpresas maravilhosas, entre elas o trabalho das mulheres. Na historiografia regional, elas são silenciadas em várias atividades extrativas, onde só os “de cima” aparecem, principalmente quando a atividade requer força física, “culturalmente” definida como “trabalho para homens”. Então, quando estudamos essas referências, acabamos reproduzindo esses padrões, de modo a silenciar a mulher. Nas usinas de pau-rosa, as mulheres atuavam, principalmente, nos espaços “determinados” para elas, o trabalho doméstico e sexual. É um campo fértil a ser explorado pela academia, um tema que se configura, sobretudo, como um desafio a ser vencido dentro das teorias sobre as relações de gênero e divisão sexual do trabalho. No mais, este trabalho trouxe à tona uma variável ignorada do campo, que infelizmente não pôde ser aprofundada em termos teóricos por não ser o objetivo central aqui. Fica o ressentimento e o desejo de ampliar reflexões acerca deste tema.

Esta pesquisa é de caráter interdisciplinar e transita entre vários campos, entre eles a história, economia, sociologia, geografia, antropologia e a escrita com influências do jornalismo. Apresenta uma infinidade de dados empíricos que revelam temas dentro da atividade pau-roseira, como as relações de trabalho nas usinas, as falhas das políticas de preservação ambiental, invasão de terras indígenas e o trabalho das mulheres, entre outros.

Daqui a 10 anos esta atividade desenvolvida na Amazônia brasileira completará um século e impactou significativamente nos âmbitos social, econômico e ambiental. Até onde a história vai?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. 12 ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BASTOS, A de M. **Os paus rosa da indústria da essência**. Rodriguésia, Rio de Janeiro, v.7, n. 16, p. 45 – 54. 1943.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima; MANESCHY, Maria Cristina A. **Tradição e mudanças em meio às populações tradicionais da Amazônia**. In: COSTA, Maria José Jackson. Caminhos sociológicos na Amazônia. Belém: EDUFP, 2002.

DUCKE, A. **Relatórios das comissões desempenhadas pelo Chefe da Secção de Botânica, Adolpho Ducke, na região amazônica durante os anos de 1919 a 1928**. Archivos do Jardim Botânico, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.1 – 1984, 1930. Prancha IV

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais - www.bvce.org, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, E. S.; LEMOS, M. R. **A construção social do gênero e o rompimento do caráter assexuado das relações de trabalho**. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. (Coordenadores). Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade. Goiânia, Ed. PUC de Goiás, 2011.

FIGUEIRA; Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes. **Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas**. EdUFMT – Cuiabá, 2011.

GOMES, Angela Maria de Castro Gomes. **Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado**. Revista Brasileira de História, vol. 32, nº 64, 2012.

_____. **Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema**. História Oral, v. 11, n. 1-2, p. 11-41, jan.-dez. 2008.

GUIMARÃES, Ed Carlos de Souza. **Trabalho cativo infanto-juvenil na Amazônia agrária paraense**. Disponível em: BuscaLegis.ccj.ufsc.Br, 2007.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos**. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro, v.7, p.93-100, 1999

HIRATA, H. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu – Desafios da Equidade, Campinas, n.17/18, 2002;

HOMMA, Alfredo. **O extrativismo do óleo essencial de pau-rosa na Amazônia**. Belém: Embrapa, 2003.

JOUTARD, Phillippe. **Desafios à história oral do século XXI**. In: ALBERTI, V., ERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: BUARQUE DE HOLANDA, H.(Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. – 7. Ed. Resumida. – Rio de Janeiro: LTC, 2012.

_____. **O capital**. – São Paulo: Editora Brasil LTDA, 1996.

_____. **Manuscrtos econômico-filosófico**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MILLS, Charles Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **O trabalho**. In: *A nova classe média (White Collor)*. III Parte. Cap. 10. – Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1969.

NEVES, M. **A divisão sexual do trabalho e as relações de gênero: anotações em torno do tema**. In: XII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Águas de São Paulo, 1988.

NUNES, J. H.; FREITAS, R. A. (Coordenadores). **Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade**. Goiânia, Ed. PUC de Goiás, 2011.

PAIVA, Eduardo França. **Trabalho compulsório e escravidão: usos e definições nas diferentes épocas**. 2005, disponível em: <http://www.esclavages.cnrs.fr/IMG/pdf/TextoEscravidaoModernaCahiersAfriocaine.pdf> >

PERROT, Michelli. **Os excluídos da história: operários, mulheres e priseoreiros**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Alessandro. **Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI**. In: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Pau: Brasiliense, 1998.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

SAFFIOTTI, Heleieth. 1978. O Trabalho Feminino Sob o Capitalismo Dependente: Opressão e Discriminação. *Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. pgs. 407-420. Campos do Jordão.

SALAMITO, Jean-Marie. **O trabalho na história do pensamento ocidental**. In: Trabalho e trabalhadores na Obra de Santo Agostinho. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SAUNIER, Tonzinho. 2003. **Parintins**: memórias dos acontecimentos históricos. Manaus, Valer, 2003.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920: T. A. Queiro, 1980.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 16, n.2, jul/dez. 1990.

SILVA, Marcelo Ribeiro. **Trabalho análogo ao de escravo rural no Brasil do século XXI**: novos contornos de um antigo problema. Dissertação de mestrado em Direito. Universidade Federal de Goiás, 2010.

SILVA, José Carlos A. Conversa bonita: o aliciamento e os caminhos que levam à escravidão por dívida. In: **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia/Org. Gelba Cerqueira e outros. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SIMONIAN, Ligia. **Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira**: uma Vida de Trabalho Silenciado. – Belém, GEPEM, 1995.

SOUZA, Nilciana Dinelli. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM)**: evolução e transformação. 2003, 136 f. Dissertação (geografia humana). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva**: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia. Manaus: Editora Valer/Edua, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O ethos da floresta**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2012.

_____. **Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia**. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 4, Nº 2. Manaus: Edua/Capes, 2000.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas**: uma história das mulheres do Alto Juruá, Acre 19870 – 1945. Tese apresentada à Universidade e São Paulo, 1998.

OBRAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Maria Ariadna Cidade. 2009. **Memórias e luta dos trabalhadores de pau-rosa do município de Parintins na década de 1950**. 2009. 70 f. Monografia (licenciatura em História). - Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins, Parintins.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia** – análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Manãos-do-Amazonas: Memória Empresarial**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1994.

FREITAS, Urias Sérgio. **Garimpo do Tapajós**, terra sem lei...onde o passado não conta. Manaus: Editora Valer, 2007.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Ita, Baixo Amazonas**. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2d. Manaus: Valer, 2007.

NILO, Tiago. **Um estudo a respeito da crítica arendtiana do conceito de trabalho em Karl Marx**. Seara filosófica – Verão, 2010.

OUTRAS FONTES

BELÉM (município). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Amazônia Oriental. **Sugestões para o ordenamento da exploração/industrialização do pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke)**. Belém – PA: 1997.

CORRÊA, M.P. **Dicionário das Plantas Úteis do Brasil e das Exóticas Cultivadas**. Rio de Janeiro, IBDF, 1931, v.5.

FAPESP (São Paulo). **O perfume da Amazônia**. Edição de dezembro de 2012.

LE COINTE, P. **Apontamento sobre as sementes aleaginosas, bálsamos, resinas, essências, borrachas, guttas e balatas da florestas amazônica**. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Comércio, 1931, 55p.

MANAUS(município). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Amazônia Ocidental. **Diretrizes para o resgate e conservação da variabilidade genética de espécies Amazônicas I – pau-rosa**. Manaus – AM: 1999.

PIO, Raimundo. **Relatório de Viagem ao Andirá**. Apresentado ao Serviço de Proteção aos índios (SPI), 1966.

FONTES ORAIS

BRITO, Vavá. **Vavá Brito** (89 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

BULÇÃO, Gerson. **Gerson Bulção** (63 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

CAMPOS, Ruduval. **Ruduval Campos** (84 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

CHAVES, Clarindo. **Clarindo Chaves** (63 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

FLEXA, Hermógenes. **Hermógenes Flexa** (64 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

IANNUZZI, Francisco. **Francisco Iannuzzi** (72 anos - in memoriam): pesquisa de campo [maio.2009]. Pesquisadora: A. Maria Ariadna. Parintins: UEA, 2009. Aparelho digital. Entrevista concedida à Universidade do Estado do Amazonas.

GÓES, Pedro. **Pedro Góes** (83 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

GLÓRIA, Maria. **Maria da Glória** (73 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

GUERREIRO, José. **José Guerreiro** (65 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

GUIMARÃES, Heitor. **Heitor Guimarães** (90 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

MAGALDI, Zanone. **Zanone Magaldi** (80 anos): pesquisa de campo [jun.2016]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

MARTINS, Guilherme. **Guilherme Martins** (66 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM

MARTINS, Sebastião. **Sebastião Martins** (73 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2016. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM

SEBASTIANA, Souza. **Sebastiana Souza** (76 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

SOARES, Manuel. **Manuel Soares** (63 anos): pesquisa de campo [mar.2015]. Pesquisadora: B. Mirian. Parintins: UFAM, 2015. Aparelho digital. Entrevista concedida ao Programa Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM.

APÊNDICES

RETRATOS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO PAU-ROSA



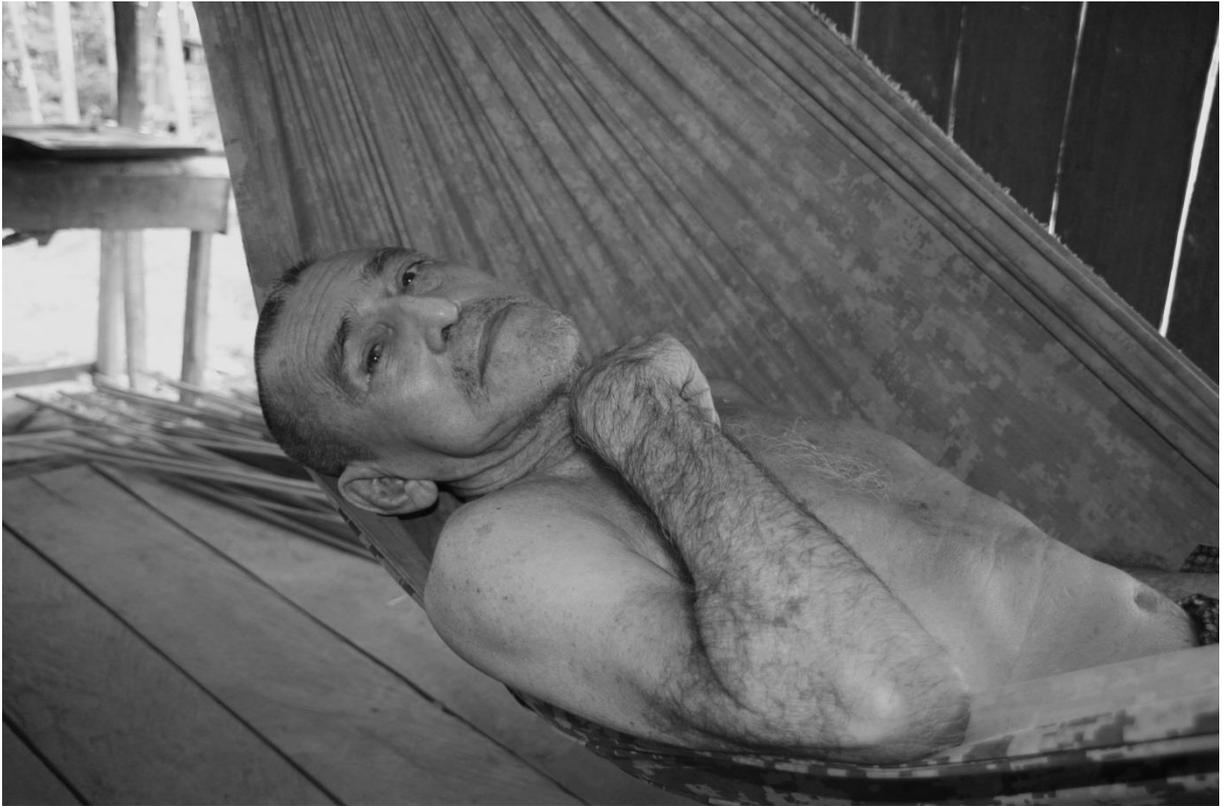
Maria da Glória, 73 anos, ex-“mulher solteira”



Pedro Góes, 83 anos, ex-pau-roseiro, aposentado, cadeirante.



Vavá Brito, 89 anos, foi comandante de barco e explorador de pau-rosa, aposentado.



Heitor Guimarães, 90 anos, foi carregador de peso e fabricante de jamanxim, aposentado, paraplégico.



Manoel Soares, 63 anos, ex-carregador de peso, agricultor, aposentado.



Gerson Bulcão, 63 anos, foi foguista de caldeira nas usinas, aposentado.



Edivaldo Gomes, 57 anos, foi carregador de peso, pescador.



Sinésio Costa, 60 anos, foi chefe-mateiro, pescador.